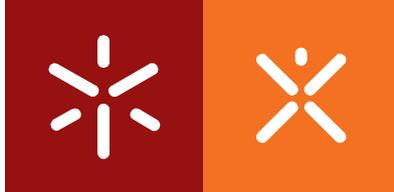




Universidade do Minho
Instituto de Educação

TERESA MARGARIDA BARBOSA GOMES DA COSTA

**RISCO COMPORTAMENTAL, COMPORTAMENTOS
DE BULLYING E CYBERBULLYING E RESILIÊNCIA:
ESTUDO DAS RELAÇÕES E PROCESSOS DE
INTERAÇÃO NUMA AMOSTRA DE ADOLESCENTES**



Universidade do Minho

Instituto de Educação

TERESA MARGARIDA BARBOSA GOMES DA COSTA

**RISCO COMPORTAMENTAL, COMPORTAMENTOS
DE BULLYING E CYBERBULLYING E RESILIÊNCIA:
ESTUDO DAS RELAÇÕES E PROCESSOS DE
INTERAÇÃO NUMA AMOSTRA DE ADOLESCENTES**

Projeto de Dissertação de Mestrado
em Estudos da Criança, Área de Especialização em
Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias

Trabalho Efetuado sob a orientação do
Professora Doutora Ana Tomás de Almeida

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição
CC BY

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Agradecimentos

À professora Ana Tomás de Almeida, pela mensagem certa, no momento mais apropriado, que me fez voltar motivada para concluir mais um desafio. Pela boa disposição e por celebrar connosco cada conquista estatística!

À família, que obriga a que os domingos sejam para passear na montanha e não para fazer a tese.

Aos amigos e amigas, por serem a parte mais simples e colorida da vida.

À Susana, por todas as quedas de bicicleta em que eu não estive com ela.

E para a Silvana, o meu maior agradecimento. Por tudo o que me ensinou, pela paciência e disponibilidade e, acima de tudo, por ter tornado as sextas-feiras de trabalho em dias tão agradáveis. Não podia ter pedido uma melhor companheira nesta jornada.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Risco comportamental, comportamentos de bullying e cyberbullying e resiliência: estudo das relações e processos de interação numa amostra de adolescentes

Resumo

A presente investigação procura estudar as variações no risco comportamental e nos comportamentos de bullying e cyberbullying, primeiramente, em função de características como o sexo e a idade. Encontrámos diferenças claras em função do sexo, com os rapazes a apresentarem maiores níveis de risco comportamental, maior envolvimento em comportamentos de bullying e cyberbullying, não só como agressores, mas também como vítimas. No que diz respeito à resiliência, as raparigas apresentam valores mais elevados não só no total da resiliência como nas subescalas relativas aos recursos individuais e aos recursos oriundos da comunidade.

Procedemos á análise dos fatores preditores do risco comportamental, dos comportamentos de bullying e cyberbullying, para em seguida analisarmos os efeitos de interação da resiliência com estes preditores. Procuramos compreender se a resiliência atua como moderadora ou mediadora na relação entre fatores de risco (experiências adversas na infância, nível de risco comportamental) e comportamentos de bullying e cyberbullying (vitimação e agressão) e comportamentos de risco (consumo de tabaco, bebidas alcoólicas, haxixe e outras drogas; relações sexuais antes dos 15 anos; dependência de jogos; poucas horas de sono). Os resultados sugerem que a resiliência atua maioritariamente como mediadora, no entanto encontramos dois casos em que a resiliência atua como moderadora. A resiliência (subescala Individual) modera a relação entre o abuso físico e o risco comportamental e a resiliência (subescala Comunidade) atua como moderadora na relação entre o risco comportamental e a prática de bullying. Mais investigação é necessária para clarificar qual o papel da resiliência na relação entre fatores de risco e ajustamento psicossocial.

Palavras-chave: Bullying; Cyberbullying; Mediação e Moderação; Proteção; Resiliência; Risco Comportamental; Vulnerabilidade.

Behavioral risk, bullying and cyberbullying and resilience: study of the interaction processes in a sample of adolescents

Abstract

The present investigation seeks to study the changes in behavioural risk and in the prevalence of bullying and cyberbullying, primarily, due to characteristics such as gender and age. We found clear gender differences, with boys presenting higher levels of behavioural risk, greater involvement in bullying behaviours and cyberbullying, not only as aggressors, but also as victims. In terms of resilience, girls have higher scores, not only in total resilience but also in the subscales for individual resources and resources from the community. We analysed the predictors of behavioural risk, bullying and cyberbullying, and then analysed the interaction effects of resilience with these predictors. We seek to understand whether resilience acts as a moderator or mediator in the relationship between risk factors (childhood adverse experiences, behavioural risk level), and bullying and cyberbullying and risk behaviours (smoking, alcohol, marijuana and other drugs, sexual intercourse before age 15, gambling addiction, few hours of sleep). The results suggest that resilience acts mainly as a mediator, however we find two cases in which resilience acts as moderator. Resilience (Individual sub-scale) moderates the relationship between physical abuse and behavioural risk and resilience (Community sub-scale) acts as a moderator in the relationship between behavioural risk and bullying. More investigation is needed to clarify the role of resilience in the relationship between risk factors and psychosocial adjustment.

Keywords: Bullying; Cyberbullying; Mediation and Moderation; Protection; Resilience; Behavioural Risk; Vulnerability.

Índice

Introdução	9
A adolescência	11
Comportamentos de risco na adolescência	12
Envolvimento em comportamentos de bullying e cyberbullying	14
Bullying.....	14
Cyberbullying	16
Resiliência.....	18
Desenvolvimento Histórico do Conceito de Resiliência.....	18
Desconstrução do Conceito de Resiliência	21
Adversidade	22
Adaptação Positiva.....	22
Fatores de Vulnerabilidade e Fatores de Proteção.....	24
Família	26
Comunidade.....	27
Atributos Individuais.....	28
Child and Youth Resilience Measure: uma nova medida da resiliência.....	29
Desenvolvimento da escala de avaliação Child and Youth Resilience Measure.....	29
Validação da Child and Youth Resilience Measure	32
Metodologia	36
Objetivos e questões de investigação.....	36
Objetivo geral	36
Objetivos específicos.....	36
Hipóteses.....	37
Procedimento de recolha de dados	38
Caraterísticas da amostra em estudo	38
Instrumentos.....	39
Método de análise e tratamento de dados.....	42
Resultados	42
Caraterização da amostra ao nível das experiências adversas na infância e do risco comportamental.....	42
Caraterização da amostra relativamente ao envolvimento em comportamentos de bullying e cyberbullying	44
Experiências adversas na infância e a sua associação com o risco comportamental.....	47
Estudo das qualidades psicométricas da Escala de Avaliação da Resiliência em Crianças e Adolescentes	48
Caraterização da nossa amostra ao nível da resiliência	52
Fatores preditores do risco comportamental	55

Fatores preditores de comportamentos de bullying e cyberbullying	57
Análise dos efeitos de interação da resiliência no risco comportamental e nos comportamentos de bullying e cyberbullying	62
Análise dos potenciais efeitos de moderação da resiliência no risco comportamental	63
Análise dos potenciais efeitos de moderação da resiliência no envolvimento em bullying e cyberbullying	65
Análise do potencial efeito de mediação da resiliência na vitimação por bullying e agressão por bullying	72
Discussão	75
Conclusões e Recomendações	87
Referências Bibliográficas	89
Anexos	97
Anexo 1 - Child and Youth Resilience Measure—CYRM-28	97
Anexo 2 – Questionário de Caracterização Sociodemográfica	98
Anexo 3 – Escala de Avaliação da Resiliência em Crianças e Adolescentes	100
Anexo 4– Questionário de Saúde e Risco	102
Anexo 5 – Questionário de Bullying, Vitimação, Cyberbullying e Cybervitimação	106
Anexo 6 – Modelo elaborado no AMOS com base nos preditores da vitimação por bullying	109
Anexo 7 – Modelo elaborado no AMOS com base nos preditores de agressores bullying	110

Introdução

O comportamento dos jovens é um importante indicador do ajustamento precoce dos adolescentes e comporta em si mesmo impactos potenciais a longo prazo (Dishion e Patterson, 2016). É por isso necessário compreender como podemos intervir no sentido de potenciar o ajustamento dos jovens, quer ao nível escolar, quer ao nível comportamental e pessoal. Esta necessidade leva-nos ao estudo do risco, da vulnerabilidade e da resiliência.

No que diz respeito à investigação com indivíduos expostos a fatores de risco, sejam biológicos ou eventos de vida adversos, a ênfase foi inicialmente colocada nos resultados negativos associados a fatores de risco singulares, tais como características individuais como o temperamento, ou um evento de vida adverso específico (*e.g.* ausência prolongada de um dos pais). Seguiu-se uma mudança deste modelo de “*main effect*” do risco passando a considerar-se os efeitos de interação entre múltiplos fatores de risco (tais como a coocorrência de psicopatologia por parte dos pais e pobreza, por exemplo). A fase mais recente tem sido marcada por uma ênfase diminuída nos resultados desenvolvimentais negativos e um maior foco na adaptação positiva apesar da adversidade na infância.

Desta forma, a resiliência, construto que representa a adaptação positiva apesar da adversidade, tem vindo a receber cada vez mais atenção ao longo das últimas décadas. Desde a sua introdução na literatura científica, em meados do século XX, este construto tem ganho notoriedade pela sua importância teórica e prática (Luthar, 2015).

Amplamente definida como a capacidade de um sistema dinâmico se adaptar com sucesso às perturbações que ameaçam seu o funcionamento, viabilidade ou desenvolvimento, o conceito de resiliência pode ser aplicado a sistemas de vários tipos e em diversos níveis de interação, tais como um microrganismo, uma criança, uma família, uma economia ou o clima global (Masten, 2014). Num contexto de intervenção psicossocial, a resiliência procura promover processos que envolvam o indivíduo e o seu ambiente social, ajudando-o a superar a adversidade (e o risco), adaptar-se aos contextos de vida em que lhe cabe viver e ter uma melhor qualidade de vida. É por isso tão importante o estudo e compreensão da resiliência, pois permite o desenvolvimento de intervenções mais adequadas.

Em Portugal, os estudos sobre a resiliência são ainda escassos, faltando instrumentos de medida confiáveis e válidos para a população adolescente.

No presente estudo, a nossa primeira preocupação é determinar se a resiliência está, de facto, associada a menores níveis de risco comportamental e envolvimento em bullying e cyberbullying. Em segundo lugar procuramos determinar se a resiliência atua como moderadora ou mediadora na relação

entre experiências adversas na infância e comportamentos de risco; entre experiências adversas na infância e comportamentos de bullying e cyberbullying; e entre risco comportamental e comportamentos de bullying e cyberbullying.

Na organização da tese, começamos com uma pequena introdução à adolescência e aos comportamentos de risco habitualmente presentes nesta fase, passando para uma abordagem ao bullying e cyberbullying, um dos focos do nosso trabalho. Em seguida, analisamos o desenvolvimento histórico da resiliência e a sua importância na atualidade, desconstruindo o conceito em adversidade e adaptação positiva, e referindo de forma sucinta alguns dos fatores de vulnerabilidade e proteção que atuam neste binómio. Por fim, antes de partirmos para o capítulo metodológico, é feita uma abordagem à escala de avaliação da resiliência *Child and Youth Resilience Measure*. Seguem-se os resultados e discussão do nosso estudo e procuramos terminar com algumas recomendações práticas em termos de intervenção e desenvolvimento de programas que potenciem a resiliência de crianças e jovens e origem, consequentemente, melhores níveis de adaptação e menor envolvimento em comportamentos de risco, comportamentos de bullying e cyberbullying.

A adolescência

A adolescência é um período desenvolvimental de múltiplas transições, caracterizado por mudanças fundamentais ao nível biológico, psicológico, cognitivo e social. Os investigadores consideram agora a adolescência como o segundo período crítico do desenvolvimento, e as experiências vividas durante este período parecem ter uma forte influência na saúde a longo-prazo (Ehrlich, Miller e Chen, 2016).

Uma das dificuldades no estudo da adolescência é desde logo a definição desse mesmo período. Marcia (1980) diz-nos que o seu início é variável, mas específico devido às mudanças fisiológicas da puberdade; porém altamente variável e inespecífico no seu término. Em grande parte da literatura sobre a adolescência, ela é descrita muitas vezes como uma fase de transição, mas Coleman (2011) questiona-se se será realista descrever uma fase que dura nove ou dez anos como transitória. A adolescência é uma fase que parece ter-se prolongado nos últimos anos: o atraso na entrada no mercado de trabalho e períodos mais longos de vida na casa dos pais parecem atrasar o fim da adolescência e, em contrapartida, a puberdade aparenta ter um início cada vez mais precoce, com os jovens a madurecer mais cedo, nomeadamente ao nível da sexualidade. Assim, o estágio adolescente começa agora, para alguns, por volta dos 9 ou 10 e continua até depois do vigésimo primeiro aniversário (Coleman, 2011). Na mesma linha, a própria Organização Mundial de Saúde (2018) define um adolescente como uma pessoa entre os dez e os dezanove anos, inclusive.

A adolescência é um período de vulnerabilidade acrescida (Steinberg, 2005), com mudanças bruscas a nível físico, psicológico, sociocultural e cognitivo. Enquanto muitos jovens navegam de forma turbulenta da infância até à vida adulta, mas se tornam adultos produtivos e saudáveis, muitos nunca atingem o seu potencial enquanto trabalhadores, pais e indivíduos (DiClemente, Hansen e Ponton, 1996).

A iniciação em comportamentos de risco ocorre cada vez mais cedo, nomeadamente o início do consumo de bebidas alcoólicas, tabaco, e outras drogas. E esses comportamentos representam sérias ameaças para a saúde durante a adolescência, na vida adulta e mais tarde na vida. Os comportamentos de risco estão relacionados com indicadores de bem-estar social e psicológico, incluindo o desempenho académico e laboral, a qualidade familiar e das relações sociais e a estabilidade económica (DiClemente, Hansen e Ponton, 1996).

Por este motivo, é essencial focarmo-nos no período da adolescência e trabalhar para prevenir o envolvimento em comportamentos de risco, que comportam consequências nefastas a curto e longo-prazo.

Comportamentos de risco na adolescência

Comportamentos de risco são aqueles que podem comprometer o desenvolvimento, a realização dos papéis sociais esperados, a aquisição de competências, e um senso de adequação e preparação adequada para a transição para a idade adulta (Jessor, 1991). Entre os diversos comportamentos de risco, a Organização Mundial de Saúde destaca a importância do aumento do consumo excessivo de bebidas alcoólicas, tabaco, uso de drogas ilícitas e comportamentos sexuais de risco (WHO, 2018). Para além destes comportamentos, no presente estudo temos também em consideração o uso excessivo de videojogos ou jogos de sorte na adolescência e ainda os hábitos de sono dos jovens.

Consumos na adolescência

O uso de drogas ilegais começa na adolescência, atinge o seu pico no início da idade adulta e entra em declínio pouco depois. Já o consumo de outras substâncias como tabaco ou álcool, apesar de também atingir o seu pico no início da idade adulta, só tende a diminuir décadas depois. O declínio do uso de drogas é coincidente com a assunção dos papéis sociais da vida adulta - casamento, parentalidade e emprego (Kandel, 1980). Um estudo português revelou também que um maior consumo de álcool e de tabaco está associado com uma maior violência sentida e exercida (Matos e Gonçalves, 2009).

Relações sexuais na adolescência

A atividade sexual em idades jovens é mais problemática do que a atividade sexual iniciada na adolescência tardia. Adolescentes que iniciam a atividade sexual mais precocemente são mais propensos a envolver-se em sexo desprotegido e a ter vários parceiros, marcadores de risco para exposição a doenças sexualmente transmissíveis (Smith, 1997). Adicionalmente, jovens com comportamentos sexuais de risco estão expostos a múltiplos riscos. Em média, eles parecem ter mais oportunidades de se envolver em comportamentos de risco (por exemplo, devido a baixos níveis de controlo parental) e menos incentivos para evitar riscos (por exemplo, baixas expectativas relativamente aos estudos) (Luster e Small, 1994).

Contudo, estudos revelam que os jovens são menos propensos a iniciar a atividade sexual quando os pais ensinam a dizer não, estabelecem regras claras, falam acerca do que está certo ou errado e sobre atrasar o início da atividade sexual. Em casos em que os jovens já são sexualmente ativos, são mais propensos a utilizarem medidas contraceptivas quando os pais falam sobre a importância do controlo da natalidade (Aspy *et al.*, 2007). Os pais têm, portanto, a oportunidade e a capacidade de influenciar as decisões de comportamento sexual dos seus filhos (Aspy *et al.*, 2007; Parkes, Henderson, Wight e Nixon, 2011).

Hábitos de jogo na adolescência

O aumento do uso da internet e dos videogames entre crianças e jovens tem sido motivo de preocupação, desde logo porque o uso excessivo de videogames pode levar a um decréscimo das notas na escola, problemas de autocontrolo, competências sociais mais pobres, negligência do trabalho escolar, menos interação e mais problemas com os pares, e mais conflitos familiares (Choo *et al.*, 2010). A estas consequências junta-se ainda uma maior incidência de problemas de saúde nos jogadores patológicos (Gentile, 2009).

Diversos estudos mostraram uma associação negativa entre quantidade de tempo passado a jogar videogames e o desempenho escolar de crianças e adolescentes, e Gentile (2009) refere que os jogadores patológicos relatam ter mais dificuldade em prestar atenção na escola.

Outra questão a ser analisada relativamente ao uso excessivo de videogames por parte dos jovens, para além do tempo despendido a jogar, é a exposição à violência. Adolescentes que se expõem a maiores quantidades de violência em videogames são mais hostis, relatam ter discussões com os professores mais frequentemente, são mais propensos a envolver-se em lutas físicas, e apresentam resultados mais pobres na escola (Gentile, Lynch, Linder e Walsh, 2004).

Hábitos de sono

A influência da qualidade do sono na vida das pessoas tem sido cada vez mais abordada, e os estudantes são reconhecidos como um grupo populacional particularmente afetado pelas dificuldades do sono (Buboltz, Brown e Soper, 2001).

A investigação indica que a má qualidade do sono dos alunos está ligada ao aumento de tensão, irritabilidade, depressão, confusão, e, geralmente, menor satisfação com a vida (Buboltz, Brown e Soper, 2001). Tempo de sono inadequado pode ainda contribuir para problemas de saúde do adolescente, nomeadamente aumento dos níveis de stress e obesidade (Noland, Price, Dake e Telljohann, 2009). Adicionalmente, os estudantes com privação de sono apresentam um desempenho escolar pior do que os alunos com uma noite normal de sono (Pilcher e Walters, 1997).

Alunos sonolentos não são capazes de trabalhar com o seu potencial máximo na escola. Há conexões diretas entre o sono REM (*Rapid Eye Movement*), e a aprendizagem. Os adolescentes que dormem menos de 8 horas perdem as últimas 2 horas de sono, que são as mais importantes para armazenar novas informações (Smith e Lapp, 1991).

Para corrigir os hábitos de sono dos adolescentes, os resultados indicam uma necessidade de educação sobre higiene do sono para os jovens e para os pais (Noland, Price, Dake e Telljohann, 2009).

Envolvimento em comportamentos de bullying e cyberbullying

Bullying

O bullying nas escolas é um motivo de preocupação, devido às potenciais consequências e efeitos negativos para os jovens envolvidos. Este comportamento tem sido identificado como problemático entre os adolescentes, afetando o sucesso escolar, as competências sociais e o bem-estar psicológico, tanto para as vítimas como para os agressores (Roland, 2002). Em Portugal o bullying começou a ser fator de preocupação em meados dos anos 90 (Almeida, 1999).

Olweus (1993), um dos pioneiros do estudo do bullying em contexto escolar, define bullying como a exposição, repetida e ao longo do tempo, a ações negativas por parte de uma ou mais pessoas. Estas ações negativas são intencionais e podem provocar desconforto e/ou lesões. E sublinha este autor que o termo bullying não deve ser aplicado quando duas pessoas com aproximadamente o mesmo poder ou força (física ou psicológica) lutam ou discutem. Para usarmos o termo bullying deve existir uma relação de poder assimétrica: a pessoa exposta às ações negativas apresenta dificuldade em defender-se e é vulnerável ao agressor ou agressores (daqui em diante designado *bully* ou *bullies*).

O bullying pode causar stress ou lesões no jovem alvo, incluindo lesões físicas, psicológicas, sociais ou educacionais (Gladden, Vivolo-Kantor, Hamburger, e Lumpkin, 2014). Neste sentido, Bullock (2002) distingue três tipos de bullying: físico (ou direto), psicológico e indireto. O primeiro refere-se a comportamentos físicos, como bater, dar pontapés, empurrar, ameaçar ou roubar. O bullying psicológico engloba comportamentos como agressão verbal, irritar, insultar ou dizer injúrias. Finalmente, o bullying indireto inclui o isolamento ou a exclusão de alguém de um grupo (agressão relacional). É o menos visível dos três tipos de bullying (Olweus, 1993).

Podemos ainda considerar a cyber-agressão (*e.g.* mensagens ou emails com mensagens ou imagens nocivas) (Cook, Williams, Kim, Guerra e Sadek, 2009), que vamos explorar mais à frente neste capítulo.

Caraterísticas de bullies e vítimas

Um estudo com jovens americanos (Wang, Iannotti, e Nansel, 2009) examinou quatro tipos de envolvimento em bullying na escola (bullies, vítimas, bully-vítimas e não-envolvidos), procurando explorar diferenças de género, idade, raciais e socioeconómicas na prevalência de cada forma de bullying entre adolescentes, bem como examinar o papel do apoio parental e do número de amigos. Os autores descobriram que os adolescentes com maior apoio parental reportavam menos envolvimento nos quatro

grupos enquanto ter amigos estava associado a mais comportamentos de bullying (bullies) e menos vitimação.

Crianças maltratadas pelos pais são mais propensas do que crianças não-maltratadas a serem bullies, e os maus tratos também colocam as crianças em maior risco de vitimação por parte dos pares (Shields e Cicchetti, 2001). Tanto bullies como vítimas evidenciaram problemas com a regulação das emoções (Shields e Cicchetti, 2001), maior envolvimento em comportamentos violentos e anti-sociais (Liang, Flisher e Lombard, 2007)

No que diz respeito às diferenças de género, os rapazes parecem estar mais envolvidos em episódios de bullying do que as raparigas, nos três grupos de envolvimento - como bullies, vítimas e bully-vítimas (Cook, Williams, Kim, Guerra e Sadek, 2010; Liang, Flisher e Lombard, 2007). Bullock (2002) argumenta que as raparigas podem ter tantos comportamentos opressivos quanto os rapazes, todavia, como não querem demonstrar o seu envolvimento nestas situações e usam formas de bullying psicológicas e indiretas às quais não se presta tanta atenção pode ocorrer uma subestimação de comportamentos violentos neste campo.

Os estudos verificam que alguns preditores são únicos de cada um dos grupos: baixos resultados escolares parecem ser preditor significativo de crianças e jovens que praticam bullying; ter atitudes e opiniões negativas sobre os outros revelou ser um preditor significativo para bullies, mas não para vítimas. Por outro lado, possuir atitudes e opiniões negativas sobre si próprio estava significativamente relacionado com ser vítima de bullying (Cook, Williams, Kim, Guerra e Sadek, 2010).

No panorama português, um estudo de Carvalhosa, Lima e Matos (2001) confirma os resultados da literatura internacional para a população portuguesa no que diz respeito às características dos envolvidos em situações de bullying. Assim, verifica-se que os rapazes se envolvem mais em comportamentos de provocação, vitimação e envolvimento duplo; alunos mais novos são mais frequentemente vítimas e a frequência de serem ameaçados diminuiu à medida que aumenta a idade.

Já no primeiro estudo acerca da natureza e extensão do bullying nas escolas portuguesas, Almeida (1999) encontrou diferenças de género, com os rapazes a reportarem mais situações de vitimação e também mais situações em que eram agressores.

No que diz respeito às características dos bullies, Carvalhosa, Lima e Matos (2001) verificaram que estes têm índices de violência fora da escola maiores que as vítimas; têm piores relações com os pais

(quando comparados com o grupo sem envolvimento); são aqueles que revelam melhores relações com os seus pares; têm mais sintomas de depressão e maiores queixas de sintomas físicos e psicológicos do que o grupo sem envolvimento; são os maiores consumidores de drogas e de tabaco e álcool.

Em relação às características das vítimas, as autoras referem que são aquelas que têm piores relações com pares; piores relações com os pais quando comparados com o grupo sem envolvimento; mais sintomas de depressão e maiores sintomas físicos e psicológicos; consomem menos drogas que o grupo sem envolvimento e são os que menos tabaco e álcool consomem.

Quanto às características dos jovens com envolvimento duplo, as autoras indicam que estes jovens têm índices de violência fora da escola maiores do todos os outros grupos; têm piores relações com os pais do que o grupo sem envolvimento e são aqueles que têm piores relações com pares. São os que exibem, de todos os grupos, mais sintomas de depressão e apresentam mais queixas de sintomas físicos e psicológicos. Consomem mais drogas do que as vítimas e do que os jovens sem envolvimento; consomem mais tabaco e álcool do que as vítimas. Estes resultados vão de encontro a outros estudos que nos indicam que os jovens com duplo envolvimento são os que enfrentam maiores desafios, possuindo o maior número de fatores de risco, e sendo, portanto, necessário endereçar a estes jovens o acompanhamento adequado (Cook, Williams, Kim, Guerra e Sadek, 2009).

Com o rápido aumento da comunicação online e das tecnologias, contudo, o bullying não é mais limitado ao espaço escolar ou ao espaço físico.

Cyberbullying

O cyberbullying é amplamente definido como o uso da internet ou outros meios de comunicação digital para insultar, ameaçar ou intimidar alguém; uma forma de agressão que ocorre através dos computadores pessoais ou telemóveis (Wang, Iannotti e Nansel, 2009). O ciberespaço não parece funcionar como um ambiente de risco separado, mas sim como uma extensão do ambiente escolar, pelo que os aparelhos de comunicação eletrónicos não são a causa do comportamento entre os jovens, mas sim uma ferramenta (Juvonen e Gross, 2008).

A intimidação online pode ser particularmente angustiante, na medida em que os jovens enfrentam os incidentes de cyberbullying maioritariamente sozinhos. Além disso, os jovens podem ficar especialmente relutantes em contar aos adultos sobre os incidentes enfrentados online por recearem que os pais possam restringir o uso dessas formas de contacto social. Assim, o cyberbullying pode ser especialmente doloroso porque pode passar despercebido por longos períodos de tempo. Dado que o cyberbullying pode ocorrer

fora do horário escolar e fora do ambiente escolar, é particularmente importante alertar os pais para esta problemática (O'Moore et al. 2013).

Num esforço de prevenção e resposta ao bullying e cyberbullying, as escolas têm vindo a reconhecer a necessidade de se focarem no desenvolvimento juvenil saudável. Esta preocupação leva a prestar atenção à resiliência e à importância de esta não ser tantas vezes negligenciada na prevenção do bullying. A este respeito, Hinduja e Patchin (2017) olham para a resiliência como um fator de proteção, tanto na prevenção do bullying como a mitigar os seus efeitos.

É efetivamente importante analisar estes comportamentos no ambiente escolar e trabalhar na sua prevenção e no desenvolvimento de programas de intervenção. Neste sentido, Wang, Iannotti, Tonka e Nansel (2009) dão ênfase à importância do apoio parental e de uma parentalidade positiva como fatores de proteção quer na infância, quer na adolescência, desincentivando os adolescentes não só de praticarem atos considerados bullying a outros, mas também de serem vítimas de bullying. Hinduja e Ptchin (2017) referem que desenvolver a resiliência dos jovens parece ser uma abordagem promissora para mitigar os efeitos nocivos do bullying.

Resiliência

Desenvolvimento Histórico do Conceito de Resiliência

O estudo da resiliência emergiu do estudo do risco, uma vez que ao estudar a vida das crianças em risco, os investigadores reconheceram que alguns jovens eram bem-sucedidos no meio da adversidade, tornando-se adultos saudáveis.

Masten (2015) refere quatro ondas no estudo da resiliência, que procuramos detalhar em seguida. A primeira onda foi essencialmente descritiva, começando os investigadores a definir, medir e descrever o fenómeno, procurando encontrar os preditores da resiliência. Na segunda onda, os investigadores focaram a sua atenção nos processos que levam à resiliência questionando de que forma atuam as influências de promoção e proteção no risco, bem como é que o desenvolvimento positivo é promovido em contextos de risco. A resposta a estas questões leva-nos à terceira onda cujo foco estava na promoção da resiliência através de intervenções. Avanços na tecnologia e no conhecimento trouxeram-nos à quarta onda do estudo da resiliência, caracterizada por abordagens dinâmicas e sistémicas, com um foco na interação entre genética e experiência, entre pessoas e contexto.

Iniciando a análise do desenvolvimento histórico do conceito, verificamos que as raízes do estudo da resiliência remontam aos estudos pioneiros com crianças, filhos de esquizofrénicos, durante os anos 70 (Belsky e Pluess, 2016). Garmezy foi um dos mais importantes pioneiros na conceptualização e estudo da resiliência a partir dos anos 70 (Rutter, 2012). Garmezy (1974) observou que entre as crianças com elevado risco para o desenvolvimento de psicopatologias existia um subgrupo de crianças com padrões de adaptação inesperadamente saudáveis, procurando então identificar que fatores estavam associados a este bem-estar incomum.

Similarmente, também Anthony e Rutter estudaram a resiliência entre os filhos de esquizofrénicos. Anthony (1974 *cit in* Luthar, 2015) descreveu um conjunto de crianças "*invulneráveis*" que demonstravam uma maior resistência à psicopatologia dos pais. Rutter (1979 *cit in* Luthar, 2015) também identificou um subgrupo distinto de crianças resilientes, indicando que estas eram caracterizadas por traços individuais como elevada criatividade, eficácia e competência. Em estudos com grupos que não famílias de esquizofrénicos, Murphy e Moriarty (1976 *cit in* Luthar, 2015) analisaram a vulnerabilidade e os padrões de *coping* de crianças expostas a fatores de *stress* naturais, tais como a morte ou situações de sofrimento na família. Com base em observações clínicas, estes autores descreveram os jovens resilientes como tendo vários atributos em comum, incluindo carisma social e a capacidade de se relacionarem positivamente com

terceiros, a capacidade de experienciar várias emoções e a habilidade de regular a expressão dessas emoções.

O estudo de Emmy Werner (Werner e Smith, 1992) com jovens em risco na ilha havaiana de Kauai é um marco no estudo científico da resiliência. Foram estudadas 505 pessoas, durante 32 anos, do período pré-natal, em 1955, até a vida adulta. O estudo consistiu em identificar, num grupo de indivíduos que viviam em condições de adversidade similares, os fatores que diferenciavam os que se adaptaram positivamente à sociedade daqueles que assumiram condutas de risco. Os fatores que definiam o grupo resiliente incluíam traços de temperamento das crianças/jovens (percebidos como afetivos e recetivos); melhor desenvolvimento intelectual; maior nível de auto-estima; famílias menos numerosas; menor incidência de conflitos nas famílias.

Durante os anos 80 e início dos anos 90, assistimos a várias mudanças conceptuais na abordagem ao estudo da resiliência. Ao mesmo tempo que se desenvolve este construto e o seu estudo, Bronfenbrenner oferece, em 1979, uma nova perspetiva para olhar o desenvolvimento humano. A visão do autor foi novidade pela sua conceção da pessoa em desenvolvimento, do ambiente e, especialmente, da interação evolutiva de ambos. Bronfenbrenner (1979) propôs a existência de quatro tipos de sistemas ambientais na sua teoria clássica: micro-, meso-, exo- e macrosistema. Estes níveis variam de ambientes mais pequenos e próximos, com os quais os indivíduos interagem diretamente, a ambientes mais amplos e distantes, que influenciam indiretamente o desenvolvimento. O microsistema é o sistema ecológico mais próximo, compreende as diversas relações entre o indivíduo em desenvolvimento e seu ambiente mais imediato, nomeadamente a família e a escola. O mesossistema abrange o conjunto de relações entre os diversos microsistemas nos quais o jovem está inserido e participa ativamente (as relações família-escola são um bom exemplo). O exossistema engloba as diversas estruturas sociais (formais ou informais) que, não contendo a pessoa em desenvolvimento, influenciam o que acontece no ambiente mais próximo. Um bom exemplo de exossistema importante para a maioria das crianças é o local de trabalho dos pais (Shonkoff e Meisels, 2000). O macrosistema compreende o conjunto de crenças, valores e normas, refletidas na organização cultural, religiosa e socioeconómica da sociedade - apesar de ser o sistema mais distante do indivíduo, influencia o desenvolvimento de todos os outros sistemas.

Os mesmo tempo que Bronfenbrenner apresenta a sua teoria, mudando o rumo do estudo do desenvolvimento infantil, assistimos paralelamente a uma mudança no estudo da resiliência, com alguns autores a mudarem a sua visão no mesmo sentido do autor (Ungar, Ghazinour e Richter, 2013).

Assim, são duas as mudanças particularmente salientes no estudo da resiliência durante os anos 80 e início dos anos 90. A primeira diz respeito ao “*locus*” da resiliência. Nos estudos iniciais, o esforço foi no sentido de identificar qualidades pessoais de crianças resilientes, como autonomia ou crença em si mesmo. Com a evolução da investigação, no entanto, os investigadores reconheceram que a adaptação resiliente derivava frequentemente de fatores externos à criança. Assim, três conjuntos de fatores passaram a ser comumente citados como estando implicados no desenvolvimento da resiliência: atributos das próprias crianças, aspetos das suas famílias e características dos seus ambientes sociais mais amplos (Rutter, 1987; Luthar, Lyman e Crossman, 2014). Amplia-se assim o foco da investigação, que se desloca de um interesse em qualidades pessoais, que permitiriam superar a adversidade (como a autoestima e autonomia) para um interesse maior em estudar os fatores externos ao indivíduo (como nível socioeconómico, estrutura familiar, presença de um adulto próximo) (Yunes, 2013).

A segunda mudança envolveu a conceção da resiliência como potencialmente flutuante ao longo do tempo, ao invés de estável e permanente. Em artigos iniciais, como já foi referido, as crianças bem-sucedidas apesar dos múltiplos riscos eram etiquetadas como “invulneráveis” (Anthony, 1974 *cit in* Luthar, 2015). Reconhecendo que este termo implicava que a proteção ao risco era absoluta e imutável, os cientistas gradualmente começaram a utilizar o termo “resiliência”. A aplicação do termo “invulneráveis” parece sugerir que as crianças seriam totalmente imunes a qualquer tipo de desordem, independentemente das circunstâncias (Rutter, 1985; Yunes, 2003). Contudo, algumas pessoas cedem ao stress e à adversidade, enquanto outras recuperam das situações de risco, pelo que a resiliência deve ser entendida neste binómio e não pode ser vista como um atributo fixo dos indivíduos (Rutter, 1987).

Garmezy (1993) faz uma comparação entre os dois termos com base nas suas definições. O termo “resiliência” aparece no sentido de voltar a um estado anterior; poder de recuperação. No fundo existe uma noção de flexibilidade associada ao termo “resiliência”, que não é concordante com o termo “invulnerável”. Segundo Garmezy, este último aparece mais associado a uma incapacidade de sofrer danos ou lesões. Podemos perceber que a resiliência e invulnerabilidade não são termos equivalentes. O autor indica ainda que o termo “resiliência” é muito mais apropriado quando nos referimos a alguém que recupera o seu funcionamento após experienciar adversidades.

Implícito nesta mudança de terminologia estava o reconhecimento de que a adaptação positiva apesar da adversidade nunca é permanente; é em vez disso, uma progressão do desenvolvimento, com novas vulnerabilidades e forças a emergirem com a mudança nas circunstâncias da vida (Luthar, Lyman e Crossman, 2014).

Mais importante ainda, crianças sob *stress* podem parecer resilientes relativamente aos seus comportamentos, mas enfrentarem problemas como depressão ou ansiedade. Vários autores (Garmezy,

1993; Luthar, Lyman e Crossman, 2014; Luthar, 2015) citam o estudo de Farber e Egeland (1987), onde os investigadores notaram que algumas crianças desenvolvem estratégias de *coping* que lhes permitem adaptar-se ao longo do tempo à sua situação, e dessa forma parecerem competentes. Contudo, os autores questionam se elas serão igualmente emocionalmente saudáveis.

Dai que se considere mais apropriado dizer "esta pessoa tem um padrão resiliente" ou "esta pessoa revela características de resiliência" ao invés de "esta pessoa é resiliente" (Masten, Powell e Luthar, 2003). A resiliência não é um traço de um indivíduo, embora as pessoas manifestem resiliência nos seus comportamentos e padrões de vida (Masten, Powell e Luthar, 2003).

Juntamente com a rápida propagação do estudo da resiliência, contudo, surgiram também preocupações quanto ao rigor dos métodos utilizados (Luthar, 2015). Os críticos alegavam uma considerável confusão acerca dos construtos fundamentais e definições, bem como na medida dos processos de proteção e vulnerabilidade.

Ao longo da história do conceito de resiliência existiram várias definições, mas percebemos que com cada onda da investigação da resiliência, as definições e modelos de resiliência foram-se tornando cada vez mais dinâmicos (Masten, 2015). Destaca-se a de Luthar, Cicchetti e Becker (2000), que definem resiliência como "*um processo dinâmico que tem como resultado a adaptação positiva em contextos de grande adversidade*" (p. 543). Esta definição distingue três componentes essenciais que devem estar presentes no conceito de resiliência: 1) a noção de adversidade, trauma, risco ou ameaça ao desenvolvimento humano; 2) a adaptação positiva ou superação da adversidade; 3) o processo que considera a dinâmica entre mecanismos emocionais, cognitivos e socioculturais que influenciam o desenvolvimento humano (Infante, 2005).

Desconstrução do Conceito de Resiliência

Como vimos anteriormente, a resiliência é definida como um fenómeno ou processo que reflete uma adaptação relativamente positiva, apesar das experiências de trauma ou adversidade significativa. Assim, a resiliência é um construto que inclui duas dimensões distintas e fundamentais: a) a existência de adversidade ou risco significativo e b) adaptação positiva - e, portanto, nunca é diretamente medido, mas antes indiretamente inferido com base na evidência dos dois construtos imbricados um no outro (Luthar, 2015). É necessário um diagnóstico diferencial para determinar se existe evidência suficiente para a indicação de resiliência. Em circunstâncias em que existem níveis normais de *stress* desenvolvimental (*e.g.*

a transição para uma nova escola ou a morte de um avô que não é o cuidador da criança) e a criança é bem-sucedida não deve existir uma indicação de resiliência (Ungar, 2015).

Adversidade

O diagnóstico da resiliência começa com uma avaliação da exposição à adversidade e do impacto que os fatores de risco têm na experiência de bem-estar da criança (Ungar, 2015). Existem inúmeras formas como uma criança pode experimentar adversidade – violência comunitária, pais com problemas de saúde mental, pobreza, entre muitas outras (Luthar, 2015). Os fatores de risco tendem a ser cumulativos, e a probabilidade de resultados pobres aumenta com a quantidade de fatores de risco a que uma criança ou jovem é exposto. Porém, além da importância de olharmos para a quantidade de risco, devemos olhar também para o tipo de exposição ao risco, pois influencia que fatores de promoção e proteção contribuem de forma mais significativa para o desenvolvimento de resultados positivos na criança (Ungar, 2015).

A integração de um modelo do risco num enquadramento ecológico, de acordo com a teoria de Bronfenbrenner (1979) sugere que os fatores de risco existem em múltiplos níveis da vida (ou ecologia social) do adolescente, e permite-nos uma visão holística do indivíduo e do seu ambiente. Hunt (1979) demonstra que a presença cumulativa dos fatores de risco tem os mais profundos efeitos negativos no desenvolvimento da criança ou jovem. Fatores de *stress* que ocorrem multiplamente a nível ecológico (por exemplo, se uma criança experiencia uma doença crónica, violência familiar e uma escola com poucos recursos) sobrecarregam mais uma criança do que uma adversidade menos complexa que afeta um único sistema.

Adaptação Positiva

No estudo da resiliência, uma adaptação positiva implica resultados que são substancialmente melhores do que os que seriam expectáveis, dada a exposição a um risco específico (Fergus e Zimmerman, 2005).

Várias abordagens foram escolhidas para definir a adaptação positiva. Em alguns estudos, a adaptação é definida como a ausência de psicopatologia ou outros resultados negativos expectáveis. Em outros casos, a adaptação é avaliada em termos de competência social (Luthar, 2015) ou com base em conquistas positivas em determinadas tarefas - marcos psicossociais ou físicos e realizações esperadas para os indivíduos num determinado período de desenvolvimento e num determinado contexto sociocultural (McCormick, Kuo e Masten, 2011 *cit in* Masten, 2014). Algumas dessas tarefas são vistas como universais, como aprender a andar ou falar; outras são comuns em países desenvolvidos, como aprender a ler; outras

ainda são mais específicas de uma cultura ou contexto, como aprender a tecer têxteis, pescar ou dominar textos sagrados (Masten, 2014).

Os indicadores usados para definir adaptação positiva devem ser conceptualmente relevantes para o risco examinado em termos dos domínios avaliados e rigor dos critérios utilizados (Luthar, 2015). Quando as comunidades comportam muitos riscos para problemas de ajustamento social, por exemplo, faz sentido avaliar o grau no qual as crianças são capazes de manter comportamentos funcionais e socialmente adequados, enquanto entre os filhos de pais deprimidos, a ausência de diagnósticos depressivos tem uma particular importância (Luthar, 2015).

No que diz respeito ao rigor dos critérios, da mesma forma, as decisões devem depender da gravidade dos riscos em consideração. Ao estudar crianças que enfrentam sérios traumas (como por exemplo, crianças que viveram em contextos de guerra e conflito), é inteiramente apropriado definir a proteção ao risco simplesmente em termos de ausência de psicopatologias sérias, em vez de uma adaptação ótima ao dia-a-dia.

Luthar (2015) ressalta ainda que a competência deve ser definida através de múltiplas esferas, uma vez que definições demasiado estreitas podem transmitir uma ideia enganosa de sucesso face à adversidade. A título de exemplo, podemos ter um jovem muito bem-adaptado a nível social, com um bom relacionamento com os pares, porém que apresenta um baixo rendimento académico ou problemas de conduta.

Ilustrando as diferentes esferas de adaptação, na sociedade americana, é expectável que crianças em idade escolar sejam bem-sucedidas na escola (competência académica), tenham boas relações com outras crianças e façam amigos (competência social), e sigam as regras de conduta em casa, na escola e na comunidade (conduta). Estas três tarefas desenvolvimentais são importantes ao longo da infância e adolescência, mas as expectativas para o comportamento variam com a idade e o desenvolvimento (Masten, Powell e Luthar, 2003).

Desta forma, Infante (2005) afirma que, quando nos referimos à adaptação resiliente, é importante considerar três aspetos essenciais: (a) a conotação ideológica associada à adaptação positiva; (b) a heterogeneidade nas diferentes áreas do desenvolvimento humano; e (c) a variabilidade ontogenética.

No que diz respeito à conotação ideológica associada à adaptação positiva, o autor explica-nos que a resiliência implica uma avaliação qualitativa do funcionamento do indivíduo, e que essa avaliação é baseada numa noção cultural de desenvolvimento normal. Adicionalmente, os parâmetros de avaliação do que se considera apropriado para cada etapa de desenvolvimento provêm da literatura produzida em sociedades desenvolvidas, pelo que é essencial definir modelos conceptuais de desenvolvimento normal

em contextos subdesenvolvidos ou em contextos de pobreza, criando-se assim margem para a interpretação do conceito de “desenvolvimento normal” e resiliência, em função de cada contexto.

Quando Infante nos fala da heterogeneidade nas diferentes áreas do desenvolvimento humano, nomeadamente desenvolvimento cognitivo, comportamental, social e emocional, refere que não deve ser expectável uma adaptação resiliente em todas estas áreas. A uniformidade no desenvolvimento humano e uma capacidade de adaptação positiva nos diferentes domínios não ocorre nem mesmo nos casos considerados de desenvolvimento “normal”. Neste sentido, Farber e Egeland (1987) reportaram pela primeira vez, num estudo com crianças maltratadas, que apesar de as crianças mostrarem resiliência nos seus comportamentos, podem enfrentar problemas como depressão e ansiedade.

A variabilidade ontogenética (Luthar, Cicchetti, Becker, 2000) refere-se à ideia de que resiliência é um processo que pode ser promovido durante o ciclo da vida. Se o ambiente, a família e a comunidade apoiam o desenvolvimento da criança e continuam a oferecer os recursos de que possa necessitar para superar a adversidade, existe uma elevada probabilidade de que o indivíduo continue a adaptar-se positivamente ao longo do tempo. Essa estabilidade durante o desenvolvimento não significa que uma pessoa é resiliente, já que isso equivaleria ao equívoco de considerar a resiliência um traço de personalidade ou atributo pessoal.

A adaptação positiva pode então ser determinada pelo desenvolvimento de algum aspeto do indivíduo ou pela ausência de condutas disruptivas. Em ambos os casos, é necessário considerar que o conceito de “desenvolvimento normal” pode divergir de um grupo cultural para outro; que a resiliência pode ser observada em condutas ou áreas específicas do desenvolvimento humano e que é necessário fortalecer a resiliência ao longo de todo o ciclo da vida (Infante, 2005).

O estudo da resiliência procura compreender como podemos potenciar esta adaptação positiva, apesar da exposição ao risco. Neste sentido, Luthar, Lyman e Crossman (2014) referem que o objetivo central do estudo da resiliência é a identificação de *fatores de vulnerabilidade e de proteção* que possam *modificar* os efeitos negativos das circunstâncias de vida adversas, e posteriormente identificar os *mecanismos* ou *processos* que possam estar por detrás das associações encontradas.

Fatores de Vulnerabilidade e Fatores de Proteção

O que são fatores de vulnerabilidade e fatores de proteção?

Os fatores de vulnerabilidade abrangem os indicadores que agravam os efeitos negativos da condição de risco, enquanto os fatores de proteção são aqueles que modificam os efeitos do risco numa direção

positiva. A interpretação destes fatores nem sempre é clara. É necessário compreender se os efeitos significativos de uma determinada característica implicam que baixos níveis da mesma conduzem a uma má adaptação, ou se elevados níveis dessa característica conduzem a uma adaptação positiva, ou ambas. Há, reconhecidamente, alguns índices de vulnerabilidade “puros” que só podem criar desordem quando presentes, mas não excelência quando ausentes (como maus-tratos infantis), enquanto outros podem ser benéficos quando presentes sem conferir vulnerabilidade quando ausentes (como talentos artísticos ou musicais). Muitos, se não a maioria, no entanto, são de natureza bipolar, com o potencial de efeitos em ambos os extremos (Luthar, 2015).

Os fatores de vulnerabilidade e proteção podem ser atributos ou recursos. Exemplificando com os fatores de proteção, os atributos são fatores positivos que residem no próprio indivíduo, tais como competência, capacidade de *coping*, e auto-eficácia; os recursos também são fatores positivos que ajudam os jovens a ultrapassar a situação de risco, porém são externos ao indivíduo - eles incluem apoio parental, mentoria por parte de um adulto, ou organizações comunitárias que promovam o desenvolvimento positivo dos jovens. O termo recursos dá ênfase à influência do ambiente social na saúde e desenvolvimento dos jovens, colocando a teoria da resiliência num contexto mais ecológico - afastando-se por isso de concepções de resiliência como um traço estático e individual (Fergus e Zimmerman, 2005).

O conceito de *mecanismos* de proteção e de vulnerabilidade apresenta uma característica fundamental, a modificação da resposta do indivíduo à situação de risco. Assim, requer que exista uma intensificação (vulnerabilidade) ou melhoria (proteção) da reação a um fator que, em condições normais, levaria a um resultado desajustado. O efeito é indireto e depende de algum tipo de interação (Rutter, 1987). A essência do conceito é que os efeitos de vulnerabilidade ou proteção só são evidentes em combinação com a variável de risco (Rutter, 1987).

Quando os fatores de proteção atuam como moderadores, modificam a relação entre risco e comportamento problemático: esta relação, linear e positiva quando a proteção é baixa ou ausente, é nitidamente atenuada quando a proteção é alta (Jessor *et al.*, 1995).

Os fatores de promoção da resiliência (bem como os fatores de vulnerabilidade) têm sido habitualmente discutidos dentro de três áreas: os próprios jovens, as suas famílias, e as sociedades em que vivem (Olsson, Bond, Burns, Vella-Brodrick e Sawyer, 2003).

Dada a importância dos moderadores de risco para o desenvolvimento de intervenções eficazes, é mais útil concentrarmo-nos primeiramente nos moderadores de risco que são (a) mais influentes, com efeitos relativamente duradouros ou robustos, e (b) relativamente modificáveis (como, por exemplo, aspetos

do funcionamento dos cuidadores), em oposição a características intrínsecas (como QI ou vulnerabilidade genética) (Luthar, Lyman e Crossman, 2014).

Assim, apresentamos alguns moderadores de risco dentro dos domínios da família - o mais próximo e o mais duradouro dos ambientes infantis - seguido da comunidade, que pode afetar diretamente as crianças, bem como indiretamente, através dos pais. As características próprias das crianças são apresentadas em terceiro lugar.

Família

Entre os fatores mais poderosos que afetam as trajetórias de indivíduos em situação de risco estão os maus-tratos pelos cuidadores primários. Os maus-tratos coincidem com muitas circunstâncias de alto risco, incluindo situações de desvantagem socioeconômica, disfunção familiar, violência na comunidade (Masten e Wright, 1998), funcionando assim como um fator de vulnerabilidade generalizado. As evidências sugerem uma relação causal entre maus tratos infantis e várias doenças mentais, abuso de substâncias, tentativas de suicídio e comportamento sexual de risco (Norman, Byambaa, Butchart, Scott e Vos, 2012). Adicionalmente, as crianças vítimas de maus-tratos apresentam défices que abrangem vários domínios, nomeadamente na regulação emocional (Maughan e Cicchetti, 2002; Kim e Cicchetti, 2010), do processamento cognitivo e do desenvolvimento linguístico (Culp *et al.*, 1991).

Este grau de disfunção não é surpreendente, dado que os maus-tratos implicam distúrbios graves na ecologia da criança - em famílias maltratantes, o cuidado parental não corresponde às necessidades básicas da criança para a segurança física e proteção, segurança emocional e interação social. A raiva e o conflito estão presentes entre os pais e entre os pais e a criança, e o sistema familiar é globalmente caracterizado por caos e instabilidade (Luthar, 2015). A resiliência é rara entre crianças maltratadas, e os perfis de adaptação não são homogêneos. Mesmo quando as crianças vítimas de maus-tratos apresentam perfis de adaptação positiva, estes tendem a ser instáveis ao longo do tempo (Luthar, 2015). O grau de diversidade que é observado pode dever-se à ampla heterogeneidade das experiências de maus-tratos em termos de severidade, idade no início ou cronicidade (Luthar, 2015).

Enquanto os maus-tratos impedem a adaptação positiva, por outro lado, relacionamentos familiares positivos e de apoio são vitais para manter uma adaptação positiva diante das adversidades (Luthar, Lyman e Crossman, 2014).

As relações familiares desde sempre foram vistas como críticas na manutenção de uma boa adaptação face à adversidade. Os estudos iniciais da resiliência indicavam que a presença de uma relação próxima com pelo menos uma das figuras parentais era altamente protetora para uma ampla variedade de riscos (Luthar, 2015), e estudos mais recentes continuam a apontar para a parentalidade responsiva e

sensível como sendo um dos preditores mais robustos da adaptação resiliente (Luthar e Zelazo, 2003). Falhas na parentalidade representam o risco proximal mais bem documentado na infância (Jenkins, 2008).

Para além dos cuidadores principais, os irmãos também podem ajudar a modificar os efeitos das circunstâncias de alto risco (Luthar, 2015).

Outro construto da parentalidade crítico para a adaptação resiliente está relacionado com o domínio da disciplina através da definição de limites e monitorização.

Apesar do afeto e do controlo apropriado terem funções de proteção, os benefícios de cada um dependem do nível do outro – níveis elevados de afeto com disciplina insuficiente podem estar associados a uma pior adaptação, do mesmo modo que uma disciplina rígida sem afeto tende a gerar maiores dificuldades de ajustamento. Um estilo parental caracterizado por um balanço apropriado entre afeto e controlo é o adequado (Luthar, 2015).

Comunidade

Os estudos apontam para o potencial da comunidade moldar os resultados afetando as crianças não só diretamente, mas indiretamente, através dos pais, pelo que modificar aspetos do ambiente mais amplo pode trazer benefícios através de ambas as formas (Luthar e Zelazo, 2003).

Assim como os maus-tratos na família, a exposição crónica à violência na comunidade pode ter efeitos nefastos que são difíceis de serem superados por outras forças positivas (Luthar, Lyman e Crossman, 2014). A exposição à violência na comunidade agrava os riscos de uma série de problemas, como ansiedade (Cooley-Quille, Boyd, Frantz e Walsh, 2001), agressividade (Guerra, Rowell e Spindler, 2003) e dificuldades a nível académico (Schwartz e Gorman, 2003).

O apoio dos pais pode ter funções de proteção relativamente à violência comunitária, mas, infelizmente, os próprios pais também são altamente vulneráveis às tensões da violência comunitária crónica (Jain et al., 2012 *cit in* Luthar, Lyman e Crossman, 2014)

No contexto comunitário, Luthar (2015) refere ainda a importância da qualidade dos cuidados infantis, particularmente nos anos da primeira infância e quando as circunstâncias da criança em casa refletem elevados níveis de risco. Portanto, percebemos que a disponibilização destes serviços deve ser uma prioridade nas políticas sociais, de forma a melhorar a qualidade dos cuidados infantis disponíveis para as famílias desfavorecidas, particularmente as que apresentam elevados níveis de risco.

A escola é o local onde crianças e jovens passam uma considerável parte do seu dia, pelo que naturalmente este é um ambiente de extrema importância. Um estudo longitudinal, aborda o papel dos/as professores/as na construção da resiliência e na melhoria dos resultados dos jovens. Relações positivas

com a equipa educativa (particularmente com os professores) associavam-se inversamente com o risco de desajustamento dos estudantes; elas melhoravam a resiliência e os resultados positivos em ambos os grupos. Estudantes em risco de desajustamento relataram melhores resultados quando os professores levaram em conta o impacto que os riscos tiveram no desempenho dos alunos e quando os professores trabalharam respeitosamente com eles e forneceram oportunidades para o exercício da agência pessoal. Os resultados sugerem que as escolas constituem um fator de proteção importante para os estudantes em risco de desajustamento (Sanders, Munford e Liebenberg, 2016).

Atributos Individuais

Na tríade dos processos de vulnerabilidade e proteção na resiliência, os atributos da própria criança devem ser considerados depois dos aspetos familiares. Embora tenham um papel de destaque na adaptação resiliente (como a auto-eficácia e a inteligência), eles são também moldados pelas forças do ambiente (Luthar e Zelazo, 2003).

No que diz respeito aos atributos individuais, a inteligência é, porventura, o recurso pessoal mais comumente mencionado enquanto promotor da adaptação resiliente. Jovens com níveis de QI mais elevados envolvem-se menos em comportamentos delinquentes (Kandel *et al.*, 1988; Ttofi *et al.*, 2016). Contudo, há também muitas evidências de que as adversidades contínuas no ambiente próximo podem mitigar esta habilidade pessoal (Luthar, Lyman e Crossman, 2014).

Jovens resilientes tendem a ter maior locus de controlo interno (Werner e Smith, 1992), e a criatividade também parece ser um fator de proteção. Um estudo de Jacobs e Wolin (1991) indica que a criatividade em filhos de alcoólicos permite que estes se expressem e resolvam conflitos internos através da pintura, fotografia, dança, música ou escrita.

Dada a multidimensionalidade dos processos associados à resiliência, a probabilidade de uma criança suportar autonomamente o impacto de fatores de *stress* cumulativos não é reflexo da sua invulnerabilidade pessoal. Em vez disso, a resiliência é vista como a capacidade dos indivíduos e a capacidade da sua ecologia social e física de facilitar o *coping*, de forma culturalmente significativa (Ungar, 2015). Assim, crianças resilientes necessitam de famílias e comunidades resilientes.

Para podermos criar intervenções adequadas às necessidades e forças dos jovens e suas ecologias, necessitamos de conhecer os recursos existente, e é neste sentido que surge a *Child and Youth Resilience Measure* (Ungar e Liebenberg, 2011; Liebenberg, Ungar e Van de Vijver, 2012), uma medida da resiliência culturalmente sensível, criada para facilitar o trabalho de investigadores e trabalhadores sociais.

Child and Youth Resilience Measure: uma nova medida da resiliência

Apesar dos investigadores terem começado a prestar atenção aos indivíduos “resilientes” por volta dos anos 80, e apesar do número crescente de estudos focados na resiliência, as medidas disponíveis para avaliar a resiliência em crianças e jovens são escassas (Daigneault, Dion, Hébert, McDuff, e Collin-Vézina, 2013).

A falta de um instrumento validado para o uso com crianças e jovens é um problema significativo, uma vez que deixa os trabalhadores sociais sem um instrumento que lhes permita quantificar e compreender os recursos, habilidades e necessidades das crianças e jovens quando avaliam o impacto que os riscos têm na sua capacidade de serem bem sucedidos (Sanders, Munford, Thimasarn-Anwar e Liebenberg, 2017).

Perante a necessidade de uma medida de resiliência fácil de administrar e sensível ao contexto de vida, capaz de identificar com precisão a presença de recursos de proteção localizados nos domínios individual, relacional e contextual/cultural em torno de crianças e jovens, foi desenvolvida a escala de avaliação *Child and Youth Resilience Measure* (Ungar e Liebenberg, 2011; Liebenberg *et al.*, 2012).

A medida foi especificamente desenvolvida para avaliar a resiliência em jovens vulneráveis em diversos contextos socioculturais, procurando auxiliar investigadores e trabalhadores sociais a construir uma imagem clara dos recursos disponíveis para os jovens vulneráveis - recursos que dizem respeito às características individuais, à presença de pessoas de apoio à volta do jovem e o acesso a recursos culturais e contextuais que podem suportar o desenvolvimento positivo (Ungar e Liebenberg, 2011; Liebenberg *et al.*, 2012), tornando possíveis as comparações entre diferentes culturas.

Desenvolvimento da escala de avaliação Child and Youth Resilience Measure

Os locais de estudo foram escolhidos intencionalmente, de forma a maximizar a variabilidade entre a população de jovens, e incluíam os seguintes: Sheshatshiu, uma comunidade indígena aborígene no norte do Canadá; Hong Kong, China; Jerusalém Oriental e Gaza, Palestina; Tel Aviv, Israel; Medellín, Colômbia; Moscovo, Rússia; Imphal, Índia; Tampa, Flórida; Serekunda, Gâmbia; Njoro, Tanzânia; Cidade do Cabo, África do Sul; Halifax, Canadá; e Winnipeg, Canadá (dois locais, um com jovens aborígenes urbanos e outro com jovens não-aborígenes em atendimento residencial (*residential care*)). As comunidades participantes foram selecionadas com base em (a) diferenças culturais, (b) diferenças na natureza do risco (todos os jovens foram selecionados de uma população de jovens em risco identificados localmente, como jovens em

condições de pobreza, expostos a violência ou racialmente marginalizados) e (c) a capacidade para localizar um parceiro académico com capacidade de supervisionar o estudo localmente (Ungar e Liebenberg, 2011).

Dado o objetivo de criar uma única medida da resiliência, foram identificados 32 domínios comuns às 14 comunidades que contribuem para o desenvolvimento positivo de jovens em risco. Estes 32 domínios foram depois agrupados em quatro *clusters* que refletiam aspetos individuais (*e.g.* assertividade, capacidade de resolução de problemas), relacionais (*e.g.* competência social, qualidade do controlo parental), comunitários (*e.g.* ritos de passagem, segurança) e culturais (*e.g.* afiliação com uma organização religiosa, filosofia de vida) da resiliência (Ungar e Liebenberg, 2011). Foram depois realizados grupos focais em cada comunidade, com jovens e adultos, com o objetivo de gerar questões para a medida quantitativa. Dentro de cada *cluster*, questões comuns à maioria dos locais foram identificadas e mantidas. Questões únicas ou relevantes somente para um ou dois locais foram incluídas numa secção específica do CYRM. Foram finalmente selecionadas 58 questões pela sua aplicabilidade aos diferentes contextos e representatividade da diversidade de culturas incluídas no estudo (Ungar e Liebenberg, 2011).

Em cada local, 60 ou mais jovens participaram na administração piloto do CYRM (CYRM-58). Todos os participantes enfrentavam, pelo menos, 3 fatores de risco culturalmente significativos. Os riscos incluíam exposição a guerra e violência; desagregação familiar; pobreza; deslocamento social ou económico; marginalização por causa da raça, etnia ou capacidade; e experiência de adições na família (Ungar e Liebenberg, 2011). Um número igual de rapazes e raparigas foi selecionado, com a exceção de Tampa, Flórida, onde apenas foram incluídas raparigas na amostra. Os participantes tinham entre 12 e 23 anos de idade. Os dados foram colhidos numa amostra de 1451 jovens (694 rapazes = 47.9% e 757 raparigas = 52.1%). Rapazes e raparigas não eram significativamente diferentes em termos de idade ($M = 16$ anos, $DP = 2.653$) (Ungar e Liebenberg, 2011).

De forma a contextualizar melhor os resultados da administração do CYRM-58, pelo menos dois jovens (um rapaz e uma rapariga) que tinham completado o questionário foram entrevistados. Os jovens selecionados estavam identificados como tendo uma adaptação positiva apesar do risco. As definições de adaptação positiva ("*doing well*") foram estabelecidas localmente. Os jovens foram questionados acerca dos riscos que enfrentavam e os recursos que tinham e contribuíram para resultados positivos no seu desenvolvimento e da comunidade. 89 jovens participaram nestas entrevistas (32 rapazes e 57 raparigas) (Ungar e Liebenberg, 2011).

Os dados quantitativos foram depois analisados usando duas análises fatoriais exploratórias. A primeira análise fatorial exploratória foi usada para identificar a estrutura das interpretações os jovens do

CYRM-58. A segunda análise foi utilizada para reduzir o número de itens para aqueles que melhor representavam a resiliência nos 14 locais, reduzindo-se a medida de 58 para 28 itens (para uma explicação detalhada do processo, ver Ungar e Liebenberg, 2011; Liebenberg *et al.* 2012).

Os investigadores trabalharam no desenvolvimento da escala de avaliação da resiliência em crianças e jovens com a preocupação que esta fosse cultural e contextualmente relevante (Ungar e Liebenberg, 2011). A equipa usou uma abordagem metodológica mista que facilitou a compreensão dos aspetos comuns e únicos da resiliência através das diferentes culturas. A inclusão de etapas quantitativas e qualitativas no seu desenvolvimento procuraram garantir que a escala preenche os requisitos da validade de conteúdo em todos os locais de investigação. Análises cruzadas dos resultados da administração quantitativa da medida piloto com 1451 jovens e entrevistas qualitativas com 89 jovens apoiam a CYRM como uma medida culturalmente sensível da resiliência juvenil (Ungar e Liebenberg, 2011).

A abordagem metodológica mista do Centro de Investigação da Resiliência (*Resilience Research Centre*) foi influenciada por Mertens (2003), que enfatiza a importância da participação dos entrevistados em todas as fases da investigação, bem como a compreensão dos valores e significados que fazem parte das experiências das pessoas sobre o fenómeno em estudo.

A equipa de investigadores de 14 comunidades em 11 países desenvolveu esta medida fazendo um esforço para evitar o enviesamento da cultura do Ocidente e das culturas mais desenvolvidas. Aquilo que os autores designam como os países do *Mundo Desenvolvido* formam a cultura dominante em países que, apesar de numericamente pequenos, exercem um viés eurocêntrico em áreas de política, economia, ciência e arte. As nações economicamente subdesenvolvidas e populações marginalizadas, como imigrantes, necessitam ainda de ser sistematicamente incluídas nos estudos da resiliência (Ungar e Liebenberg, 2011). Devido a esta inclusão de populações habitualmente marginalizadas, o estudo conseguiu refletir as experiências dos jovens não-ocidentais que, globalmente, superam em número os ocidentais. Métodos mistos foram necessários para identificar fatores singulares (incluindo valores comunitários relacionados com a resiliência) relevantes para jovens de culturas e contextos sub-representados na literatura ocidental. O uso de uma metodologia mista também permitiu comparar os resultados dos indicadores quantitativos com as descrições dos jovens sobre as suas experiências de interações complexas para nutrir e manter o bem-estar dentro das suas ecologias sociais tão desafiantes. Por terem começado com dados qualitativos exploratórios, as questões contidas na medida quantitativa têm na sua origem as experiências de indivíduos de múltiplas culturas e contextos. As conclusões da análise dos dados qualitativos adicionais também complementam a análise quantitativa, afetando a estrutura do CYRM-28.

Desta forma, o CYRM-28 é desenhado para demonstrar uma boa validade de conteúdo dentro de cada local de investigação onde foi aplicado o piloto, enquanto partilha uniformizada e suficiente para se tornar útil para comparações transnacionais (Ungar e Liebenberg, 2011).

Em anexo (Anexo 1) apresentamos a versão original do CYRM-28 que usa uma escala de Likert de 5 itens para avaliar fatores ecológico-sociais relacionados com a resiliência (isto é, individuais, relacionais e contextuais).

É importante referir que construir uma medida que não se baseasse à priori em assunções que refletem as investigações já existentes do desenvolvimento positivo no mundo ocidental (*Mundo Minoritário*) representa uma mudança radical no habitual modo de desenvolvimento de instrumentos. A metodologia mista utilizada facilitou esta abordagem no desenvolvimento do CYRM-28 (Ungar e Liebenberg, 2011). Embora os autores tenham operacionalizado a resiliência como “*doing well*” apesar da adversidade, características mais específicas do construto e dos mecanismos que contribuem para o bem-estar (“*doing well*”) foram negociadas através das diferentes culturas. No que diz respeito ao desenho da investigação, a inclusão de métodos qualitativos e um desenho que encorajava as discussões da variabilidade da amostra resultaram numa tolerância à ambiguidade mais elevada do que é habitual na literatura do desenvolvimento de medidas (e.g. a idade cronológica dos jovens variava, embora eles estivessem equivalentes ao nível das tarefas desenvolvimentais enfrentadas). O uso de uma metodologia mista na análise e interpretação encorajou uma co-construção do significado da resiliência e ajudou a refinar a seleção de itens.

Ungar e Liebenberg (2011) ressaltam que o trabalho de validação do CYRM é fulcral e continua com o *Pathways to Resilience Research Program*.

Validação da Child and Youth Resilience Measure

Algum trabalho tem sido feito no sentido da validação contínua do CYRM-28 para diferentes populações. Windle, Bennett e Noyes (2011), na sua revisão sobre medidas de resiliência, pontuaram o CYRM-28 positivamente em termos de validade de conteúdo e no envolvimento da população-alvo na seleção de itens. Os autores afirmam, contudo, que falta evidência quanto à validade de construto. Também apontam positivamente o facto de a medida examinar a resiliência em múltiplos níveis, refletindo adequação conceptual. Avaliada como uma medida promissora devido ao seu desenvolvimento em 11 países diferentes, intencionalmente seleccionadas para maximizar a diversidade de contexto e risco e, porque os jovens estiveram diretamente envolvidos na seleção dos itens incluídos no questionário, Windle, Bennett e Noyes (2011) apontam o CYRM como, provavelmente, a melhor escolha para um estudo transnacional.

Liebenberg *et al.* (2012) apresentam a validação da escala para duas amostras de jovens canadianos com necessidades complexas, permitindo o uso de análises fatoriais exploratórias e confirmatórias. Os resultados sugerem que o CYRM-28 apresenta três subescalas refletindo as principais categorias da resiliência. Além disso, cada subescala tem os seus próprios grupos de perguntas que servem como indicadores das principais categorias do construto. A primeira subescala reflete o fator **individual** que inclui habilidades pessoais (5 itens), apoio de pares (2 itens) e habilidades sociais (4 itens). A segunda subescala trata do **cuidado** (*caregiving*), refletido no cuidado físico (2 itens) e no cuidado psicológico (5 itens). A terceira subescala compreende **componentes contextuais** que facilitam um sentimento de pertença na adolescência, componentes relacionados à espiritualidade (3 itens), cultura (5 itens) e educação (2 itens). Análises de fiabilidade demonstram que o CYRM-28 e suas subescalas apresentam uma boa consistência interna. Além disso, nenhum participante obteve a menor pontuação possível e apenas um participante (0,2%) obteve 140, a pontuação máxima, na primeira amostra de jovens; e quatro (1%) marcaram 140 na segunda amostra de jovens. A estrutura do CYRM-28 facilita a compreensão não apenas da dinâmica e presença das três subescalas em jogo na vida dos jovens, mas também tem o potencial de fornecer uma compreensão mais detalhada das características subtis desses processos. Em termos metodológicos, no estudo de Liebenberg *et al.* (2012) há uma primeira fase com análises fatoriais exploratórias e é calculado o alfa de Cronbach para avaliar a fiabilidade interna dos três componentes do CYRM-28 - individual, relacional e contextual. Numa segunda fase efetua-se uma análise fatorial confirmatória, tendo por base a estrutura de três fatores do CYRM-28 com os itens agrupados: individual (caraterísticas pessoais, apoio dos pares, competências sociais); cuidados (cuidados físicos, cuidados psicológicos); contexto (espiritual, educacional, cultural).

A composição da medida em 28 perguntas fornece aos investigadores e trabalhadores sociais uma revisão curta, mas detalhada, dos componentes de resiliência que os jovens estão a usar, bem como os componentes que estão em falta nas suas vidas. Desta forma, as forças existentes podem ser integradas no trabalho de intervenção e desenhadas para facilitar o reforço de áreas onde os apoios e processos não são tão fortes. Os resultados apoiam o CYRM-28 como um instrumento de autorrelato fiável e válido, que mede três componentes dos processos de resiliência na vida de jovens com necessidades complexas. O estudo apresenta evidências de que a escala, originalmente desenvolvida para o uso em diversos países, pode ser utilizada para avaliar a resiliência em jovens de vários backgrounds étnicos e culturais nas províncias atlânticas do Canadá (Liebenberg *et al.* 2012).

Daigneault *et al.* (2013) analisou igualmente as propriedades psicométricas da versão canadiana-francesa do CYRM-28, em termos de estrutura fatorial, consistência interna, fiabilidade *test-retest* e validade

de construto. A versão francesa do CYRM-28 e suas três subescalas apresentam forte estabilidade temporal (ao longo de duas semanas e três meses). A validade de conteúdo é ainda reforçada pelo fato de não se encontrarem evidências significativas de *outliers* com pontuações mínimas ou máximas.

Mais recentemente, Sanders *et al.* (2017) apresentaram análises relacionadas com a estrutura dos fatores, consistência interna, fiabilidade *test-retest* e validade de constructo do CYRM-28 e das suas subescalas.

Os autores propuseram diversas hipóteses. Em primeiro lugar, esperavam encontrar uma solução fatorial de três fatores nos dados neozelandeses, tal como observado por outros (Daigneault *et al.*, 2013; Liebenberg *et al.* 2012). Uma combinação de análise fatorial exploratória e análise fatorial confirmatória foi usada para testar esta hipótese, ou seja, para identificar e confirmar a estrutura fatorial do CYRM-28 em relação a um amplo grupo de jovens neozelandeses. Adicionalmente, esperavam que o CYRM-28 e as subescalas identificadas no estudo apresentassem um alfa de Cronbach de pelo menos $=.65$, o valor atingido na validação original no Canadá (Liebenberg *et al.* 2012). Os autores também não encontrar diferenças significativas entre dois momentos temporais para o CYRM-28 em geral nem para nenhuma das subescalas identificadas. De forma a avaliar a fiabilidade da escala, esta foi aplicada duas vezes a um subgrupo de 38 jovens (22 rapazes e 16 raparigas) em duas ocasiões separadas por cerca de 1 mês (fiabilidade *test-retest*). Por fim, os autores esperavam encontrar diferenças significativas nos totais dos jovens no CYRM-28 e nas suas subescalas dependendo do género, etnia ou idade. Esta hipótese permite o argumento de que os processos da resiliência operam de forma diferente, dependendo da cultura e contexto em análise (Liebenberg *et al.*, 2012; Ungar, 2008). Para testar esta hipótese foram efetuadas análises multivariadas da variância (MANOVA) no grupo de estudo da amostra ($n=593$) com género (dois níveis: masculino e feminino), idade (dois níveis: jovens com 15 anos ou menos e jovens com 16 anos ou mais) e etnia (quatro níveis: Maori, Ilhas do Pacífico, Pakeha e Outro) como variáveis independentes e o CYRM-28 considerando quaisquer subescalas identificadas na Hipótese 1 como variáveis dependentes.

No que diz respeito ao procedimento de amostragem, os jovens foram propositadamente selecionados em quatro locais da Nova Zelândia com base no risco de não terminarem a escola secundária ou porque eram acompanhados por um ou mais sistemas que trabalham com jovens em risco na Nova Zelândia.

Os resultados revelam uma estrutura de quatro fatores, compreendendo dois fatores contextuais (social/cultural e espiritual/comunitário), fatores individuais e fatores familiares (contrariamente à estrutura de três fatores que os autores esperavam encontrar). O CYRM-28 e os seus fatores mostraram boa consistência interna, propriedades teste-reteste estáveis, sem *floor/ceiling effects*. A medida revelou uma

boa validade de construto. Assim, o CYRM-28 mostra uma boa validade geral para o grupo de jovens neozelandeses, pelo que os investigadores e trabalhadores sociais podem ter alguma confiança na sua utilidade enquanto medida que pode ser usada para avaliar a resiliência em jovens de várias origens étnicas.

Olhando para alguns dos principais estudos de validação do CYRM-28 percebemos que a medida tem tido boa aceitação na comunidade científica, demonstrando ser uma medida útil para avaliar a resiliência em jovens com diferentes contextos sociais e culturais, e um instrumento importante para o trabalho de investigadores e trabalhadores sociais. Por este motivo, acreditamos ser importante proceder à validação da escala para a população portuguesa.

Metodologia

Ao longo do presente capítulo procuramos explicar detalhadamente as diversas etapas metodológicas que antecederam a obtenção dos resultados. Começaremos por expor os objetivos da investigação e as hipóteses que foram construídas com base na revisão da literatura apresentada no capítulo anterior.

Objetivos e questões de investigação

Objetivo geral

O objetivo geral do presente estudo é compreender qual o papel da resiliência e o seu impacto ao nível do risco comportamental e de comportamentos de bullying e cyberbullying.

Objetivos específicos

Partindo do objetivo geral delineado, estipulam-se os seguintes objetivos específicos:

- Estudar o nível de risco comportamental em função de variáveis sociodemográficas.
- Estudar os comportamentos de bullying e cyberbullying em função de variáveis sociodemográficas.
- Apresentar os primeiros resultados do estudo de validação em curso das propriedades psicométricas da Escala de Avaliação da Resiliência em Crianças e Adolescentes (Versão traduzida para português do CYRM-28) para a população portuguesa.
- Determinar as diferenças dos níveis de resiliência em função de variáveis sociodemográficas.
- Identificar os fatores que predizem o risco comportamental e os comportamentos de bullying e cyberbullying.
- Analisar o efeito de interação da resiliência na relação entre experiências adversas na infância e risco comportamental.
- Analisar o efeito de interação da resiliência na relação entre risco comportamental e comportamentos de bullying e cyberbullying.

Hipóteses

Relativamente ao estudo das propriedades psicométricas da Escala de Avaliação da Resiliência em Crianças e Adolescentes (Versão traduzida para português do CYRM-28), apresentamos:

Hipótese 1: No estudo psicométrico da escala de resiliência esperamos encontrar uma estrutura fatorial de três fatores e os índices de consistência interna, confirmando os resultados obtidos em estudos anteriores

No que diz respeito à análise dos fatores preditores do risco comportamental e de comportamentos de bullying e cyberbullying, colocamos:

Hipótese 2. Esperamos verificar que o risco comportamental aumenta em função das experiências adversas de vida, da vulnerabilidade familiar e pessoal, e em função de fatores sociodemográficos, nomeadamente idade e sexo.

Hipótese 2.1. Espera-se também verificar que as experiências adversas na infância estão associadas a um maior nível de risco comportamental.

Hipótese 2.2. Espera-se que alunos em anos de escolaridade mais avançados apresentem níveis de risco comportamental mais elevados.

Hipótese 2.3. Espera-se confirmar diferenças de género no risco comportamental, apresentando os rapazes níveis de risco comportamental mais elevados.

Hipótese 3: Espera-se verificar que os comportamentos de bullying e cyberbullying são preditos pelo risco comportamental e por fatores sociodemográficos, nomeadamente sexo e idade.

Hipótese 3.1. Espera-se verificar um maior envolvimento dos rapazes em comportamentos de bullying e cyberbullying, enquanto agressores ou vítimas.

Hipótese 3.2. Espera-se observar um aumento do envolvimento em comportamentos de bullying e cyberbullying com a idade, tanto para agressores como para vítimas.

No que concerne à análise do efeito de interação da resiliência no risco comportamental e em comportamentos de bullying e cyberbullying, colocamos a seguinte hipótese:

Hipótese 6: A resiliência atua como moderadora do efeito das experiências adversas de vida no risco comportamental.

Hipótese 7: A resiliência atua como moderadora do efeito do risco comportamental no envolvimento em comportamentos de bullying e cyberbullying.

Procedimento de recolha de dados

O estudo foi realizado no âmbito de um pedido da CPCJ de Guimarães, na sequência de um aumento de sinalizações de comportamentos de risco. Neste sentido foi contactada uma equipa da Universidade do Minho com o objetivo de se realizar um estudo com uma amostra representativa dos adolescentes do concelho de Guimarães. Depois de algumas reuniões entre a equipa da UM, a instituição e as escolas do concelho, reuniu-se um conjunto de instrumentos a aplicar (acima referidos). Finalizado este acordo, foi selecionada uma amostra aleatória e representativa e seguiu-se a distribuição dos consentimentos informados pelos pais. Depois de recolhidos, os adolescentes foram convidados a preencher o conjunto de questionários durante as aulas de TIC, uma vez que os mesmos se encontravam numa plataforma online.

Caraterísticas da amostra em estudo

Caraterização sociodemográfica

A amostra deste estudo foi recolhida em escolas localizadas no Concelho de Guimarães e é constituída por 1135 adolescentes ($n=1135$), entre os 11 e os 18 anos ($M=13.70$, $SD=1.236$). 49,5% da nossa amostra é do sexo feminino ($n=562$) e 50,5% do sexo masculino ($n=573$). Os jovens da nossa amostra frequentam o 3º ciclo de escolaridade: 7.º ($n=384$), 8.º ($n=388$) e 9.º ano ($n=363$).

Relativamente à nacionalidade, verificamos que a maioria (99%) é de nacionalidade portuguesa ($n=1124$), existindo 11 elementos de outras nacionalidades. De forma semelhante, os pais e mães dos jovens são, na sua maioria, naturais de Guimarães ($n=762$ e $n=781$, respetivamente).

Tendo o presente estudo sido realizado na cidade de Guimarães, 81.6% dos jovens são naturais de Guimarães ($n=926$), com 8.3% naturais de outra cidade portuguesa ($n=94$) e 1.6% naturais de uma cidade estrangeira ($n=18$).

Escolaridade dos progenitores/cuidadores

No que diz respeito ao nível de escolaridade das mães da nossa amostra, verificamos que a maioria (68.8%, $n=781$) tem um nível de escolaridade que se situa entre o 1º e o 3º ciclo, seguido de 16.7% das mães que concluíram o ensino secundário ($n=190$) e por fim 12.2% das mães completaram o ensino superior ($n=139$).

Relativamente aos pais, verifica-se que a maioria tem um nível de escolaridade que se situa entre o 1º e o 3º ciclo (73.5%, $n=834$), seguido de 13.9% dos pais com ensino secundário ($n=158$) e 9.8% dos pais estudaram no ensino superior ($n=111$).

Situação profissional dos progenitores/cuidadores

Olhando para a situação profissional dos pais e mães dos jovens da nossa amostra verificamos que a maioria são trabalhadores por conta de outrem (no caso das mães, 72.2%, n=819; no caso dos pais 67.36%, n=767). 8.7% das mães (n=99) encontra-se em situação de desemprego, comparativamente com 3.3% dos pais (n=37). Adicionalmente, 2.9% das mães encontra-se em situação de desemprego, mas com trabalho ocasional (n=33), bem como 2.8% dos pais (n=32). 14.5% das mães trabalham por conta própria (n=165), tal como 22.6% dos pais (n=256). Por fim, na nossa amostra existem ainda 1.2% de mães na reforma (n=14) e 2.1% de pais (n=24).

Estrutura Familiar

Olhando para a estrutura familiar dos jovens da nossa amostra, a maioria tem uma estrutura familiar nuclear tradicional (n=834), seguido de monoparental (n=147), polinuclear (n=136) e nuclear recomposta (n=11). Seis sujeitos da nossa amostra estão em situação de acolhimento (n=6).

No que diz respeito ao número de irmãos, verificamos que a maioria tem um irmão (n=629), seguindo-se os filhos únicos (n=232) e os que têm dois irmãos (n=189). 36 jovens têm três irmãos, 27 têm quatro irmãos, 9 têm cinco irmãos. 6 têm seis irmãos e 1 jovem da amostra tem oito irmãos.

Instrumentos

Os seguintes instrumentos foram utilizados na recolha de dados do presente estudo:

Questionário de Caracterização Sociodemográfica

O questionário de caracterização sociodemográfica (cf. Anexo 2) aplicado aos jovens contempla questões relativas aos próprios e às suas famílias. Apresenta perguntas relativas à idade; ano de escolaridade; sexo; naturalidade do próprio e dos pais; nacionalidade; estrutura familiar e composição do agregado familiar; nível de estudos dos pais/responsáveis e a situação profissional dos pais/responsáveis.

O questionário apresenta ainda uma questão relativa à auto-perceção das notas escolares; assiduidade; problemas comportamentais na escola e número de retenções.

Escala de Avaliação da Resiliência em Crianças e Adolescentes

A Escala de Avaliação da Resiliência em Crianças e Adolescentes (cf. Anexo 3) é uma adaptação do instrumento *The Child and Youth Resilience Measure-28* (Ungar e Liebenberg, 2011; Liebenberg *et al.*

2012).¹ O instrumento usa uma escala de Likert de 5 itens, e é constituído por 28 questões, que se agregam em quatro subescalas, relativas a recursos individuais, recursos na família, na comunidade e na rede de apoio do jovem. A escala e respetivas subescalas apresentam valores de consistência interna bons e muito bons, com a escala total a apresentar um α de Cronbach = 0.920. Relativamente às subescalas, α Rede de apoio = 0.841, α Comunidade = 0.772, α Família = 0.806, α Individual = 0.812.

Questionário de Saúde e Risco

O Questionário de Saúde e Risco contém questões relativas a consumos, relações sexuais, hábitos de jogo, hábitos de sono e contexto familiar (cf. Anexo 4).

As questões relativas ao contexto familiar foram elaboradas com base no *Adverse Childhood Experiences Study Questionnaire* (Felitti *et al.*, 1998). O referido estudo procurou estudar a relação entre o abuso na infância (emocional, físico e sexual) e a disfunção no agregado familiar com muitas das principais causas de morte em adultos. No questionário original os autores utilizaram três categorias de abuso infantil: abuso psicológico (com duas questões no questionário), abuso físico (duas questões) e contacto sexual abusivo (quatro questões). Existiam ainda quatro categorias de exposição a disfunção no lar durante a infância: exposição a abuso de substâncias (definido através de duas questões), doença mental (duas questões), mãe ou madrasta tratada de forma violenta (quatro questões) e comportamento criminal no agregado familiar (uma questão). Os respondentes eram considerados expostos a uma determinada categoria se respondessem “*Sim*” a uma ou mais questões dessa mesma categoria.

Na adaptação para a língua portuguesa, o questionário apresenta três categorias de abuso infantil - abuso psicológico (21. “*Algum dos teus pais, ou outro adulto que viva em tua casa, costuma insultar-te, humilhar-te ou fazer-te sentir mal?*”; 22. “*Costumas ter medo que algum dos teus pais, ou outro adulto que viva em tua casa, te magoe fisicamente?*”); abuso físico (23. “*Algum dos teus pais, ou outro adulto que viva em tua casa, alguma vez te bateu com força deixando marcas no teu corpo?*”); abuso sexual (24. “*Algum adulto ou outra pessoa (pelo menos cinco anos mais velha do que tu) alguma vez te tocou ou te obrigou a tocar no corpo dela de forma sexualizada?*”; 25. “*Algum adulto ou outra pessoa (pelo menos cinco anos mais velha do que tu) alguma vez tentou ter contigo uma relação sexual?*”); negligência (26. “*Costumas pensar que em tua casa não há ninguém que te proteja ou se preocupe ou que cuide de ti?*”; 27. “*Costumas pensar que os teus pais (ou adultos que deviam cuidar de ti) estavam demasiado bêbados, drogados ou alterados para poderem cuidar de ti?*”); separação familiar (28. “*Os teus pais separaram-se ou divorciaram-se durante a tua infância?*”); exposição a violência (29. “*Algum dos teus pais foi agarrado, abanado com*

¹ Encontra-se em preparação um artigo referente à validação da versão traduzida da Escala de Avaliação da Resiliência em Crianças e Adolescentes (CYRM-28) para a população portuguesa.

força ou empurrado?"; 30. "Alguns dos teus pais foram pontapeados ou agredidos com algum objeto?"; 31. "Alguns dos teus pais foram ameaçados com uma faca ou uma arma?"; abuso de substâncias no agregado familiar (32. "Alguma das pessoas que vive contigo tem problemas com álcool ou drogas?"); doença mental no agregado familiar (33. "Alguma das pessoas que vive contigo tem problemas psiquiátricos, depressão ou já tentou suicidar-se?"); comportamento criminal no agregado familiar (34. "Alguma das pessoas que vive contigo já esteve presa?").

Tal como Felitti *et al.* (1998) consideramos a existência de exposição a uma determinada categoria se existir pelo menos uma resposta "Sim" a uma das perguntas dessa categoria.

Questionário de Bullying, Vitimação, Cyberbullying e Cyber-Vitimação

Foi ainda aplicado um questionário de bullying, vitimação, cyberbullying e cybervitimação, resultando de uma adaptação de questionários anteriores (Almeida, 1999; Almeida, Correia, Marinho e Garcia, 2012) para o presente estudo que procurou ter em atenção a necessidade de reduzir substantivamente o número de itens (cf. Anexo 5). Este instrumento é composto por vinte e quatro itens relativos à frequência de determinados comportamentos de bullying e cyberbullying. As hipóteses de resposta contemplam uma escala de Likert de cinco pontos: "Quase todos os dias"; "Uma vez por semana", "Duas ou três vezes por mês"; "Um ou duas vezes" e "Nunca". Para se proceder à avaliação das qualidades psicométricas desta escala nesta amostra analisamos a estrutura fatorial, com recurso a Análise Fatorial Confirmatória e análise da consistência interna de cada dimensão, com recurso ao alpha de Cronbach (α). A estrutura fatorial do instrumento foi confirmada, ($X^2(245) = 640.316$, $p < .000$; RMSEA = .038; CFI = .930; TLI = .921), revelando bons índices de ajustamento (Marôco, 2014). Os dados da fidelidade das subescalas apresentaram valores de consistência interna boa e muito boa (Pestana e Gageiro, 2003): Agressores bullying (quatro itens; $\alpha = .84$), Vítimas Bullying (quatro itens; $\alpha = .85$), Agressores cyberbullying (oito itens; $\alpha = .96$) e Vítimas cyberbullying (oito itens; $\alpha = .97$).

Através das médias das subescalas criámos os perfis Agressor de bullying, Vítima de bullying, Agressor de cyberbullying e Vítima de cyberbullying, considerando que os elementos com pontuações entre 0 e 1 não eram vítimas nem agressores, com pontuações acima de 1 eram considerados vítimas e/ou agressores. Este ponto de corte foi definido tendo em conta que as questões do questionário se referiam à frequência de comportamentos nos últimos dois meses. Assim, *Nunca = 0*; *Uma ou duas vezes = 1*; *Duas ou três vezes por mês = 2*; *Uma vez por semana = 3*; e *Quase todos os dias = 4*.

Método de análise e tratamento de dados

As análises estatísticas apresentadas ao longo deste trabalho foram realizadas com recurso ao programa IBM *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 25 e ao IBM SPSS AMOS, versão 25.

Para o tratamento de dados recorreu-se a análises de estatística descritiva para o cálculo de frequências, médias e mediadas. Adicionalmente realizamos análises de estatística inferencial, designadamente, testes de comparação de médias – teste t de *student* e Anova – e testes de Regressão linear múltipla hierárquica.

Através do AMOS foi possível a realização da Análise fatorial confirmatória e a elaboração de Modelos de equações estruturais para os estudos de mediação.

Resultados

Caraterização da amostra ao nível das experiências adversas na infância e do risco comportamental

Prevalência de Experiências Adversas na Infância

Na nossa amostra verificamos que a prevalência de abuso infantil se encontra nos 8.4% para abuso psicológico, 6.4% para abuso físico e 2.3% para abuso sexual. Apurámos também que, 16.5% dos jovens da nossa amostra têm pais separados. No que diz respeito à disfunção no agregado familiar, verificamos que 7.4% dos jovens é alvo de negligência, 11.9% já foi exposto a situações de violência no agregado familiar, 3.3% vive com um elemento que tem problemas com álcool ou drogas, 8% vive com um elemento com problemas psiquiátricos, e 2.3% vive com um elemento que já esteve preso (cf. Tabela 1).

Tabela 1. Prevalência de exposição a abuso infantil, separação dos pais e disfunção no agregado familiar

Categoria de exposição infantil	Prevalência (%)
ABUSO POR CATEGORIA	
Abuso Psicológico	8.4
Abuso Físico	6.4
Abuso Sexual	2.3
SEPARAÇÃO DOS PAIS	16.5
DISFUNÇÃO NO AGREGADO FAMILIAR	
Negligência	7.4
Exposição a violência	11.9
Abuso de substâncias no agregado familiar	3.3
Doença mental no agregado familiar	8.0
Comportamento criminal no agregado familiar	2.3

Prevalência de Risco Comportamental

Analisando os níveis de risco comportamental da nossa amostra, verificamos que 70.5% se situa num nível de baixo risco (n=800), 24.1% se situa num nível de médio risco (n=274) e 5.4% da nossa amostra apresenta um nível de alto risco (n=61).

O risco comportamental foi calculado através do somatório da frequência dos consumos (tabaco, bebidas alcoólicas, haxixe e outras drogas), da existência de relações sexuais antes dos 15 anos, hábitos de jogo que indiciam a dependência e hábitos de sono, considerando risco um número de horas diário inferior a 8 horas.

Estas variáveis foram dicotomizadas de forma a que o nível de risco pudesse variar entre 0 e 7, correspondendo ao número de fatores de risco presentes no jovem. O nível de baixo risco corresponde a 0 ou 1 fator de risco, o nível de médio risco corresponde a 2 ou 3 fatores de risco, e o nível de alto risco corresponde a 4 ou mais fatores de risco.

Diferenças de género para o risco comportamental

De forma a averiguar a existência de diferenças estaticamente significativas entre as médias de rapazes e raparigas relativamente ao risco comportamental, foi efetuado um Teste t de *Student* para amostras independentes (cf. Tabela 2). Os resultados revelam a existência de diferenças estatisticamente significativas $t(985.443) = 10.029, p = .000$. Pela análise dos valores médios, verificamos que os rapazes apresentam médias mais elevadas de risco comportamental do que as raparigas ($M_r = .58, DP = 1.00$; $M_m = 1.36, DP = 1.54$).

Tabela 2. Diferença entre médias no risco comportamental em função do sexo do jovem.

	<i>N</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>t</i>	<i>p</i>
Feminino	562	.58	1.00	152.655	.000
Masculino	573	1.36	1.54		

Diferença de médias no risco comportamental em função do ano de escolaridade

Realizámos uma ANOVA com o somatório do risco comportamental como variável dependente e o ano de escolaridade como variável independente (7.º, 8.º e 9.º ano), verificando-se diferenças estatisticamente significativas entre grupos ($F(2,1131) = 12.226, p = .000$). Através da análise dos *testes post-hoc* verificamos que, para o risco comportamental, as diferenças são estatisticamente significativas entre o 7.º ($M = .78, DP = 1.25$) e o 9.º ano ($M = 1.25, DP = 1.50$), e entre o 8.º ($M = .90, DP = 1.28$) e o

9.º ano ($M = 1.25$, $DP = 1.50$). Verificamos assim que o nível médio de risco aumenta com o ano de escolaridade (cf. Tabela 3).

Tabela 3. Diferenças no risco comportamental em função do ano de escolaridade.

	<i>N</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>F</i>	<i>p</i>
7.º Ano	384	.78	1.25		
8.º Ano	387	.90	1.28	12.226	.000
9.º Ano	363	1.25	1.50		

Caraterização da amostra relativamente ao envolvimento em comportamentos de bullying e cyberbullying

No que diz respeito à prevalência de comportamentos de bullying e cyberbullying na nossa amostra, verificamos que cerca de 15.9% dos jovens podem ser considerados *bullies*, já tendo cometido agressões contra colegas e 13.6% consideram-se vítimas de bullying. A prevalência de cyberbullying é mais baixa, com 5.2% dos jovens percecionando-se como cyber-agressores e 5.2% percecionando-se como cyber-vítimas (cf. Tabela 4).

Tabela 4. Prevalência de envolvimento em bullying e cyberbullying.

Categoria	Prevalência (%)
Bullying	
Agressor	15.9
Vítima	13.6
Cyberbullying	
Agressor	5.2
Vítima	5.2

Diferenças de género para o envolvimento em comportamentos de bullying e cyberbullying

Para verificar a existência de diferenças estatisticamente significativas entre as médias de envolvimento em bullying e cyberbullying em função do sexo dos jovens foi efetuado um teste *t* de *Student* para amostras independentes. Os resultados *t* revelam que existem diferenças estatisticamente significativas entre as médias de rapazes e de raparigas para todas as dimensões constituintes da escala (cf. Tabela 5).

As diferenças entre rapazes e raparigas são estatisticamente significativas para todas as subescalas do envolvimento em bullying. Os rapazes mais envolvidos no bullying como vítimas ($t = -3.716$, $p = .000$, $M_m = .53$, $DP_m = .83$; $M_f = .37$, $DP_f = .64$) e também como agressores ($t = -6.758$, $p = .000$, $M_m = .68$, $DP_m = .89$; $M_f =$

.37, $DP_F=.63$). No que diz respeito ao cyberbullying, estão mais envolvidos como agressores ($t= -5.115$, $p=.000$, $M_M= .27$, $DP_M= .73$; $M_F= .09$, $DP_F=.39$) e como vítimas ($t= -3.580$, $p= .000$, $M_M= .25$, $DP_M= .69$; $M_F=.13$ $DP_F=.44$).

Tabela 5. Diferença entre as médias do envolvimento em bullying em função do sexo dos jovens.

	N	M	DP	t	p
Agressores Bullying				-6.758	.000
Feminino	562	.37	.63		
Masculino	573	.68	.89		
Agressores Cyberbullying				-5.115	.000
Feminino	562	.09	.39		
Masculino	573	.27	.73		
Vítimas Bullying				-3.716	.000
Feminino	562	.37	.64		
Masculino	573	.53	.83		
Vítimas Cyberbullying				-3.580	.000
Feminino	562	.13	.44		
Masculino	573	.25	.69		

Diferenças no envolvimento em comportamentos de bullying e cyberbullying em função do ano de escolaridade

Para comparação de médias entre os três anos de escolaridade (7.º, 8.º e 9.º ano) realizamos uma análise de variância, *One-Way ANOVA*. Há diferenças estatisticamente significativas no envolvimento em comportamentos de agressão no bullying tradicional ($F(2,1131) = 10.510$, $p = .000$), agressores cyberbullying ($F(2,1131) = 4.836$, $p = .008$), vítimas de bullying ($F(2,1131) = 6.161$, $p = .002$) e vítimas de cyberbullying ($F(2,1131) = 3.243$, $p = .039$) em função do ano de escolaridade. Os testes à posteriori revelaram que entre o 7.º e o 9.º ano existem diferenças significativas no que diz respeito ao bullying e cyberbullying: mais vítimas no 9.º ano, não só de bullying ($M_7=.45$, $DP_7=.75$; $M_9=.55$, $DP_9=.82$) mas também de cyberbullying ($M_7=.19$, $DP_7=.58$; $M_9=.25$, $DP_9=.71$). No 9.º ano observam-se igualmente mais agressores: de bullying ($M_7=.53$, $DP_7=.79$; $M_9=.66$, $DP_9=.90$) e cyberbullying ($M_7=.19$, $DP_7=.60$; $M_9=.25$, $DP_9=.75$) (cf. Tabela 6).

Tabela 6. Diferença entre as médias do envolvimento em bullying e cyberbullying em função do ano de escolaridade dos jovens.

	N	M	DP	F	p
Agressores Bullying	1134	.53	.79		
7º Ano	384	.40	.61	10.510	.000
8º Ano	387	.53	.82		
9º Ano	363	.66	.90		
Agressores Cyberbullying	1134	.18	.60		
7º Ano	384	.12	.42	4.836	.008
8º Ano	387	.17	.57		
9º Ano	363	.25	.75		
Vítimas Bullying	1134	.45	.75		
7º Ano	384	.36	.63	6.161	.002
8º Ano	387	.44	.77		
9º Ano	363	.55	.82		
Vítimas Cyberbullying	1134	.19	.58		
7º Ano	384	.14	.45	3.243	.039
8º Ano	387	.18	.57		
9º Ano	363	.25	.71		

Diferenças de médias de envolvimento em comportamentos de bullying e cyberbullying em função do nível de risco comportamental

Para comparar as médias de comportamentos de bullying e cyberbullying em função do nível de risco comportamental dos jovens foi realizado um teste de análise de variâncias (ANOVA) para amostras independentes.

Este procedimento estatístico revela a existência de diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de risco em todas as subescalas: Agressores de Bullying ($F(2,1132) = 52.857, p = .000$), Agressores de Cyberbullying ($F(2,1118) = 30.206, p = .000$), Vítimas de Bullying ($F(2,1132) = 21.496, p = .000$), Vítimas de Cyberbullying ($F(2,1132) = 32.235, p = .000$) (cf. Tabela 7). Em seguida, foram realizadas análises *post-hoc* no sentido de identificar onde se situam essas diferenças, verificando-se a existência de diferenças estatisticamente significativas nos comportamentos de bullying e cyberbullying (agressão e vitimação) entre todos os níveis de risco (entre baixo e médio risco, entre baixo e alto risco e entre médio e alto risco). Verifica-se ainda que quanto mais elevado o nível de risco, mais elevada a média dos comportamentos de bullying e cyberbullying.

Tabela 7. Diferença entre as médias dos comportamentos de bullying e cyberbullying em função do nível de risco comportamental dos jovens.

	<i>N</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>F</i>	<i>p</i>
Agressores Bullying	1135	.53	.78		
Baixo risco	800	.39	.63	52.857	.000
Médio risco	274	.80	.98		
Alto risco	61	1.17	1.02		
Agressores Cyberbullying	1135	.18	.59		
Baixo risco	800	.11	.45	30.206	.000
Médio risco	274	.29	.75		
Alto risco	61	.63	1.07		
Vítimas Bullying	1135	.45	.74		
Baixo risco	800	.37	.66	21.496	.000
Médio risco	274	.59	.82		
Alto risco	61	.91	1.10		
Vítimas Cyberbullying	1135	.19	.58		
Baixo risco	800	.12	.45	32.235	.000
Médio risco	274	.27	.69		
Alto risco	61	.69	1.09		

Experiências adversas na infância e a sua associação com o risco comportamental

Através da análise dos resultados do teste Qui-Quadrado de Pearson (cf. Tabela 8), verificamos que o risco comportamental apresenta uma associação estatisticamente significativa com o abuso psicológico ($X^2= 13.378$, $p = .001$), com o abuso físico ($X^2= 31.944$, $p = .000$), e com o abuso sexual ($X^2= 37.625$, $p = .000$). No que diz respeito à disfunção no agregado familiar, verificamos que o risco comportamental apresenta uma associação estatisticamente significativa com a negligência ($X^2= 20.580$, $p = .000$), com a exposição a violência ($X^2= 12.883$, $p = .002$), com o abuso de substâncias no agregado familiar ($X^2= 12.348$, $p = .002$) e com doença mental no agregado familiar ($X^2= 10.099$, $p = .006$).

Tabela 8. Teste Qui-Quadrado de Pearson com experiências adversas na infância e risco comportamental.

		Nível de Risco Comportamental			X ²	p
		Baixo risco	Médio risco	Alto risco		
		N	N	N		
Abuso Psicológico	Não	746	245	49	14.648	.001
	Sim	54	29	12		
Abuso Físico	Não	766	244	52	22.638	.000
	Sim	34	30	9		
Abuso Sexual	Não	791	264	54	30.108	.000
	Sim	9	10	7		
Negligência	Não	755	244	52	13.527	.001
	Sim	45	30	9		
Separação dos Pais	Não	668	228	52	.151	.927
	Sim	132	46	9		
Exposição a Violência	Não	724	231	45	20.112	.000
	Sim	76	43	16		
Abuso de Substâncias	Não	782	259	57	8.951	.011
	Sim	18	15	4		
Saúde Mental	Não	747	245	52	8.304	.016
	Sim	53	29	9		
Comportamento Criminal	Não	789	263	57	11.596	.003
	Sim	11	11	4		

Estudo das qualidades psicométricas da Escala de Avaliação da Resiliência em Crianças e Adolescentes

Confirmação do Modelo Fatorial

Antes de realizarmos a análise fatorial exploratória (AFE), a aptidão dos dados para a análise foi avaliada. A medida de adequação da amostragem de Kaiser-Meyer-Olkin apresentou um valor de .945, indicando que é recomendado efetuar uma análise fatorial com a nossa amostra (Maroco, 2014). O teste de esfericidade de Bartlett (Bartlett, 1954), $X^2(378) = 12,358.039$, $p < .001$, indica que a correlação entre os itens é suficiente para uma AFE.

Realizamos então uma AFE com uma estrutura de três fatores, de acordo com a estrutura encontrada nos primeiros estudos de validação da escala (Daigneault *et al.*, 2013; Lienbenberg, Ungar e Van de Vjver, 2012), contudo os valores de saturação obtidos não foram satisfatórios.

Existe debate acerca de quantos fatores devem ser aplicados quando conduzimos uma análise fatorial exploratória. Um dos métodos mais comuns é considerar componentes com um *eigenvalues* superiores a 1 (Hayton, Allen e Scarpello, 2004). A AFE (*direct oblimin rotation*) revelou cinco componentes com *eigenvalue* > 1, sugerindo uma estrutura de cinco fatores.

Repetimos a AFE, desta vez com cinco fatores, e a força das saturações (cf. Tabela 9) combinada com fundamentos teóricos levou-nos à seguinte distribuição pelos cinco componentes - *Rede de Apoio*: itens

14, 18, 16, 11, 19, 15; *Individual*: 25, 8, 4, 3, 20, 2, 7, 23, 21, 1, 13; *Família*: 6, 5, 12, 17, 24; *Comunidade*: 26, 28, 10, 27; *Espiritual*: 9, 22.

Tabela 9. Matriz de saturações para a solução de cinco fatores da Escala de Avaliação de Resiliência em Crianças e Jovens.

	Componentes				
	Rede Apoio	Individual	Família	Comunidade	Espiritual
14. Eu sinto que os meus amigos me apoiam.	0.830*				
18. Eu acho que os meus amigos estarão sempre ao meu lado nos momentos difíceis da vida.	0.791*				
16. Eu sinto que faço parte da minha escola.	0.502*				
11. Sou uma pessoa com quem os outros gostam de conviver e acham divertido.	0.451*				
19. Na minha comunidade sinto que sou tratado de forma justa.	0.422*				
15. Na minha comunidade sei onde tenho de ir se precisar de ajuda.	0.376*				
25. Tenho oportunidade de desenvolver competências que serão úteis para o meu futuro.		-0.595*			
8. Eu esforço-me por terminar aquilo que começo.		-0.593*			
4. Sei comportar-me em diferentes situações sociais (na escola, em festas, atividades em que participo, quando vou a lojas com alguém, etc.).		-0.566*			
3. O estudo é importante para mim.		-0.529*			
20. Tenho oportunidade de mostrar aos outros que estou a crescer e posso agir de forma responsável.		-0.483*			
2. Eu colaboro com as pessoas à minha volta.		-0.443*			
7. Eu como o suficiente a maioria dos dias.		-0.342*			
23. Eu acho importante fazer coisas úteis para a minha comunidade.		-0.336*			
21. Eu tenho consciência da minha força pessoal.		-0.332*			
1. Tenho pessoas na minha vida que são modelos para mim, que eu admiro.		-0.290*			
13. Eu sou capaz de resolver os meus problemas sem usar álcool ou drogas.		-0.248*			
6. Sinto que os meus pais sabem bastantes coisas sobre mim.			-0.807*		
5. Sinto que os meus pais estão ao meu lado.			-0.706*		
12. Eu converso com a minha família sobre os meus sentimentos.			-0.500*		
17. Eu acho que a minha família estará sempre ao meu lado nos momentos difíceis da vida.			-0.468*		
24. Eu sinto-me seguro quando estou com a minha família.			-0.383*		
27. Eu gosto das tradições da minha comunidade (costumes, festas, comemorações, etc.).				-0.711	
26. Eu gosto das tradições da minha família (costumes, festas, comemorações, etc.).				-0.607*	
28. Eu tenho orgulho em ser _____ (nacionalidade).				-0.596*	
10. Eu tenho orgulho na minha raça/etnia.				-0.378*	
22. Eu participo em atividades religiosas organizadas (missas, festas religiosas).					0.480
9. As minhas crenças espirituais são uma fonte de energia.					0.463*

Começámos por fazer uma análise fatorial confirmatória (AFC) com a estrutura de três fatores, de forma a respeitar a estrutura original e tentar perceber se os nossos dados iam ao encontro desta estrutura, mas não obtivemos bons resultados ao nível do ajustamento do modelo ($\chi^2=2422.647$; $df=347$; GFI= 0.851; CFI=0.828; TLI=0.813; RMSEA=0.073; AIC=2540.647; BIC=2837.676).

Uma AFC foi posteriormente conduzida com a estrutura de cinco fatores recorrendo ao software IBM SPSS AMOS 25. Para analisar o ajuste do modelo procedemos à análise do índice de ajuste comparativo (CFI), o índice de ajuste normalizado (GFI), e a raiz da média dos quadrados dos erros de aproximação (RMSEA), considerando que para que o modelo revele um bom ajustamento o valor de RMSEA < 0.05, CFI e GFI > 0.95 (Maroco, 2014). Obtivemos os seguintes valores de ajustamento do modelo: $\chi^2= 1670.812$, $df= 340.000$, CFI= 0.890, TLI= 0.878, RMSEA= 0.059, AIC= 65318.559; BIC= 65778.550.

Em seguida procedemos à análise dos erros, correlacionando os mais elevados, com o objetivo de melhorar os índices de ajustamento do modelo, que ainda não se encontravam dentro dos valores de referência (10 e 28; 5 e 6; 6 e 12; 14 e 18). Obtivemos novos valores de ajustamento do modelo ($\chi^2=1311.975$, CFI= 0.919, TLI= 0.909, RMSEA= 0.51, GFI=0.920), indicadores de um bom ajustamento.

Em seguida passámos a análise dos coeficientes alfa de Cronbach.

Identificação dos alfas de Cronbach para a Escala de Avaliação da Resiliência para Crianças e Jovens e para cada subescala identificada na AFE

A confiabilidade interna da escala total e dos quatro componentes da versão traduzida do CYRM-28 foi avaliada através do *Coefficiente Alfa de Cronbach*, tendo como referência os índices propostos por Pestana e Gageiro (2003) para análise dos resultados. De acordo com estes autores, um alfa inferior a 0.60 indica uma consistência interna inadmissível, entre 0.60 e 0.70 uma consistência interna fraca, entre 0.70 e 0.80 uma consistência interna razoável, entre 0.80 e 0.90 uma consistência interna boa e um valor superior a 0.90 uma consistência interna muito boa.

Verificamos que a escala total apresenta um α de Cronbach = 0.920. Testámos ainda os alfas das cinco subescalas da resiliência: $\alpha_{\text{Rede de apoio}} = 0.841$, $\alpha_{\text{Comunidade}} = 0.772$, $\alpha_{\text{Família}} = 0.806$, $\alpha_{\text{Individual}} = 0.823$, e $\alpha_{\text{Espiritual}} = 0.592$. Todas elas revelam uma boa consistência interna, exceto a subescala Espiritual (Pestana e Gageiro, 2003).

Devido ao alfa de Cronbach da subescala da Espiritualidade apresentar valores de consistência interna considerados inadmissíveis, e depois de testar os alfas das diferentes subescalas com a adição destes dois itens (item 9 e 22), optámos por agregar os itens 9 e 22 ao componente Individual. Neste caso o alfa da subescala individual, apesar de descer ligeiramente, continua com um nível de consistência interna considerado bom ($\alpha_{\text{individual}} = 0.812$). Adicionalmente, considerando os pressupostos teóricos, e olhando para a espiritualidade como algo individual e íntimo optámos por colocar estes itens nesta subescala.

Na Figura 1 podemos observar o modelo fatorial analítico confirmatório de quatro fatores da Escala de Avaliação da Resiliência para Crianças e Jovens. Depois de correlacionados os erros (14 e 18, 10 e 26, 6 e 12, 5 e 6, 9 e 22) obtivemos os seguintes valores de ajustamento do modelo ($\chi^2=1299.489$, CFI= 0.921, TLI= 0.911, RMSEA= 0.50, GFI=0.922), indicadores de um bom ajustamento.

Determinar se a Escala de Avaliação da Resiliência em Crianças e Adolescentes apresenta floor/ceiling effects

Para analisar a existência de floor/ceiling effects foi calculada a percentagem de jovens da amostra que obtiveram o resultado mais baixo possível (i.e., um total de 28) ou o mais alto possível (i.e., um total de 140). Não se verificaram *floor/ceiling effects* uma vez que apenas um elemento da amostra pontuou 28, o valor mínimo possível e 10 elementos pontuaram 140 (o valor máximo possível), que corresponde a menos de 1% dos respondentes, um resultado semelhante a validações anteriores do CYRM-28 (Liebenberg et al., 2012).

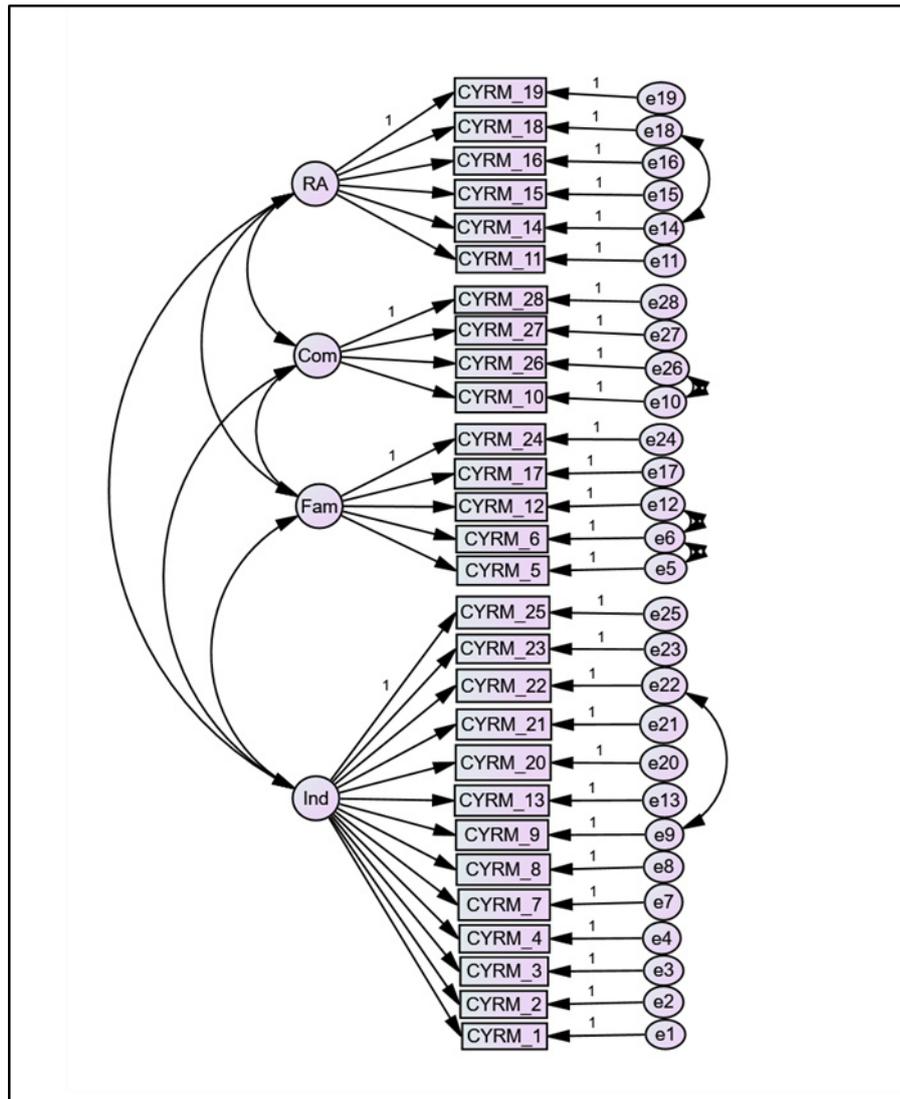


Figura 1. Modelo fatorial analítico confirmatório de quatro fatores da Escala de Avaliação da Resiliência para Crianças e Jovens.

Caraterização da nossa amostra ao nível da resiliência

Diferença de médias na resiliência em função do sexo

Efetuamos um teste de diferenças entre médias (*teste t Student*) para verificarmos se existem diferenças estatisticamente significativas na resiliência, tendo em conta o género dos adolescentes (cf. Tabela 10). Verificamos que existem diferenças de género estatisticamente significativas para a *Resiliência total* ($t=3.171$, $p=.002$, $M_F= 4.26$, $DP_F=.45$; $M_M= 4.18$, $DP_M=.47$), para a *Resiliência individual* ($t=4.595$, $p=.000$, $M_F= 4.19$, $DP_F=.45$; $M_M= 4.07$, $DP_M=.48$) e para a *Resiliência comunidade* ($t=3.955$, $p=.000$, $M_F= 4.56$, $DP_F=.54$; $M_M= 4.42$, $DP_M=.60$). Pela análise das médias, verificamos que as raparigas apresentam mais recursos de resiliência comparativamente aos rapazes, tanto na escala total como nas subescalas Individual e Comunidade.

Tabela 10. Teste de diferenças entre médias para as diferentes subescalas da resiliência em função do sexo.

	<i>N</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>t</i>	<i>p</i>
Resiliência Total				3.171	.002
Feminino	562	4.26	.45		
Masculino	573	4.18	.47		
Resiliência Individual				4.595	.000
Feminino	562	4.19	.45		
Masculino	573	4.07	.48		
Resiliência Família				.408	.684
Feminino	562	4.30	.64		
Masculino	573	4.29	.61		
Resiliência Comunidade				3.955	.000
Feminino	562	4.56	.54		
Masculino	573	4.42	.60		
Resiliência Rede Apoio				.809	.419
Feminino	562	4.20	.60		
Masculino	573	4.17	.60		

Relação entre comportamentos de bullying e cyberbullying e resiliência

Olhando para os coeficientes de correlação verificamos a existência de uma correlação estatisticamente significativa entre todas as subescalas de resiliência e todas as subescalas do questionário de bullying e cyberbullying (vítimas e agressores), sendo a direção dessa correlação entre as variáveis negativa, ou seja, quando aumenta o nível de resiliência, diminuem os comportamentos de bullying e cyberbullying (tanto para agressores como para vítimas).

Verificamos ainda a existência de correlações estatisticamente significativas e positivas entre os agressores de bullying, vítimas de bullying, agressores de cyberbullying e vítimas de cyberbullying.

Por fim, correlações com significância estatística entre as diferentes subescalas da resiliência.

A correlação mais baixa verifica-se entre a subescala da resiliência Comunidade e Agressores bullying ($r=-.210$, $p < 0.01$), resultado que poderá ser indicador da importância do meio em que o jovem está inserido na adoção de comportamentos que o tornam um bully. Para os agressores de bullying, observamos que a correlação mais forte existe com a subescala da resiliência Família ($r=-.292$, $p < 0.01$). O apoio, preocupação e carinho familiar poderá contribuir para a diminuição da agressividade e, conseqüentemente, a diminuição de comportamentos de bullying.

A correlação mais elevada entre uma subescala da resiliência e uma subescala do bullying/cyberbullying verifica-se entre Rede de apoio e Vítimas de bullying ($r=-.331$, $p < 0.01$), o que poderá ser um indicador da importância do apoio dos pares e da comunidade para os jovens resistirem ou superarem situações de vitimação na escola.

Tabela 11. Coeficientes de correlação entre as subescalas da resiliência e as subescalas do bullying e cyberbullying.

	R_T	R_I	R_F	R_C	R_R	A_B	A_C	V_B	V_C
R_T	1	.923**	.808**	.775**	.837**	-.303**	-.292**	-.305**	-.309**
R_I		1	.636**	.644**	.666**	-.272**	-.264**	-.236**	-.267**
R_F			1	.563**	.600**	-.292**	-.250**	-.250**	-.253**
R_C				1	.568**	-.216**	-.249**	-.230**	-.266**
R_R					1	-.236**	-.229**	-.331**	-.270**
A_B						1	.624**	.701**	.563**
A_V							1	.644**	.854**
V_B								1	.626**
V_C									1

** p < 0.01

Legenda: R_T (Resiliência Total); R_I (Resiliência Individual); R_F (Resiliência Família); R_C (Resiliência Comunidade); R_R (Resiliência Rede de Apoio); A_B (Agressores de Bullying); A_C (Agressores de Cyberbullying); V_B (Vítimas de Bullying); V_C (Vítimas de Cyberbullying).

A resiliência numa perspectiva de agressores e vítimas

Olhando para as estatísticas descritivas dos totais de resiliência para agressores e não agressores de bullying (inclui cyberbullying) verificamos que os não agressores apresentam valores médios de resiliência mais elevados do que os agressores, não só em termos totais ($M_{\text{não_agressores}} = 118.86$, $M_{\text{agressores}} = 105.83$), como nas diferentes subescalas da resiliência: Individual, Família, Comunidade e Rede de Apoio (cf. Tabela 12). Não tendo como objetivo verificar se estas diferenças seriam estatisticamente significativas, a observação das correlações permite analisar uma tendência na distribuição dos dados.

Tabela 12. Estatísticas descritivas dos totais de resiliência para agressores e não agressores de bullying e cyberbullying.

	Individual	Família	Comunidade	Rede Apoio
Não Agressor (N=1071)				
Média	4.15	4.33	4.51	4.21
Mediana	4.15	4.40	4.75	4.17
Erro Desvio	.44	.60	.54	.57
Agressor (N=64)				
Média	3.71	3.71	4.10	3.77
Mediana	3.85	3.80	4.25	4.00
Erro Desvio	.72	.83	.92	.91
Não Vítima (N=1032)				
Média	4.15	4.34	4.52	4.24
Mediana	4.15	4.40	4.75	4.33
Erro Desvio	.44	.59	.53	.54
Vítima (N=103)				
Média	3.84	3.83	4.12	3.64
Mediana	3.92	4.00	4.25	4.00
Erro Desvio	.63	.81	.83	.86

Fatores preditores do risco comportamental

Antes da realização de uma regressão linear é necessário verificar e garantir um conjunto de pressupostos. Em primeiro lugar devemos olhar para a dimensão da amostra que deverá ter 15 sujeitos por preditor (Stevens, 1996). Em seguida, devemos olhar para a independência das observações (ausência de autocorrelação), testada através do coeficiente de Durbin-Watson, cujos valores deverão situar-se entre 1 e 3 (Durbin-Watson = 1.925, pelo que também este pressuposto se encontra assegurado). A ausência de multicolinearidade e de singularidade, o nosso terceiro pressuposto, é testada através da tolerância (todos os valores se encontram acima de 0.1) ou do VIF (todos os valores são menores do que 4) (Pestana e Gageiro, 2003). Quanto à singularidade, não podemos utilizar subclasses e totais da mesma escala, motivo pelo qual utilizámos somente as subescalas da resiliência e do envolvimento em bullying e cyberbullying e não os totais. Para analisar a presença de *outliers* analisámos os *standardized residuals* (os quais não devem ser superiores a 3 e inferiores a -3) e da distância de Cook (o qual não deverá ser < 1). Por fim testamos a normalidade através de gráficos. De forma a incluir algumas variáveis categoriais, foi necessário dicotomizar algumas variáveis, nomeadamente o sexo dos jovens (Masculino – 1, Feminino – 0), as experiências adversas na infância (0 – Não, 1 – Sim).

Na Tabela 13 encontram-se os resultados da regressão múltipla hierárquica para o risco comportamental.

O primeiro modelo testado (Modelo 1: $F(3, 1130) = 65.225, p = .000$) inclui as variáveis Idade, Ano de escolaridade e Sexo e explica 14.8% da variância do risco comportamental ($R^2 = .148$, $R^2_{\text{Ajustado}} = .145$). A variável idade ($\beta = .320, p = .000$) é uma preditora positiva e estatisticamente significativa (jovens mais velhos evidenciam valores mais elevados de risco comportamental), bem como a variável sexo ($\beta = .254, p = .000$). Neste caso, como os dados estão dicotomizados com 0 (Feminino) e 1 (Masculino), e a variável é uma preditora positiva, significa que os rapazes apresentam maior risco comportamental, como já tínhamos observado anteriormente. O segundo modelo (Modelo 2: $F(12, 1118) = 23.432, p = .000$) inclui os comportamentos de bullying e cyberbullying e as Experiências adversas na infância e explica 23.9% da variância do risco comportamental ($R^2 = .239$, $R^2_{\text{Ajustado}} = .229$). No que diz respeito ao bullying e cyberbullying, somente Agressores de bullying revelou ser um preditor estatisticamente significativo (e positivo) ($\beta = .163, p = .000$), o que significa que jovens agressores de bullying (com médias mais elevadas) evidenciam valores mais elevados de risco comportamental. Por fim, ao nível das experiências adversas na infância, o abuso físico e o abuso sexual revelaram ser estatisticamente significativos como preditores do risco comportamental ($\beta_{\text{Abuso_Físico}} = .074, p = .010$; $\beta_{\text{Abuso_Sexual}}$

= .098, $p = .000$). A presença de abuso físico e/ou abuso sexual é preditor de valores mais elevados de risco comportamental. Por fim, o terceiro modelo (Modelo 3: $F(4, 1114) = 20.172, p = .000$) no qual foram incluídas as diferentes subescalas da resiliência explica 25.6% da variância do risco escolar ($R^2 = .256, R^2_{\text{Ajustado}} = .243$). Das subescalas da resiliência, somente a Individual revelou ser um preditor estatisticamente significativo (negativo) do risco comportamental ($\beta_{\text{Resiliência Individual}} = -.117, p = .004$). Valores mais elevados na subescala de resiliência Individual predizem valores mais baixos de risco comportamental.

Tabela 13. Regressão Múltipla Hierárquica para Risco Comportamental.

		<i>R</i> ² (<i>R</i> ² Aj)	<i>F</i>	<i>Beta</i>	<i>t</i>	<i>p</i>
Modelo 1	Idade	.148 (.145)	65.225	.320	8.060	.000
	Ano de Escolaridade			-.099	-2.510	.078
	Sexo			.254	9.152	.000
Modelo 2	Idade	.239 (.229)	23.432	.264	6.881	.000
	Ano de Escolaridade			-.095	-2.515	.077
	Sexo			.229	8.432	.000
	Vítimas Cyberbullying			.087	1.682	.093
	Vítimas Bullying			-.012	-.299	.765
	Agressores Cyberbullying			-.008	-.156	.876
	Agressores Bullying			.163	4.038	.000
	Abuso Psicológico			.011	.377	.707
	Abuso Físico			.074	2.574	.010
	Abuso Sexual			.098	3.623	.000
	Negligência			.029	1.003	.316
	Exposição Violência			.053	1.905	.057
	Abuso Substâncias			.015	.541	.589
	Saúde Mental			.025	.895	.371
	Comportamento Criminal			.052	1.960	.055
Modelo 3	Idade	.256 (.243)	20.172	.252	6.609	.000
	Ano de Escolaridade			-.099	-2.617	.069
	Sexo			.216	7.934	.000
	Vítimas Cyberbullying			.074	1.438	.151
	Vítimas Bullying			-.003	-.079	.937
	Agressores Cyberbullying			-.021	-.397	.691
	Agressores Bullying			.142	3.522	.000
	Abuso Psicológico			-.006	-.210	.834
	Abuso Físico			.071	2.481	.013
	Abuso Sexual			.098	3.666	.000
	Negligência			.015	.509	.611
	Exposição Violência			.052	1.859	.063
	Abuso Substâncias			.016	.558	.577
	Saúde Mental			.029	1.035	.301
	Comportamento Criminal			.050	1.893	.059
	Resiliência Individual			-.117	-2.853	.004
	Resiliência Família			-.035	-.905	.365
	Resiliência Comunidade			-.042	-1.156	.248
Resiliência Rede de Apoio			.053	1.366	.172	

Fatores preditores de comportamentos de bullying e cyberbullying

Tal como elucidado anteriormente, foram verificados todos os pressupostos para a elaboração das regressões lineares em seguida apresentadas.

Na Tabela 14 encontram-se os resultados da regressão múltipla hierárquica para agressores de bullying.

O primeiro modelo testado (Modelo 1: $F(3, 1130) = 22.812, p = .000$) inclui as variáveis Idade, Ano de escolaridade e Sexo e explica 5.7% da variância dos valores de agressores de bullying ($R^2 = .057, R^2_{\text{Ajustado}} = .055$). A variável Ano de escolaridade ($\beta = .082, p = .047$) é uma preditora positiva e estatisticamente significativa (jovens em anos de escolaridade mais avançados (entre 7.º, 8º e 9.º ano) evidenciam valores mais elevados no questionário na subescala Agressores de bullying, estando, portanto, mais envolvidos em agressões a terceiros. Também a variável sexo ($\beta = .187, p = .000$) é um preditor positivo estatisticamente significativo, indicando, mais uma vez, que são os rapazes a estarem envolvidos em mais situações de bullying enquanto agressores.

O segundo modelo (Modelo 2: $F(9, 1121) = 18.525, p = .000$) inclui o risco comportamental e as experiências adversas na infância e explica 16.5% da variância da prática de agressões ($R^2 = .165, R^2_{\text{Ajustado}} = .157$). No que diz respeito ao risco comportamental, verifica-se que este é um preditor estatisticamente significativo ($\beta = .215, p = .000$), indicando que jovens agressores de bullying (com médias mais elevadas) evidenciam valores mais elevados de risco comportamental, como anteriormente verificámos. Por fim, ao nível das Experiências adversas na infância, no segundo modelo, o Abuso físico, Abuso sexual, Negligência e Exposição a violência aparecem como preditores dos comportamentos de agressão ($\beta_{\text{Abuso Físico}} = .113, p = .00; \beta_{\text{Abuso Sexual}} = .076, p = .007; \beta_{\text{Negligência}} = .088, p = .003; \beta_{\text{Exposição Violência}} = .086, p = .003$). A presença destas experiências adversas na infância é preditora de um maior número de comportamentos de agressão a terceiros na forma de bullying.

Por fim, o terceiro modelo (Modelo 3: $F(4, 1114) = 17.340, p = .000$) no qual foram incluídas as diferentes subescalas da resiliência explica 19.9 % da variância ($R^2 = .199, R^2_{\text{Ajustado}} = .187$). Das subescalas da resiliência, somente a Família revelou ser um preditor estatisticamente significativo (negativo) dos referidos comportamentos de bullying ($\beta = -.124, p = .002$). Valores mais elevados nos recursos de resiliência referentes à Família predizem valores mais baixos de agressões (bullying). No modelo 3, a negligência deixa de ser um preditor estatisticamente significativo.

Tabela 14. Regressão Múltipla Hierárquica para Agressores de Bullying.

		R² (R² Aj)	F	Beta	t	p
Modelo 1	Idade	.057 (.055)	22.812	.063	1.509	.132
	Ano de Escolaridade			.082	1.988	.047
	Sexo			.187	6.418	.000
Modelo 2	Idade	.165 (.157)	18.525	-.032	-.781	.435
	Ano de Escolaridade			.113	2.855	.004
	Sexo			.142	4.932	.000
	Risco Comportamental			.215	7.025	.000
	Abuso Psicológico			-.002	-.048	.962
	Abuso Físico			.113	3.782	.000
	Abuso Sexual			.076	2.721	.007
	Negligência			.088	2.953	.003
	Exposição Violência			.086	2.973	.003
	Abuso Substâncias			.024	.811	.417
	Saúde Mental			.005	.159	.874
	Comportamento Criminal			-.020	-.704	.482
	Modelo 3	Idade	.199 (.187)	17.340	-.039	-.978
Ano de Escolaridade				.098	2.520	.012
Sexo				.138	4.840	.000
Risco Comportamental				.178	5.845	.000
Abuso Psicológico				-.037	-1.161	.246
Abuso Físico				.100	3.373	.001
Abuso Sexual				.077	2.790	.005
Negligência				.048	1.611	.107
Exposição Violência				.072	2.493	.013
Abuso Substâncias				.021	.734	.463
Saúde Mental				-.004	-.129	.898
Comportamento Criminal				-.014	-.524	.601
Resiliência Individual				-.069	-1.615	.107
Resiliência Família				-.124	-3.077	.002
Resiliência Comunidade				-.004	-.114	.910
Resiliência Rede de Apoio				-.038	-.969	.333

Na Tabela 15 encontram-se os resultados da regressão múltipla hierárquica para vítimas de bullying.

O Modelo 1: $F(3, 1130) = 8.669, p = .000$ explica 2.2% da variância dos valores de vitimação por bullying ($R^2 = .022, R^2_{ajustado} = .020$). A variável Sexo ($\beta = .103, p = .001$) é um preditor positivo estatisticamente significativo, indicando que os rapazes estão envolvidos em mais situações de bullying enquanto vítimas também.

O segundo modelo (Modelo 2: $F(9, 1121) = 9.853, p = .000$) tem um poder explicativo da variância na vitimação por bullying de 9.5 % ($R^2 = .095, R^2_{ajustado} = .086$). A variável Ano de escolaridade ($\beta = .071, p = .018$) passa a ser neste segundo modelo uma preditora positiva e estatisticamente significativa (jovens em anos de escolaridade mais avançados evidenciam valores mais elevados de vitimação por bullying. No que diz respeito ao Risco comportamental, verifica-se que este é um preditor estatisticamente significativo ($\beta = .167, p = .000$), indicando que jovens vítimas de bullying evidenciam valores mais elevados de risco comportamental. Ao nível das Experiências adversas na infância, o Abuso físico, Negligência, Exposição a

violência e os Problemas de saúde mental no agregado familiar aparecem como preditores da vitimação por bullying ($\beta_{\text{Abuso Físico}} = .073, p = .020$; $\beta_{\text{Negligência}} = .085, p = .006$; $\beta_{\text{Exposição Violência}} = .080, p = .008$; $\beta_{\text{Saúde Mental}} = .083, p = .006$). A presença destas experiências adversas na infância é preditora de maior número de situações de vitimação na forma de bullying.

Por fim, o terceiro modelo (Modelo 3: $F(4, 1117) = 13.435, p = .000$) no qual foram incluídas as diferentes subescalas da resiliência explica 16.1 % da variância ($R^2 = .161, R^2_{\text{Ajustado}} = .149$). Ao introduzir a resiliência no modelo, a negligência e a exposição a violência no agregado familiar deixam de ser preditoras estatisticamente significativas da vitimação por bullying. Das subescalas da resiliência, somente a Rede de Apoio ($\beta = -.265, p = .000$) revelou ser um preditor estatisticamente significativo (negativo) da vitimação. Valores mais elevados nos recursos de resiliência referentes à Rede de Apoio predizem valores mais baixos de agressões (bullying).

Tabela 15. Regressão Múltipla Hierárquica para Vítimas de Bullying.

		<i>R² (R² Aj)</i>	<i>F</i>	<i>Beta</i>	<i>t</i>	<i>p</i>
Modelo 1	Idade	.022 (.020)	8.669	.034	.799	.424
	Ano de Escolaridade			.075	1.770	.077
	Sexo			.103	3.485	.001
Modelo 2	Idade	.095 (.086)	9.853	-.027	-.647	.518
	Ano de Escolaridade			.085	2.065	.039
	Sexo			.071	2.363	.018
	Risco Comportamental			.167	5.243	.000
	Abuso Psicológico			.016	.497	.619
	Abuso Físico			.073	2.332	.020
	Abuso Sexual			-.041	-1.422	.155
	Negligência			.085	2.734	.006
	Exposição Violência			.080	2.646	.008
	Abuso Substâncias			-.016	-.511	.610
	Saúde Mental			.083	2.758	.006
	Comportamento Criminal			-.037	-1.283	.200
Modelo 3	Idade	.161 (.149)	13.435	-.029	-.718	.473
	Ano de Escolaridade			.060	1.515	.130
	Sexo			.072	2.445	.015
	Risco Comportamental			.136	4.352	.000
	Abuso Psicológico			-.017	-.531	.595
	Abuso Físico			.066	2.171	.030
	Abuso Sexual			-.036	-1.271	.204
	Negligência			.041	1.320	.187
	Exposição Violência			.051	1.741	.082
	Abuso Substâncias			-.016	-.535	.593
	Saúde Mental			.067	2.290	.022
	Comportamento Criminal			-.028	-.991	.322
	Resiliência Individual			.049	1.134	.257
	Resiliência Família			-.020	-.485	.628
	Resiliência Comunidade			-.050	-1.300	.194
Resiliência Rede de Apoio			-.265	-6.622	.000	

Na Tabela 16 encontram-se os resultados da regressão múltipla hierárquica para agressores de cyberbullying.

O Modelo 1: $F(3, 1130) = 15.929, p = .000$ explica 4.1% da variância nas agressões de cyberbullying ($R^2 = .041$, $R^2_{\text{Ajustado}} = .038$). A variável Idade ($\beta = .149, p = .000$) é uma preditora positiva e estatisticamente significativa (jovens mais velhos evidenciam valores mais elevados de agressões (cyberbullying)). Também a variável Sexo ($\beta = .134, p = .000$) é um preditor positivo estatisticamente significativo, indicando que os rapazes estão envolvidos em mais situações de cyberbullying enquanto agressores.

Tabela 16. Regressão Múltipla Hierárquica para Agressores de Cyberbullying.

		<i>R</i> ² (<i>R</i> ² Aj)	<i>F</i>	<i>Beta</i>	<i>t</i>	<i>p</i>
Modelo 1	Idade	.041 (.038)	15.929	.149	3.542	.000
	Ano de Escolaridade			-.021	-.503	.615
	Sexo			.134	4.568	.000
Modelo 2	Idade	.098 (.089)	10.197	.080	1.892	.059
	Ano de Escolaridade			-.003	-.085	.932
	Sexo			.099	3.310	.001
	Risco Comportamental			.176	5.545	.000
	Abuso Psicológico			-.019	-.572	.567
	Abuso Físico			.025	.800	.424
	Abuso Sexual			.033	1.121	.263
	Negligência			.116	3.734	.000
	Exposição Violência			.024	.798	.425
	Abuso Substâncias			-.009	-.308	.758
	Saúde Mental			.065	2.152	.032
	Comportamento Criminal			-.039	-1.345	.179
	Modelo 3			Idade	.140 (.128)	11.390
Ano de Escolaridade		-.021	-.523	.601		
Sexo		.089	3.000	.003		
Risco Comportamental		.134	4.250	.000		
Abuso Psicológico		-.051	-1.559	.119		
Abuso Físico		.018	.590	.555		
Abuso Sexual		.036	1.254	.210		
Negligência		.079	2.549	.011		
Exposição Violência		.011	.367	.714		
Abuso Substâncias		-.009	-.316	.752		
Saúde Mental		.063	2.112	.035		
Comportamento Criminal		-.034	-1.208	.227		
Resiliência Individual		-.068	-1.549	.122		
Resiliência Família		-.064	-1.530	.126		
Resiliência Comunidade		-.092	-2.359	.018		
Resiliência Rede de Apoio		-.041	-1.024	.306		

O segundo modelo (Modelo 2: $F(9, 1121) 10.197, p = .000$) tem um poder explicativo da variância na agressão por cyberbullying de 9.8 % ($R^2 = .098$, $R^2_{\text{Ajustado}} = .089$). A Idade deixa de ser um preditor estatisticamente significativo neste modelo. No que diz respeito ao Risco comportamental, verifica-se que

este é um preditor estatisticamente significativo ($\beta = .176, p = .000$), indicando que jovens agressores de cyberbullying evidenciam valores mais elevados de Risco comportamental. Ao nível das Experiências adversas na infância, a Negligência e Problemas de saúde mental no agregado familiar aparecem como preditores de comportamentos agressivos de cyberbullying ($\beta_{\text{Negligência}} = .116, p = .000$; $\beta_{\text{Saúde Mental}} = .065, p = .032$). A presença destas Experiências adversas na infância é preditora de maior número de situações de agressão na forma de cyberbullying.

Por fim, o terceiro modelo (Modelo 3: $F(4, 1117) = 11.390, p = .000$) no qual foram incluídas as diferentes subescalas da resiliência explica 14.0 % da variância ($R^2 = .140, R^2_{\text{Ajustado}} = .128$). Apenas a subescala da Resiliência comunidade revelou ser um preditor estatisticamente significativo ($\beta = -.092, p = .018$) da agressão por cyberbullying (e negativo), indicando que maiores níveis de resiliência são indicadores de uma menor probabilidade de o jovem ser cyber-agressor.

Na Tabela 17 encontram-se os resultados da regressão múltipla hierárquica para vítimas de cyberbullying.

O Modelo 1: $F(3, 1130) = 11.859, p = .000$ explica 3.1% da variância vitimação por cyberbullying ($R^2 = .031, R^2_{\text{Ajustado}} = .028$). A variável Idade ($\beta = .173, p = .000$) é uma preditora positiva e estatisticamente significativa (jovens mais velhos evidenciam valores mais elevados de vitimação (cyberbullying)). Também a variável Sexo ($\beta = .088, p = .003$) é um preditor positivo estatisticamente significativo, indicando que os rapazes estão envolvidos em mais situações de cyberbullying também enquanto vítimas.

O segundo modelo (Modelo 2: $F(9, 1121) = 10.190, p = .000$) tem um poder explicativo da variância na vitimação por bullying de 9.8 % ($R^2 = .098, R^2_{\text{Ajustado}} = .089$). No que diz respeito ao risco comportamental, verifica-se que este é um preditor estatisticamente significativo ($\beta = .182, p = .000$), indicando que jovens vítimas de cyberbullying evidenciam valores mais elevados de risco comportamental. Ao nível das Experiências adversas na infância, a Negligência aparece como preditora de vitimação por cyberbullying ($\beta_{\text{Negligência}} = .131, p = .000$). A presença destas experiências adversas na infância é preditora de maior número de situações de vitimação na forma de cyberbullying.

Por fim, o terceiro modelo (Modelo 3: $F(4, 1117) = 12.176, p = .000$) no qual foram incluídas as diferentes subescalas da resiliência explica 14.9 % da variância ($R^2 = .149, R^2_{\text{Ajustado}} = .136$). As escalas de Resiliência comunidade e Rede de Apoio revelaram ser preditoras estatisticamente significativas da vitimação (cyberbullying) ($\beta_{\text{Comunidade}} = -.113, p = .004$; $\beta_{\text{Rede de Apoio}} = -.109, p = .007$). Valores mais elevados nos recursos de resiliência referentes à Comunidade e à Rede de Apoio predizem valores mais baixos de vitimação (cyberbullying).

Tabela 17. Regressão Múltipla Hierárquica para Vítimas de Cyberbullying.

		R² (R² Aj)	F	Beta	t	p
Modelo 1	Idade	.031 (.028)	11.859	.173	4.079	.000
	Ano de Escolaridade			-.052	-1.244	.214
	Sexo			.088	2.990	.003
Modelo 2	Idade	.098 (.089)	10.190	.101	2.390	.017
	Ano de Escolaridade			-.034	-.829	.407
	Sexo			.051	1.710	.087
	Risco Comportamental			.182	5.728	.000
	Abuso Psicológico			-.001	-.032	.975
	Abuso Físico			.025	.813	.416
	Abuso Sexual			.032	1.086	.278
	Negligência			.131	4.217	.000
	Exposição Violência			.042	1.397	.163
	Abuso Substâncias			-.013	-.428	.669
	Saúde Mental			.049	1.634	.103
	Comportamento Criminal			-.058	-1.987	.057
	Modelo 3	Idade	.149 (.136)	12.176	.093	2.240
Ano de Escolaridade				-.055	-1.362	.174
Sexo				.041	1.397	.163
Risco Comportamental				.141	4.485	.000
Abuso Psicológico				-.032	-.985	.325
Abuso Físico				.021	.703	.482
Abuso Sexual				.036	1.285	.199
Negligência				.094	3.027	.003
Exposição Violência				.025	.847	.397
Abuso Substâncias				-.012	-.401	.688
Saúde Mental				.046	1.546	.122
Comportamento Criminal				-.052	-1.837	.067
Resiliência Individual				-.038	-.863	.389
Resiliência Família				-.022	-.531	.596
Resiliência Comunidade				-.113	-2.923	.004
Resiliência Rede de Apoio				-.109	-2.719	.007

Análise dos efeitos de interação da resiliência no risco comportamental e nos comportamentos de bullying e cyberbullying

Um moderador é uma variável que afeta a direção e/ou a força da relação entre uma variável independente (VI) ou preditora e uma variável dependente (VD) (Baron e Kenny, 1986). Para testar efeitos de moderação é necessário centrar a variável independente e o potencial moderador, por exemplo transformando os valores destas variáveis em z-scores (o que equivale à sua standardização). Em seguida devemos criar uma nova variável representando a interação entre variável independente e moderador (variável produto). Por se ter inicialmente centrado as variáveis, evita-se a existência de multicolinearidade entre os preditores e a variável de interação. Por fim realiza-se uma regressão por blocos, em que entram em primeiro lugar os preditores isolados (variável independente e potencial mediador e em segundo lugar a variável *Variável_Independente*Mediador*. Se o contributo do segundo bloco (VI*M) for significativo (e isto vemos através dos valores da ANOVA), e a variável VI*M for estatisticamente significativa, existe moderação

(Baron e Kenny, 1986). Um aumento significativo no R^2 após a entrada do termo de interação na análise de regressão que já contém os preditores também fornece evidência de um efeito de moderação (Cohen e Cohen, 1983). As variáveis demográficas sexo e idade são incluídas nas análises como medidas de controle.

Já o modelo de mediação dos mesmos autores assume um sistema de três variáveis de forma que existem duas ligações causais para a VD: o impacto direto da VI e o impacto do mediador. Existe ainda uma ligação entre a VI e o mediador. Uma variável funciona como um mediador quando atende às seguintes condições: (1) variações nos níveis da VI respondem significativamente a variações no presumível mediador, (2) variações no mediador são responsáveis por variações significativas na VD e (3) quando as ligações entre VI e mediador e entre mediador e VD são controladas, uma relação anteriormente significativa entre a VI e a VD deixa de ser significativa. Quando a ligação direta entre VI e VD é reduzida a zero, temos fortes evidências de um único mediador dominante. Se não for zero, isso indica a ação de múltiplos fatores de mediação. No entanto, quando olhamos para fenómenos psicossociais, que apresentam habitualmente múltiplas causas, um objetivo mais realista pode ser procurar mediadores que diminuam significativamente a relação direta entre VI e VD em vez de eliminar essa ligação (Baron e Kenny, 1986).

Análise dos potenciais efeitos de moderação da resiliência no risco comportamental

Em primeiro lugar realizamos uma regressão linear hierárquica para perceber quais os preditores do risco comportamental (cf. Tabela 18). Verificamos que os preditores estatisticamente significativos são a Idade, Sexo, Agressores de bullying, Abuso físico, Abuso sexual e apenas uma das subescalas da resiliência – Individual. Por este motivo, para analisar o potencial efeito moderador da resiliência no risco comportamental iremos usar a Resiliência individual.

Repetimos a regressão, desta vez só com os preditores que se revelaram significativos na regressão linear hierárquica anterior.

Pretendemos testar, em primeiro lugar, se a Resiliência individual modera a relação entre comportamentos de bullying (agressão) e o Risco comportamental, em segundo lugar entre o Abuso físico e o Risco comportamental e, em terceiro lugar, se modera a relação entre o Abuso sexual e o Risco comportamental.

Na Tabela 18 podemos verificar que apesar de os três modelos serem estatisticamente significativos, a variável de interação AgressoresBullying*Resiliência não é estatisticamente significativa ($t = .034$, $p = .973$), indicando que não estamos perante o fenómeno de moderação.

Tabela 18. Resiliência como moderadora entre a prática de agressões (bullying) e risco comportamental.

Modelo		R ²	R ² aj	F	p	Beta	t	p
1	Idade	.143	.141	94.356	.000	.249	9.001	.000
	Sexo					.257	9.284	.000
2	Idade	.143	.140	47.192	.000	.219	8.103	.000
	Sexo					.213	7.815	.000
	Agressores Bullying Z					.239	8.732	.000
	CYRM Individual Z					.011	.425	.671
3	Idade	.147	.143	38.763	.000	.219	8.087	.000
	Sexo					.213	7.807	.000
	Agressores Bullying Z					.239	8.699	.000
	CYRM Individual Z					.011	.426	.670
	AgressoresBullying*Resiliência					.001	.034	.973

Na Tabela 19 podemos observar que os três modelos são significativos e que, adicionalmente, a variável de interação AbusoFísico*Resiliência é estatisticamente significativa ($\beta = -.062$, $t = -2.113$, $p = .035$). Este dado indica-nos que estamos perante um efeito de moderação, atuando a resiliência (subescala Resiliência individual) como moderadora entre o Abuso físico e o Risco comportamental.

Tabela 19. Resiliência como moderadora entre abuso físico e risco comportamental.

Modelo		R ²	R ² aj	F	p	Beta	t	p
1	Idade	.163	.161	106.765	.000	.249	9.001	.000
	Sexo					.257	9.284	.000
2	Idade	.216	.213	75.404	.000	.249	8.959	.000
	Sexo					.257	9.267	.000
	Abuso Físico Z					-.007	-.246	.805
	CYRM Individual Z					.014	.492	.623
3	Idade	.217	.214	60.793	.000	.250	9.021	.000
	Sexo					.255	9.194	.000
	Abuso Físico Z					-.029	-.991	.322
	CYRM Individual Z					.014	.521	.603
	AbusoFísico*Resiliência*					-.062	-2.113	.035

Em terceiro lugar, testamos se a Resiliência individual modera a relação entre o Abuso sexual e o Risco comportamental. Através dos valores apresentados na Tabela 20 podemos observar que a variável AbusoSexual*Resiliência não é estatisticamente significativa ($t = .056$, $p = .955$), pelo que não se observa um efeito moderador da resiliência.

Tabela 20. Resiliência como moderadora entre abuso sexual e risco comportamental.

Modelo	R ²	R ² aj	F	p	Beta	t	p
1 Idade	.163	.161	106.765	.000	.249	9.001	.000
Sexo					.257	9.284	.000
2 Idade	.206	.203	71.244	.000	.249	8.989	.000
Sexo					.257	9.271	.000
Abuso Sexual Z					.023	.819	.413
CYRM Individual Z					.016	.572	.567
3 Idade	.209	.206	57.974	.000	.249	8.985	.000
Sexo					.257	9.267	.000
Abuso Sexual Z					.023	.752	.452
CYRM Individual Z					.016	.575	.566
AbusoSexual*Resiliência*					.002	.056	.955

Análise dos potenciais efeitos de moderação da resiliência no envolvimento em bullying e cyberbullying

Agressores de bullying

Como podemos observar na Tabela 14 os preditores de comportamentos de bullying (agressões a terceiros) são o Ano de escolaridade, o Sexo, o Risco comportamental, o Abuso físico, o Abuso sexual, a Negligência e a Exposição a violência no agregado familiar e apenas uma das subescalas da resiliência – Família. Por este motivo, para analisar o potencial efeito moderador da resiliência iremos usar a subescala Família da nossa escala de avaliação da resiliência em crianças e jovens. Consideramos apenas os preditores estatisticamente significativos no modelo 3 (com a entrada das subescalas da resiliência no nosso terceiro modelo, a Negligência deixou de ser um preditor significativo). Deste modo, na Tabela 21, observamos que a variável RiscoComportamental*Resiliência não é um preditor estatisticamente significativo ($t = .003$, $p = .909$), indicando a ausência de moderação.

Tabela 21. Resiliência como moderadora entre risco comportamental e prática de bullying (bullies).

Modelo	R ²	R ² aj	F	p	Beta	t	p
1 Ano de escolaridade	.055	.054	33.043	.000	.127	4.401	.000
Sexo					.192	6.652	.000
2 Ano de escolaridade	.119	.116	38.161	.000	.093	3.307	.001
Sexo					.117	4.024	.000
Risco Comportamental Z					.266	9.046	.000
CYRM Família Z					-.008	-.283	.778
3 Ano de escolaridade	.119	.115	30.505	.000	.093	3.307	.001
Sexo					.117	4.023	.000
Risco Comportamental Z					.266	9.041	.000
CYRM Família Z					-.008	-.284	.776
Risco*Resiliência					.003	.114	.909

O mesmo podemos verificar na Tabela 22, cujo valor de significância estatística para a variável AbusoFísico*Resiliência ($t = .010$, $p = .784$) revela que não estamos perante um fenómeno de moderação.

Tabela 22. Resiliência como moderadora entre abuso físico e bullying (agressores).

Modelo	R ²	R ² aj	F	p	Beta	t	p
1 Ano de escolaridade	.055	.054	33.043	.000	.127	4.401	.000
Sexo					.192	6.652	.000
2 Ano de escolaridade	.058	.055	17.514	.000	.127	4.394	.000
Sexo					.189	6.516	.000
Abuso Físico Z					.058	1.951	.051
CYRM Família Z					.008	.252	.801
3 Ano de escolaridade	.058	.054	14.015	.000	.127	4.381	.000
Sexo					.189	6.515	.000
Abuso Físico Z					.063	1.841	.066
CYRM Família Z					.006	.182	.855
AbusoFísico*Resiliência					.010	.274	.784

A Tabela 23 diz respeito à análise do potencial efeito de moderação da resiliência na relação entre abuso sexual e comportamentos de bullying (agressões a terceiros) e revela que não existe moderação - a variável AbusoSexual*Resiliência não é estatisticamente significativa ($t = -.006$, $p = .839$).

Tabela 23. Resiliência como moderadora entre abuso sexual e bullying (agressores).

Modelo	R ²	R ² aj	F	p	Beta	t	p
1 Ano de escolaridade	.055	.054	33.043	.000	.127	4.401	.000
Sexo					.192	6.652	.000
2 Ano de escolaridade	.055	.052	16.509	.000	.128	4.402	.000
Sexo					.192	6.637	.000
Abuso Sexual Z					-.002	-.070	.944
CYRM Família Z					-.007	-.245	.807
3 Ano de escolaridade	.055	.051	13.204	.000	.128	4.404	.000
Sexo					.192	6.637	.000
Abuso Sexual Z					-.004	-.141	.888
CYRM Família Z					-.007	-.231	.817
AbusoSexual*Resiliência					-.006	-.203	.839

Por fim, no que diz respeito aos agressores de bullying, verificamos ainda que a resiliência não atua como moderadora entre exposição a violência e comportamentos de agressão, uma vez que a variável ExposiçãoViolência*Resiliência não é estatisticamente significativa ($t = -.045$, $p = .150$).

Tabela 24. Resiliência como moderadora entre exposição a violência e bullying (agressores).

Modelo	R ²	R ² aj	F	p	Beta	t	p
1 Ano de escolaridade	.055	.054	33.043	.000	.127	4.401	.000
Sexo					.192	6.652	.000
2 Ano de escolaridade	.055	.052	16.520	.000	.128	4.401	.000
Sexo					.193	6.639	.000
Exposição Violência Z					.006	.218	.828
CYRM Família Z					-.006	-.192	.848
3 Ano de escolaridade	.057	.053	13.644	.000	.129	4.436	.000
Sexo					.193	6.668	.000
Exposição Violência Z					-.007	-.238	.812
CYRM Família Z					.003	.115	.908
ExposiçãoViolência*Resiliência					-.045	-1.440	.150

Vítimas de bullying

Como podemos observar na Tabela 15 os preditores para vitimação por bullying são o ano de escolaridade, sexo, risco comportamental, abuso físico, doença mental no agregado familiar e apenas uma das subescalas da resiliência – Rede de Apoio. Por este motivo, para analisar o potencial efeito moderador da resiliência iremos usar a subescala Rede de Apoio. Introduzimos nas nossas regressões somente os preditores estatisticamente significativos no Modelo 3.

A Tabela 25 diz respeito à análise do potencial efeito de moderação da resiliência entre o Risco comportamental e vitimação por bullying. A ausência de significância estatística para a variável RiscoComportamental*Resiliência ($t = -.033$, $p = .256$) revela que não estamos perante uma situação de moderação.

Tabela 25. Resiliência como moderadora entre risco comportamental e vitimação por bullying.

Modelo	R ²	R ² aj	F	p	Beta	t	p
1 Sexo	.012	.011	13.809	.000	.110	3.716	.000
2 Sexo	.051	.048	20.187	.000	.051	1.694	.091
Risco Comportamental Z					.206	6.796	.000
CYRM Rede de Apoio Z					-.005	-.186	.853
3 Sexo	.052	.049	15.467	.000	.051	1.682	.093
Risco Comportamental Z					.208	6.847	.000
CYRM Rede de Apoio Z					-.007	-.249	.803
Risco*Resiliência					-.033	-1.137	.256

A regressão representada na Tabela 26 revela que a variável AbusoFísico*Resiliência não é estatisticamente significativa ($t = .025$, $p = .447$), não existindo, portanto, efeito de moderação da resiliência entre o Abuso físico e a vitimação por bullying.

Tabela 26. Resiliência como moderadora entre abuso físico e vitimação por bullying.

Modelo		R ²	R ² aj	F	p	Beta	t	p
1	Sexo	.012	.011	13.809	.000	.110	3.716	.000
2	Sexo	.015	.012	5.661	.001	.106	3.568	.004
	Abuso Físico Z					.053	1.769	.001
	CYRM Rede de Apoio Z					.013	.427	.000
3	Sexo	.015	.012	4.389	.002	.106	3.580	.000
	Abuso Físico Z					.062	1.925	.054
	CYRM Rede de Apoio Z					.010	.345	.730
	AbusoFísico*Resiliência					.025	.761	.447

Na Tabela 27 podemos observar que a variável SaúdeMental*Resiliência não é estatisticamente significativa ($t = -.044$, $p = .169$), pelo que a resiliência não atua na relação entre a Saúde mental no agregado familiar e a vitimação por bullying como moderadora.

Tabela 27. Resiliência como moderadora entre saúde mental do agregado familiar e vitimação por bullying.

Modelo		R ²	R ² aj	F	P	Beta	t	P
1	Sexo	.012	.011	13.809	.000	.110	3.716	.000
2	Sexo	.013	.010	4.856	.002	.110	3.714	.000
	Saúde Mental Z					-.026	-.862	.389
	CYRM Rede de Apoio Z					.001	.046	.963
3	Sexo	.014	.011	4.119	.003	.109	3.694	.000
	Saúde Mental Z					-.041	-1.295	.195
	CYRM REDE DE APOIO Z					.005	.170	.865
	SaúdeMental*Resiliência					-.044	-1.378	.169

Agressores Cyberbullying

Como podemos observar na Tabela 16, a subescala da Resiliência comunidade é um preditor estatisticamente significativo da cyber-agressão, pelo que vamos testar o seu possível efeito de moderação entre o Risco comportamental, a Negligência e os Problemas de saúde mental no agregado familiar e a prática de cyberbullying.

A regressão apresentada na Tabela 28 procura averiguar a existência de um efeito de moderação da resiliência na relação entre risco comportamental e cyber-agressão. Verifica-se que os três modelos apresentados são estatisticamente significativos, bem como a variável de interação RiscoComportamental*Resiliência ($t = -.062$, $p = .029$), o que nos indica que a resiliência (Comunidade) entra como moderadora, afetando a direção ou força da relação entre risco comportamental e cyber-agressão. A representação gráfica desta interação pode ser observada na Figura 2. Pela observação das retas conseguimos perceber que para adolescentes com alto ou médio risco, o risco diminui quando aumenta a resiliência. Pelo declive das retas, conseguimos perceber que a diminuição do risco em função do aumento da resiliência é maior nos jovens que se situam num nível de risco mais elevado. Por fim, para

os jovens que apresentam um nível de risco baixo, a reta da interação entre o risco e a resiliência apresenta um declive muito reduzido. Esta ilustração gráfica mostra de forma clara o impacto positivo da resiliência no risco comportamental em função dos níveis de risco.

Tabela 28. Resiliência como moderadora entre risco comportamental e cyber-agressão.

Modelo		R ²	R ² aj	F	p	Beta	t	p
1	Sexo	.023	.022	26.163	.000	.150	5.115	.000
2	Sexo	.070	.068	28.376	.000	.086	2.863	.004
	Risco Comportamental Z					.226	7.560	.000
	CYRM COMUNIDADE Z					-.023	-.813	.416
3	Sexo	.074	.071	22.541	.000	.086	2.885	.004
	Risco Comportamental Z					.225	7.536	.000
	CYRM COMUNIDADE Z					-.021	-.717	.474
	Risco*Resiliência*					-.062	-2.181	.029

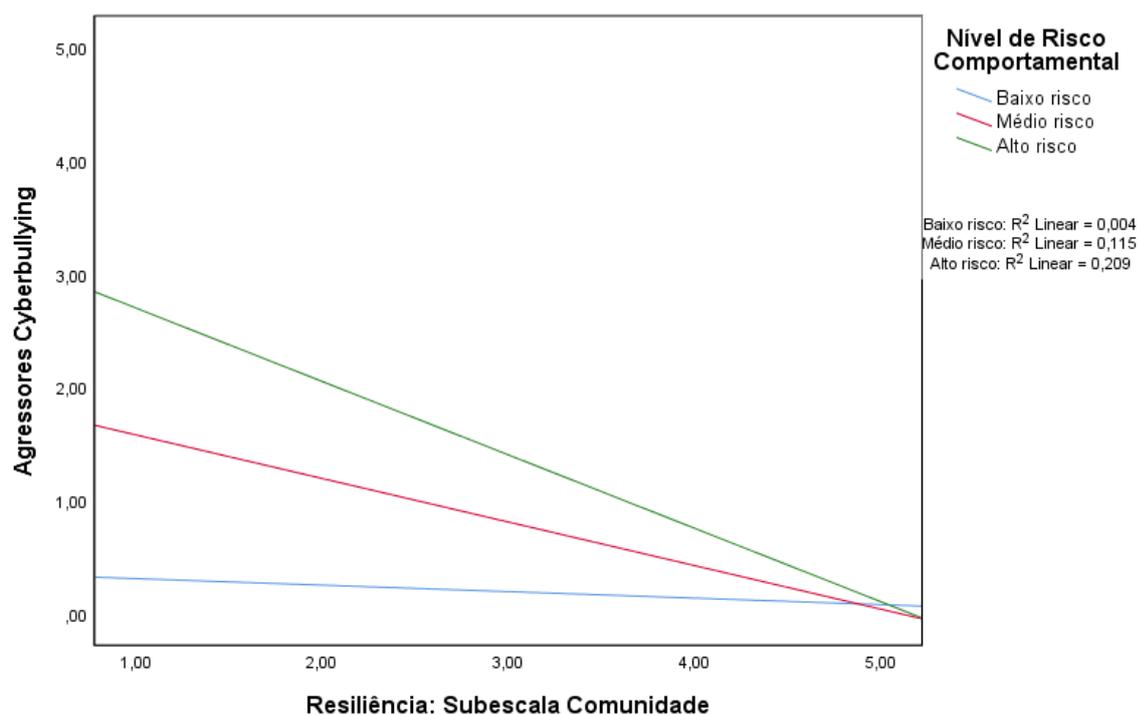


Figura 2. Representação gráfica do efeito de moderação da resiliência (Comunidade) na relação entre risco comportamental e agressores de cyberbullying.

A Tabela 29 revela a ausência de significância estatística para a variável Negligência*Resiliência ($t = -.024$, $p = .456$) e, por conseguinte, verifica-se que a resiliência não atua como moderadora na relação entre a Negligência e a cyber-agressão.

Tabela 29. Resiliência como moderadora entre negligência e cyber-agressão.

Modelo		R ²	R ² aj	F	p	Beta	t	p
1	Sexo	.023	.022	26.163	.000	.150	5.115	.000
2	Sexo	.024	.021	9.096	.000	.151	5.131	.000
	Negligência Z					.024	.802	.423
	CYRM COMUNIDADE Z					-.018	-.591	.555
3	Sexo	.024	.021	6.958	.000	.151	5.130	.000
	Negligência Z					.016	.496	.620
	CYRM COMUNIDADE Z					-.015	-.513	.608
	Negligência*Resiliência					-.024	-.746	.456

Em seguida, na Tabela 30, podemos verificar que a variável SaúdeMental*Resiliência não apresenta significância estatística ($t = -.016$, $p = .596$), pelo que não estamos perante um efeito de moderação da resiliência entre doença mental no agregado familiar e cyber-agressão.

Tabela 30. Resiliência como moderadora entre saúde mental e cyber-agressão.

Modelo		R ²	R ² aj	F	p	Beta	t	p
1	Sexo	.023	.022	26.163	.000	.150	5.115	.000
2	Sexo	.024	.021	9.167	.000	.150	.151	.000
	Saúde Mental Z					-.027	-.028	.000
	CYRM COMUNIDADE Z					-.021	-.020	.356
3	Sexo	.024	.021	6.942	.000	.151	5.134	.000
	Saúde Mental Z					-.028	-.940	.347
	CYRM COMUNIDADE Z					-.020	-.689	.491
	SaúdeMental*Resiliência					-.016	-.531	.596

Vítimas Cyberbullying

Relativamente à vitimação por cyberbullying, podemos observar na Tabela 17 que os preditores são a Idade, o Sexo, o Risco comportamental e a Negligência, e duas subescalas da resiliência – Comunidade e Rede de Apoio, pelo que vamos testar o possível efeito de moderação da resiliência com ambas.

Começando pela subescala da resiliência Comunidade, verificamos na Tabela 31 que a variável RiscoComportamental*ResiliênciaComunidade não é estatisticamente significativa ($t = -.041$, $p = .157$), o que significa que esta subescala da resiliência não modera a relação entre o Risco comportamental e a cyber-vitimação.

Tabela 31. Resiliência (Comunidade) como moderadora entre risco comportamental e vitimação por cyberbullying.

Modelo		R ²	R ² aj	F	p	Beta	t	p
1	Idade	,029	,028	17.047	.000	,135	4,588	,000
	Sexo					,090	3,065	,002
2	Idade	.069	.065	20.857	.000	,083	2,755	,006
	Sexo					,035	1,174	,241
	Risco Comportamental Z					,214	6,909	,000
	CYRM COMUNIDADE Z					-,012	-,433	,665
3	Ano de escolaridade	.070	.066	17.101	.000	,082	2,730	,006
	Sexo					,036	1,187	,236
	Risco Comportamental Z					,214	6,896	,000
	CYRM COMUNIDADE Z					-,011	-,368	,713
	RISCO*Resiliência					-,041	-1,416	,157

Através dos valores expostos na Tabela 32 podemos compreender que a resiliência (subescala Comunidade) não modera a relação entre negligência e cyber-vitimação, uma vez que a variável de interação Negligência*ResiliênciaComunidade não é estatisticamente significativa ($t = -.021$, $p = .499$).

Tabela 32. Resiliência (Comunidade) como moderadora entre negligência e vitimação por cyberbullying.

Modelo		R ²	R ² aj	F	p	Beta	t	p
1	Idade	.029	.028	17.047	.000	,135	4.588	.000
	Sexo					,090	3.065	.002
2	Idade	.030	.026	8.690	.000	,136	4.611	.000
	Sexo					,091	3.076	.002
	Negligência Z					,021	.711	.477
	CYRM COMUNIDADE Z					-,010	-,347	.729
3	Ano de escolaridade	.030	.026	7.041	.000	,137	4.623	.000
	Sexo					,091	3.073	.002
	negligencia Z					,014	.434	.664
	CYRM COMUNIDADE Z					-,008	-,279	.780
	Negligência*Resiliência					-,021	-,676	.499

Passando a nossa análise para a subescala de resiliência Rede de apoio, observa-se na Tabela 33 que não existe efeito de moderação, uma vez que a variável Risco Comportamental*ResiliênciaRedeApoio não apresenta significância estatística ($t = -.023$, $p = .416$).

Tabela 33. Resiliência (Rede de Apoio) como moderadora entre risco comportamental e vitimação por cyberbullying.

Modelo	R ²	R ² aj	F	p	Beta	t	p
1 Idade	,029	,028	17.047	.000	,135	4,588	,000
Sexo					,090	3,065	,002
2 Idade	.069	.065	20.806	.000	,083	2,729	,006
Sexo					,035	1,176	,240
Risco Comportamental Z					,214	6,907	,000
CYRM COMUNIDADE Z					-,012	-,007	,994
3 Ano de escolaridade	.069	.065	16.772	.000	,081	2,700	,007
Sexo					,035	1,168	,243
Risco Comportamental Z					,216	6,942	,000
CYRM REDE DE APOIO Z					-,001	-,051	,959
Risco*Resiliência					-,023	-,813	,416

Finalmente, verificamos na Tabela 34 que a resiliência (subescala Rede de Apoio) não modera a relação entre negligência (por parte dos cuidadores) e cyber-vitimação, uma vez que a variável de interação Negligência*ResiliênciaRedeDeApoio não é estatisticamente significativa ($t = -.027$, $p = .433$).

Tabela 34. Resiliência (Rede de Apoio) como moderadora entre negligência e vitimação por cyberbullying.

Modelo	R	Raj	F	p	Beta	t	p
1 Idade	.029	.028	17.047	.000	,135	4.588	.000
Sexo					,090	3.065	.002
2 Idade	.030	.026	8.704	.000	,135	-3.848	.000
Sexo					,090	4.551	.000
Negligência Z					,025	3.065	.002
CYRM REDE DE APOIO Z					,013	.843	.399
3 Ano de escolaridade	.030	.026	7.084	.000	,135	4.556	.000
Sexo					,090	3.052	.002
Negligência Z					,013	.376	.707
CYRM COMUNIDADE Z					,017	.564	.573
Negligência*Resiliência					-,027	-,784	.433

Análise do potencial efeito de mediação da resiliência na vitimação por bullying e agressão por bullying

A análise de trajetórias é usada para estudar efeitos diretos e indiretos entre as variáveis, particularmente apropriadas para testar hipóteses de mediação (Maroco, 2014). Para analisar a existência de efeito de mediação, começamos por desenhar o modelo no AMOS, com base nos preditores estatisticamente significativos obtidos anteriormente (cf. Tabela 15), com as trajetórias causais e relacionais (cf. Anexo 6). Em seguida analisámos o ajuste do modelo, e eliminámos as relações que não eram estatisticamente significativas. Na Figura 3, depois de executados os passos anteriormente descritos, está representado o modelo final.

Posto isto, procedemos à avaliação dos efeitos diretos e dos efeitos indiretos das variáveis independentes do modelo. O efeito da variável *Risco comportamental* sobre a *Vitimação por bullying* apresenta duas componentes: um efeito direto estandardizado $\beta_{\text{VitimaçãoRisco}} = 0.149$ e um efeito indireto, mediado pela Resiliência, cuja estimativa é dada pelo produto dos coeficientes das trajetórias '*Risco → Resiliência*' e '*Resiliência → Vitimação*'. A estimativa estandardizada do efeito indireto do *Risco comportamental*, mediado pela *Resiliência*, sobre a *Vitimação* é então $\beta_{\text{VitimaçãoRiscoResiliência}} = (-.205) \times (-.265) = 0.066$. O efeito total estandardizado do *Risco comportamental* sobre a *Vitimação por bullying* é dado pela soma dos efeitos direto e indireto, i.e., $0.149 + 0.066 = 0.215$. O efeito indireto, mediado pela *Resiliência*, corresponde a 31% ($0.066/0.215=0.31$) do efeito total do *Risco comportamental* sobre a *Vitimação por bullying*. As trajetórias do *Risco comportamental* para a *Resiliência* e da *Resiliência* para a *Vitimação* são ambas estatisticamente significativas, bem como o efeito indireto do *Risco* sobre a *Vitimação*, mediado pela *Resiliência*.

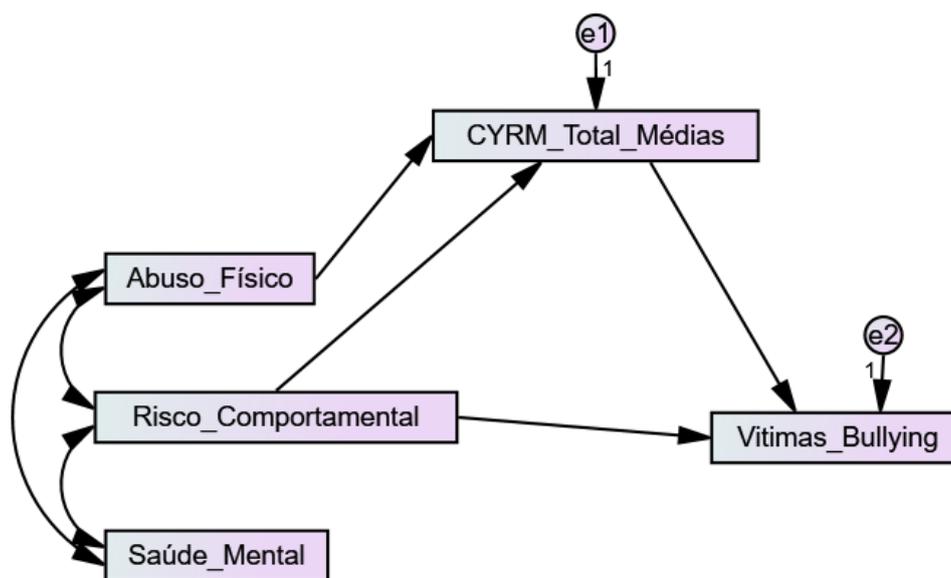


Figura 3. Modelo representativo do efeito de mediação da resiliência na relação entre risco comportamental e vitimação por bullying.

O mesmo procedimento foi realizado para agressores bullying, obtendo o modelo apresentado na Figura 4. Procedemos à avaliação dos efeitos diretos e dos efeitos indiretos das variáveis independentes do modelo. O efeito da variável *Risco comportamental* sobre a *Agressão por bullying* apresenta duas componentes: um efeito direto estandardizado $\beta_{\text{AgressãoRisco}} = 0.239$ e um efeito indireto, mediado pela Resiliência, cuja estimativa é dada pelo produto dos coeficientes das trajetórias '*Risco → Resiliência*' e

'Resiliência → Agressão'. A estimativa estandardizada do efeito indireto do *Risco comportamental*, mediado pela *Resiliência*, sobre a *Agressão* é então $\beta_{\text{AgressãoRiscoResiliência}} = (-.234) \times (-.221) = 0.052$. O efeito total estandardizado do *Risco comportamental* sobre a *Agressão por bullying* é dado pela soma dos efeitos direto e indireto, i.e., $0.239 + 0.052 = 0.291$. O efeito indireto, mediado pela *Resiliência*, corresponde a 18% ($0.052/0.239=0.18$) do efeito total do *Risco comportamental* sobre a *Agressão por bullying*. As trajetórias do *Risco comportamental* para a *Resiliência* e da *Resiliência* para a *Agressão* são ambas estatisticamente significativas, bem como o efeito indireto do *Risco* sobre a *Agressão*, mediado pela *Resiliência*.

O efeito da variável *Abuso físico* sobre a *Agressão por bullying* apresenta duas componentes: um efeito direto estandardizado $\beta_{\text{AgressãoAbuso}} = 0.107$ e um efeito indireto, mediado pela *Resiliência*, cuja estimativa é dada pelo produto dos coeficientes das trajetórias '*Abuso → Resiliência*' e '*Resiliência → Agressão*'. A estimativa estandardizada do efeito indireto do *Abuso físico*, mediado pela *Resiliência*, sobre a *Agressão* é então $\beta_{\text{AgressãoAbusoResiliência}} = (-.116) \times (-.221) = 0.026$. O efeito total estandardizado do *Abuso físico* sobre a *Agressão por bullying* é dado pela soma dos efeitos direto e indireto, i.e., $0.107 + 0.026 = 0.133$. O efeito indireto, mediado pela *Resiliência*, corresponde a 20% ($0.026/0.107=0.20$) do efeito total do *Abuso físico* sobre a *Agressão por bullying*. As trajetórias são todas estatisticamente significativas.

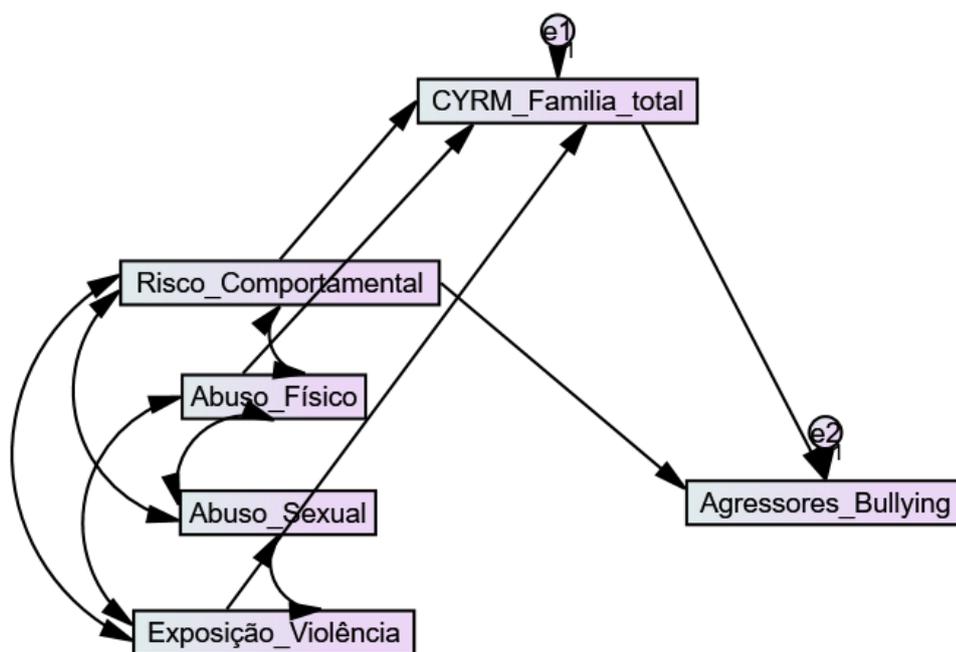


Figura 4. Modelo representativo do efeito de mediação da resiliência na relação entre risco comportamental, abuso físico e agressão por bullying.

Discussão

Começaremos por uma breve análise da prevalência de experiências adversas na infância, comportamentos de bullying e cyberbullying na nossa amostra, com um foco nas diferenças de género e nas diferenças em função da idade e ano de escolaridade. Em seguida, procuramos discutir os nossos resultados referentes ao estudo das qualidades psicométricas da escala de avaliação da resiliência em crianças e adolescentes, contrapondo com resultados de estudos de validação anteriores. Por fim, considerando os preditores do risco comportamental, dos comportamentos de bullying e cyberbullying, partimos para uma análise dos efeitos de moderação e mediação da resiliência.

Caraterização da nossa amostra

Analisando a prevalência das Experiências adversas na infância, verificamos que, na nossa amostra, esta é inferior comparativamente ao estudo original (Felitti *et al.*, 1998). Esta menor prevalência poderá não espelhar aquilo que, de facto, assistimos na realidade. É importante considerar que o questionário de experiências adversas na infância se trata de uma medida de auto-relato e que os jovens podem optar por não reportar as experiências adversas vividas.

O medo, a vergonha e as perceções dos jovens relativamente às problemáticas questionadas são aspetos inibidores, acabando por traduzir-se num retraimento no momento de partilhar a informação. Os jovens poderão não se sentir confortáveis a partilhar informações estigmatizantes e relacionadas com o seu sofrimento psicológico.

A maior prevalência na nossa amostra é de casos em que os jovens já foram expostos a situações de violência no agregado familiar. Neste sentido, o Relatório Anual da CPCJ de 2018 revela que a violência doméstica é o segundo motivo pelo qual recebem mais queixas, e que esta problemática tem vindo a aumentar nos últimos anos (CNPDPJ, 2018).

Na nossa amostra seguem-se os casos de negligência (7.4% da nossa amostra são vítimas de negligência), sendo esta, mais uma vez segundo o mais recente relatório da CPCJ, a principal situação de perigo que os jovens portugueses enfrentam, representando 43.1% do total das situações diagnosticadas pela referida entidade. Estes casos de negligência ocorrem ao nível psicoafetivo, educativo, da saúde e face a comportamentos da criança ou jovem.

As experiências adversas na infância estão associadas a uma série de consequências nefastas a longo-prazo no desenvolvimento biopsicossocial dos adolescentes. Um historial de qualquer forma de abuso - psicológico, físico ou sexual, foi associada ao aumento das taxas de psicopatologia, dificuldades sexuais, diminuição da autoestima e problemas interpessoais (Mullen, Martin, Anderson, Romans e Herbison, 1996).

Os nossos resultados confirmam a hipótese inicial de que a presença deste tipo de experiências na infância e início da adolescência aumenta a probabilidade de envolvimento em comportamentos de risco, tal como tinha sido verificado por Felitti *et al.*, (1998) que descobriu que a prevalência de hábitos tabágicos, alcoolismo, uso de drogas ilícitas e comportamentos sexuais de risco aumentavam com a exposição a experiências adversas na infância. As diferentes formas de abuso são mais frequentes em famílias disfuncionais. Os autores indicam que algumas associações entre abuso e problemas na vida adulta são explicados por essa matriz de desvantagens da infância, da qual os abusos frequentemente emergiram, o que nos indica que as ações de intervenção também devem ser no sentido de melhorar as condições de vida de algumas crianças e jovens que vivem em clara desvantagem social (Mullen, Martin, Anderson, Romans e Herbison, 1996).

No que diz respeito à prevalência de comportamentos de bullying e cyberbullying na nossa amostra, verificamos que cerca de 15.9% dos jovens são bullies, já tendo cometido agressões contra colegas; 13.6% são vítimas de bullying. As correlações elevadas entre as subescalas de bullying, vítimas e agressores, levam-nos ao que foi já indicado por estudos anteriores – que muitas vezes os bullies são ou foram vítimas de bullying e/ou cyberbullying. Um estudo recente a nível nacional, em colaboração com a Organização Mundial de Saúde (Matos e Equipa Aventura Social, 2018), indicou que 15.9% dos jovens tinham sido vítimas de bullying até uma vez por semana (nos últimos dois meses) e 2.9% várias vezes por semana e 9.2% indicaram ser agressores até 1 vez por semana no mesmo período temporal, e 0.8% várias vezes por semana. O mesmo estudo aponta para uma diminuição bastante acentuada da frequência de bullying - tanto vitimação como agressão. De 2014 para 2018 a percentagem de jovens que indicava nunca ter sido vítima de bullying (nos últimos 2 meses) aumentou de 61.3% para 81.2% e a percentagem de jovens que afirma nunca ter praticado bullying (nos últimos 2 meses) passou de 69.1% para 90%. Podendo esta diminuição estar relacionada com um aumento da atenção dada ao fenómeno do bullying ou à introdução de psicólogos nas escolas, é importante notar que existiu uma alteração da formulação das questões neste ponto, pelo que não é claro se a redução poderá ser devida à formulação da questão. No nosso estudo não conseguimos ter uma perceção da evolução do fenómeno, mas será importante no futuro perceber se de facto a incidência deste problema está a diminuir e, se sim, quais os motivos.

Paralelamente é importante conjugar estes estudos de análise quantitativa com estudos de natureza qualitativa no sentido de estudar as perceções dos jovens relativamente ao que consideram ou não serem atos de bullying. Este acrescento qualitativo é importante uma vez que há grupos de jovens em que são desvalorizados determinados atos de violência e agressão verbal. Assim, mesmo estando na presença de comportamentos que agridem o outro de forma física, verbal ou psicológica, o alvo deste tipo de

comportamentos poderá não o interpretar como sendo bullying. O estudo de Ybarra, Espelage, Valido, Hong e Prescott (2018) com adolescentes norte-americanos verificou que os participantes, quando lhes era pedido para definirem bullying, evidenciavam algumas dificuldades em diferenciar bullying de agressão. Para os jovens desta investigação quando o comportamento agressivo para com o outro não tinha como objetivo a intimidação não era considerado bullying.

Adicionalmente às perceções que os jovens têm acerca do que são comportamentos de bullying, é importante referir que, por vezes, as taxas de prevalência podem variar significativamente em função de como o bullying é medido (Cook *et al.*, 2010).

A prevalência de cyberbullying na nossa investigação é mais baixa do que o bullying, com 5.2% dos jovens cyber-agressores e 5.2% cyber-vítimas, indo também de encontro ao estudo de Matos e Equipa Aventura Social (2018) em que 8.2% referiu ter sido vítima nos últimos dois meses, e 5.4% cyberbully. Um estudo de Almeida *et al.* (2012) apresenta prevalências de envolvimento em cyberbullying entre 10.9% e 14.9% quando ocorre com recurso a telemóveis; e entre 9.7% e 17.1% quando ocorre com recurso à internet. A prevalência variava em função da idade dos jovens (maior envolvimento em jovens mais velhos).

Tal como foi referido para o bullying, será igualmente importante procurar um conhecimento mais detalhado acerca das conceções dos jovens relativamente aos comportamentos de cyberbullying. Numa era em que a tecnologia, as redes sociais e o contacto através de meios eletrónicos é cada vez mais comum e indispensável para os jovens, urge compreender como se desenvolvem as relações entre pares no mundo virtual. Como são interpretados os comentários negativos; qual a importância das redes sociais para os adolescentes; e como funcionam os processos de aceitação, rejeição ou isolamento no meio online, são alguns exemplos de pormenores a investigar de forma mais pormenorizada. A necessidade de partilhar a vida através das redes sociais poderá colocar os jovens numa posição de maior vulnerabilidade para a ocorrência deste tipo de intimidação.

Diferenças de género

No que diz respeito às diferenças de género, o presente estudo confirmou a hipótese de que os rapazes apresentam maior nível de risco comportamental, portanto envolvem-se mais em comportamentos de risco como consumo de álcool, hábitos tabágicos, consumo de drogas e hábitos de jogo desajustados. Igualmente, apresentam um maior envolvimento em comportamentos de bullying e cyberbullying, não só como agressores, mas também como vítimas.

Ainda que possa existir uma relação de causalidade entre nível de risco comportamental e envolvimento em bullying, estas diferenças parecem relacionadas com o género dos jovens e é importante refletirmos a distinção entre rapazes e raparigas, a nível social e biológico, e quais poderão ser as características chave para estas discrepâncias.

Archer (2004) indica que a agressão física apresenta grandes diferenças de género, com os rapazes a serem mais agressivos. O bullying não parece ser exceção e vários autores já tinham confirmado a maior envolvimento dos rapazes, tanto como vítimas como agressores (Cook *et al.*, 2010).

Os estereótipos tradicionais da masculinidade parecem ser preditores da participação em comportamentos de bullying (como bully), enquanto a expressividade, um traço mais associado ao estereótipo feminino funciona de forma contrária, com os alunos que se descrevem como menos expressivos a estarem mais envolvidos no bullying como agressores. Assim, podemos destacar as consequências negativas do crescimento em ambientes onde prevalece a promoção de valores sexistas e estereotipados em detrimento de valores expressivos (Carrera-Fernández, Cid-Fernández, Almeida, González-Fernández e Lameiras-Fernández, 2019).

Estudos destacam ainda a relação próxima entre variáveis de heteronormatividade e etnocentrismo, revelando que os rapazes expressam mais atitudes negativas relativamente à diversidade cultural, mais atitudes negativas relativamente a gays e exibem mais comportamentos sexistas e hostis (Carrera-Fernández, Cid-Fernández, Almeida, González-Fernández e Lameiras-Fernández, 2018).

No que diz respeito ao cyberbullying, as diferenças de género não são tão claras. No nosso estudo, verificamos que os rapazes estão mais envolvidos como agressores e como vítimas, contudo autores como Slonje e Smith (2008) encontram poucas diferenças de género, embora as raparigas pareçam ser mais vítimas em alguns tipos de cyberbullying, nomeadamente através de email. Contudo os mesmos autores indicam que se aperceberam de uma tendência crescente nos rapazes para um maior envolvimento em comportamentos de cyberbullying. No contexto português, um estudo de Almeida *et al.* (2012) indica que as raparigas parecem estar mais envolvidas no cyberbullying como vítimas, independentemente do ano de escolaridade ou tipo de cyberbullying. No mesmo sentido dos resultados que obtivemos, o estudo de Li (2006) indica que os rapazes são mais propensos a serem bullies e cyberbullies do que as raparigas. O estudo revela ainda que as raparigas vítimas de cyberbullying parecem estar mais propensas a informar os adultos do que os rapazes (Li, 2006).

No entanto, quando analisamos os preditores de bullying e cyberbullying, constatamos que o sexo é uma variável preditora em todos os tipos de envolvimento em bullying menos na vitimação por cyberbullying, sendo o sexo masculino aquele que mais prediz este tipo de comportamentos.

Teoricamente, se considerarmos o cyberbullying como uma forma de bullying e agressão então seria expectável que os rapazes estivessem mais envolvidos, contudo, se o conceptualizarmos como uma forma indireta de agressão ou agressão relacional, então seria expectável uma maior prevalência nas raparigas ou que não se encontrassem diferenças de género (Barlett e Coyne, 2014).

No presente estudo encontrámos ainda diferenças de género estatisticamente significativas para a *Resiliência Total*, para a *Resiliência Individual* e para a *Resiliência Comunidade*, com as raparigas a apresentarem maiores níveis e recursos de resiliência do que os rapazes, tal como já tinha sido postulado por outros autores (Dias e Cadime, 2017; Liebenberg *et al.* 2012).

Vários autores referem que raparigas e rapazes mostram diferenças na sua capacidade de lidar com a carga ambiental. Um estudo de Piko (2001) revelou que as raparigas adotam formas mais passivas de lidar com as adversidades, ou procurando apoio em terceiros. Em vizinhanças de alto risco, as raparigas são mais suscetíveis do que os rapazes a mostrarem resiliência através de estratégias de *coping* relacionais, tais como manter um grupo de pares e ligações com adultos (Caughy *et al.*, 2012). Os rapazes são mais impulsivos e tipicamente mais reativos do que as raparigas a influências negativas na comunidade (Moffitt e Caspi, 2001). Já as raparigas apresentam valores mais elevados que os rapazes nos níveis de medo, na capacidade de cooperação e na disposição positiva.

Estas diferenças de reação ao ambiente e às suas mudanças poderá ser um dos motivos pelos quais as raparigas apresentam valores mais elevados de resiliência, porque tendem a usar de forma mais efetiva e eficaz os recursos disponíveis, nomeadamente pessoais, na escola, em casa ou na comunidade.

Não podemos ignorar a importância e o peso dos papéis de género, ainda fortemente incutidos na nossa sociedade e na educação de crianças e jovens, bem como as diferenças biológicas entre rapazes e raparigas que parecem influenciar a sua resposta às adversidades.

Diferenças em função da idade e ano de escolaridade

No que diz respeito às diferenças relativas ao ano de escolaridade e idade, verifica-se que o nível de risco aumenta com o ano de escolaridade e, por conseguinte, com a idade.

Esperávamos um aumento do envolvimento em comportamentos de bullying e cyberbullying com a idade, tanto para agressores como para vítimas, embora não exista uma tendência clara quanto ao envolvimento em bullying em função da idade. Alguns estudos indicam que jovens mais novos têm mais tendência à vitimação (Liang, Flisher e Lombard, 2007), mas os resultados da presente investigação mostram que há mais vítimas e mais agressores no 9.º ano do que no 7.º, com diferenças significativas tanto para bullying como cyberbullying. No mesmo sentido dos nossos resultados, um estudo realizado com

1751 jovens de 34 escolas de Lisboa e Braga, revela um aumento da vitimação e perpetração de cyberbullying com os anos escolares (Almeida *et al.* 2012). O mesmo estudo apresenta ainda algumas diferenças quanto ao tipo de cyberbullying mais frequente em função do ano de escolaridade, com os alunos do 7.º, 8.º, e 9.º ano mais propensos a praticar bullying contra outros através dos telemóveis, e os alunos do ensino secundário mais propensos a praticar bullying através da internet.

Não existindo uma indicação clara na literatura quanto às diferenças em função da idade (como se verifica no género, por exemplo), fará mais sentido, em termos de intervenção, focarmo-nos em outras características dos jovens, trabalhando a sua maturidade, níveis de agressividade e a relação com as novas tecnologias.

Estudo das qualidades psicométricas da Escala de Avaliação da Resiliência em Crianças e Adolescentes

Até onde sabemos, nenhum estudo analisou as propriedades psicométricas da versão portuguesa do CYRM-28, existindo atualmente um estudo em preparação para publicação, estando os resultados em fase de finalização.

Embora a tradução de questionários seja uma prática comum, a tradução por si só não resulta necessariamente em resultados válidos e fiáveis. A estrutura da escala traduzida precisa de ser examinada, e análises estatísticas são necessárias para estabelecer a fiabilidade e validade das suas pontuações (Streiner, Norman e Cairney, 2015). Isso é ainda mais importante ao traduzir escalas culturalmente sensíveis, como o CYRM-28, para uso em comunidades variadas, onde os jovens podem definir de modo diferente o que significa ser resiliente - é necessário ter em consideração a equivalência conceptual, isto é, que pessoas de diferentes culturas compreendam os conceitos da mesma forma (Streiner, Norman e Cairney, 2015).

O presente estudo não confirma a estrutura fatorial de três fatores encontrada em validações anteriores (Daigneault *et al.*, 2013; Liebenberg, Ungar e Van de Vijver, 2012) e que esperávamos encontrar. Contudo, conseguimos obter um modelo adequado ao quadro teórico da resiliência, salientando recursos referentes à família, à comunidade, ao próprio indivíduo e à sua rede de apoio. É importante referir que apesar de não termos replicado o modelo de estudos anteriores, as nossas subescalas apresentam valores de confiabilidade mais elevados do que os referidos estudos. Adicionalmente, se olharmos para o nosso modelo fatorial analítico visível na Figura 2, conseguimos perceber que, para obtermos um bom ajuste do modelo necessitamos de correlacionar apenas 5 erros (contrariamente, por exemplo, ao modelo de Sanders *et al.*, 2017).

Adicionalmente, não podemos deixar de ter em consideração que a população portuguesa e, por conseguinte, a amostra do estudo, apresenta características muito diferentes das amostras dos restantes estudos, desde logo pela reduzida diversidade cultural e étnica. Quando olhamos para a população da Nova Zelândia (Sanders *et al.*, 2017), por exemplo, percebemos que estes jovens enfrentam realidades bastante distintas em que existe uma maior diversidade de grupos étnicos e culturais, valorização de hábitos culturais e religiosos de forma consideravelmente diferente, sendo, portanto, compreensível que muitos dos itens não coincidam com as subescalas de outros estudos.

Os resultados sugerem que a versão traduzida para português do CYRM-28 apresenta três subescalas refletindo as principais categorias da resiliência – Família, Comunidade e Indivíduo; e ainda uma quarta categoria, a Rede de Apoio, de forma a enfatizar a importância das relações pessoais para a resiliência. Esta rede de apoio engloba não só os amigos (14. *Eu sinto que os meus amigos me apoiam*; 18. *Eu acho que os meus amigos estarão sempre ao meu lado nos momentos difíceis da vida.*), como as relações na escola, nomeadamente com o *staff* e professores (16. *Eu sinto que faço parte da minha escola.*), e na comunidade (19. *Na minha comunidade sinto que sou tratado de forma justa*; 15. *Na minha comunidade sei onde tenho de ir se precisar de ajuda.*). A questão 11) *Sou uma pessoa com quem os outros gostam de conviver e acham divertido*, poderá transmitir também a forma como o jovem vive as relações, se sente que as pessoas à sua volta apreciam a sua companhia, o que poderá influenciar a facilidade de interação.

A nossa subescala Individual diz respeito aos recursos que o indivíduo possui em si mesmo, e aos quais recorre na sua interação com o ambiente. A persistência e capacidade de auto-motivação (8. *Eu esforço-me por terminar aquilo que começo*; 3. *O estudo é importante para mim.*); competências sociais (4. *Sei comportar-me em diferentes situações sociais (na escola, em festas, atividades em que participo, quando vou a lojas com alguém, etc.)*; 2. *Eu colaboro com as pessoas à minha volta.*); capacidade de pensar a longo-prazo e perspetivas positivas quanto ao futuro (25. *Tenho oportunidade de desenvolver competências que serão úteis para o meu futuro.*); consciência das suas valências, da sua importância e das suas qualidades (21. *Eu tenho consciência da minha força pessoal*; 20. *Tenho oportunidade de mostrar aos outros que estou a crescer e posso agir de forma responsável*; 23. *Eu acho importante fazer coisas úteis para a minha comunidade.*); capacidade de enfrentar os seus problemas sem recurso a substâncias como drogas ou álcool (13. *Eu sou capaz de resolver os meus problemas sem usar álcool ou drogas.*). O item 1) *Tenho pessoas na minha vida que são modelos para mim*, que eu admiro, aparece noutros estudos como parte da subescala Contextual (Liebenberg *et al.* 2012), contudo surge-nos nesta subescala relativa às forças do próprio jovem, pelo que podemos considerar que ver em alguém um modelo, um exemplo a seguir, pode ser também interpretado como uma auto-motivação para ser como aquela pessoa, para ser melhor.

O item 7) *Eu como o suficiente a maioria dos dias*, surge-nos noutros estudos como parte da componente familiar, da capacidade que os pais possuem para colmatar as necessidades básicas dos seus filhos. No presente estudo surge-nos na componente individual e podemos interpretar isto como um indicador da independência do jovem a gerir o seu próprio bem-estar e as suas necessidades básicas, como a alimentação.

A nossa análise fatorial exploratória indicava uma estrutura fatorial de cinco fatores, contudo optámos por uma estrutura fatorial quádrupla, uma vez que um dos fatores sugeridos pela AFE possuía somente dois itens (9. *As minhas crenças espirituais são uma fonte de energia*; 22. *Eu participo em atividades religiosas organizadas (missas, festas religiosas)*), de índole espiritual/religiosa, que foram incluídos na subescala individual.

Na componente Família, podemos obter informações relativamente ao estilo parental, se estamos perante jovens com pais atentos, interessados (6. *Sinto que os meus pais sabem bastantes coisas sobre mim*; 5. *Sinto que os meus pais estão ao meu lado*; 12. *Eu converso com a minha família sobre os meus sentimentos*) e também se o jovem vê na sua família um fator de proteção e segurança (17. *Eu acho que a minha família estará sempre ao meu lado nos momentos difíceis da vida*; 24. *Eu sinto-me seguro quando estou com a minha família.*).

Por fim, na subescala da resiliência que diz respeito aos recursos da Comunidade, chama-nos a atenção o facto do ponto 27 e 26 terem saturado no mesmo componente, neste caso relacionado com a Comunidade (27. *Eu gosto das tradições da minha comunidade (costumes, festas, comemorações, etc.)*; 26. *Eu gosto das tradições da minha família (costumes, festas, comemorações, etc.)*). Ao contrário de outros estudos (Daigneault *et al.*, 2013; Liebenberg *et al.* 2012; Sanders *et al.*, 2017) o item 26 surge-nos neste componente comunitário e não num componente familiar (*family/caregiving*). Contudo, e analisando o panorama português e aquilo que poderão ter sido as interpretações dadas pelos jovens, acreditamos que possa existir de facto uma sobreposição naquilo que são as tradições comunitárias e as tradições da família. Adicionalmente, em outras validações estes itens foram apresentados no questionário sem o exemplo ("*costumes, festas, comemorações, etc.*"), o que pode ter também influenciado os nossos resultados, uma vez que os exemplos são iguais para as tradições familiares e para as tradições da comunidade.

Adicionalmente, inclui-se nesta subescala da resiliência o orgulho na nacionalidade e etnia (28. *Eu tenho orgulho em ser _____ (nacionalidade)*; 10. *Eu tenho orgulho na minha raça/etnia.*), relacionados com o sentimento de pertença dos jovens.

É importante termos em consideração as grandes diferenças culturais existentes entre países como Canadá ou Nova Zelândia e Portugal, neste caso a cidade de Guimarães, que dificultam a replicação da estrutura fatorial obtida noutros países. A interpretação dos itens pode variar de acordo com os diferentes países e locais e, conseqüentemente, com a identidade cultural de cada um (Ungar e Liebenberg, 2011), resultando em diferenças nas subescalas.

Como já referimos, na nossa amostra, representativa da população jovem do concelho de Guimarães, existia pouca diversidade cultural e étnica. Menos de 1% da amostra era de nacionalidade estrangeira, pelo que questões como orgulho na nacionalidade ou raça/etnia perdem a sua capacidade interpretativa no contexto de análise da resiliência. Sanders *et al.* (2017) encontraram diferenças de resiliência significativas tendo em conta a etnia dos jovens, mas o contexto cultural e étnico da Nova Zelândia é completamente distinto do contexto português. Na população da Nova Zelândia, os jovens pertencentes às maiorias étnicas revelaram recursos de resiliência mais baixos do que os jovens indígenas (Maori).

No que diz respeito às correlações entre as diferentes subescalas, verificamos que a subescala Individual apresenta fortes correlações com todas as outras subescalas, o que nos poderá indicar a importância conjunta dos atributos e recursos pessoais para o jovem beneficiar integralmente de outros recursos existentes na família, na comunidade e na sua rede de apoio. Adicionalmente, verifica-se uma forte relação entre família e rede de apoio, o que nos leva a refletir sobre como conexões significativas derivadas de relações positivas entre pares compensam a falta de um relacionamento seguro com os cuidadores (Criss, Pettit, Bates, Dodge e Lapp, 2002).

Teria sido adequado, efetuar uma entrevista com alguns dos respondentes, ou um grupo focal, de forma a compreender os significados que os jovens dão a cada uma das perguntas; perceber como interpretam o conceito de comunidade, a religiosidade e/ou espiritualidade e as tradições. Tal como foi feito por Ungar e Liebenberg (2011), a validação da versão traduzida para português do CYRM-28 deverá ter em consideração a abordagem de Mertens (2003) que dá ênfase à participação dos entrevistados em todas as fases da investigação, bem como a compreensão dos valores e significados que fazem parte das experiências das pessoas sobre o fenómeno em estudo. No futuro, será recomendado aplicar a escala e fazer entrevistas a um reduzido número de elementos para tentar compreender os significados atribuídos a cada uma das questões. Esta informação também nos permitirá ter mais certezas quanto às subescalas da resiliência.

Os métodos mistos podem ajudar a resolver questões relacionadas com a validade interna e a generalização do construto da resiliência. Segundo Onwuegbuzie, Bustamante, e Nelson (2010 *cit in* Ungar

e Liebenberg, 2011), a investigação mista é particularmente útil para o desenvolvimento de medidas quando procuramos assegurar a validade do construto através de diferentes culturas.

Seria igualmente interessante, no futuro, poder aplicar esta escala a nível nacional de forma a refletir a diversidade cultural e socioeconómica presente em Portugal.

Fatores preditores do risco comportamental e de comportamentos de bullying e cyberbullying

Para além das variáveis Sexo e Idade/Ano de escolaridade que já referimos anteriormente, ser agressor de bullying revelou ser um preditor estatisticamente significativo (e positivo) do risco comportamental. Paralelamente, ser agressor de bullying tem como preditor o risco comportamental: jovens agressores de bullying (com médias mais elevadas) evidenciam valores mais elevados de risco comportamental. No nosso estudo não temos informação sobre o momento de início dos comportamentos pelo que será interessante no futuro compreender melhor como se processa esta interação.

Somente ser agressor de bullying é preditor do risco comportamental, mas o risco comportamental é preditor de todos os tipos de envolvimento em bullying – vítimas e agressores de bullying e cyberbullying. Esta observação poderá estar relacionada com os níveis de agressividade do jovem, que são mais evidentes em comportamentos de bullying do que nos outros tipos de envolvimento em bullying e cyberbullying.

O abuso físico e o abuso sexual também parecem ser preditores do risco comportamental e agressão por bullying, e o abuso físico da vitimação por bullying. Crianças maltratadas apresentam maior dificuldade em formar relações harmoniosas com os outros (Erickson, Sroufe e Egeland, 1985) e, se as crianças têm mais dificuldade por exemplo no desenvolvimento de relações com os pares e professores quando entram para a escola, é compreensível que tal possa levar a um aumento do envolvimento em comportamentos de risco, da vitimação e agressão por bullying. Para além disso, crianças maltratadas tendem a isolar-se e a reagir de forma agressiva (Main e George, 1985).

Dimensões como gravidade e cronicidade dos maus-tratos são preditores significativos do funcionamento das crianças e da gravidade dos seus problemas comportamentais (Manly, Cicchetti e Barnett, 1994), pelo que seria importante, num próximo estudo, avaliar não só a existência de experiências adversas na infância, mas também a sua gravidade, frequência e há quanto tempo estão presentes.

A negligência é preditora de vitimação por bullying e cyberbullying, e agressão por cyberbullying. Possivelmente, a relação entre negligência e cyberbullying pode ser explicada pela falta de supervisão parental, nomeadamente no uso das tecnologias e das redes sociais, bem como por uma ausência de

atenção generalizada que poderá levar o jovem a passar mais tempo no mundo virtual. Adicionalmente, as crianças negligenciadas têm défices cognitivos e académicos mais severos, isolamento social e interações limitadas com o grupo de pares (Hildyard e Wolfe, 2002), o que também poderá contribuir para uma menor integração na escola e uma maior suscetibilidade à vitimação, bem como levar o/a jovem a passar mais tempo isolado/a nas redes sociais e no mundo online, tendo como uma forte consequência uma maior exposição aos riscos associados ao cyberbullying (tanto para se tornar vítima como agressora). Igualmente, o facto de o jovem não ter ninguém com quem partilhar a situação de vitimação e pedir ajuda pode fazer com que esta se prologue mais no tempo.

No que diz respeito à resiliência, optámos por analisar a capacidade de predição da mesma recorrendo às suas subescalas, uma vez que nos fornece resultados mais ricos quanto aos recursos importantes específicos para cada tipo de problemática.

Verificamos que quando aumenta o nível de resiliência, diminuem os comportamentos de bullying e cyberbullying (tanto para agressores como para vítimas), o que poderá indicar que os recursos que constituem a resiliência são essenciais para os jovens lidarem com situações de agressão, física ou psicológica, para se defenderem, ou ativarem esses recursos para ultrapassar a situação de abuso ou terminar com ela de forma precoce. Olhando para as estatísticas descritivas dos totais de resiliência para agressores e não agressores de bullying (inclui cyberbullying) verificamos que os não agressores apresentam valores médios de resiliência mais elevados do que os agressores, não só em termos totais, como nas diferentes subescalas da resiliência: Individual, Família, Comunidade e Rede de Apoio.

Verifica-se que a subescala Individual é preditora do risco comportamental, o que nos leva a pensar que características pessoais como auto-controlo e auto-estima poderão ter particular importância nos comportamentos de risco praticados pelos jovens.

A subescala Rede de apoio revelou ser preditora para vítimas de bullying, e nós acreditamos que esta associação poderá existir uma vez que as vítimas de bullying frequentemente sofrem de problemas psicológicos a longo-prazo, nomeadamente solidão, diminuída auto-estima, queixas psicossomáticas e depressão (Hawker e Boulton, 2000), pelo que uma boa rede de apoio e suporte parece ser fundamental para que o jovem possa ultrapassar a situação de vitimação: ter alguém para desabafar, uma companhia para que se possam sentir mais seguros e confiantes. A típica vítima é aquela que tem uma lacuna ao nível das competências sociais, possui cognições negativas sobre si mesma, experiencia dificuldades a resolver problemas sociais; oriunda de ambientes comunitários, familiares e escolares negativos (Cook *et*

al., 2010). Importante ainda é referir que este apoio, esta rede de apoio, tal como podemos observar pelos elementos incluídos nesta subescala da resiliência, pode ser oriundo de pares, da escola (professores) ou de outros membros da comunidade (escuteiros, por exemplo).

Análise dos efeitos de interação da resiliência no risco comportamental e nos comportamentos de bullying e cyberbullying

Embora funções de moderação e mediação tenham uma tradição relativamente longa nas ciências sociais, não é incomum vermos alguma confusão na utilização dos termos. Partindo das propriedades das variáveis de mediação e moderação, o objetivo desta análise era compreender de que forma atua a resiliência na sua interação com outras variáveis, pelo que elaborámos os respetivos testes de mediação e moderação.

Inicialmente colocámos a hipótese de que a resiliência atuaria como moderadora, uma vez que esperávamos que a sua presença diminuísse a força da relação entre, por exemplo, experiências adversas na infância e risco comportamental. Como a nossa hipótese inicial previa um efeito de moderação da resiliência na relação, esse foi o efeito de interação testado com todas as variáveis preditoras do risco comportamental e dos comportamentos de bullying e cyberbullying. Contudo, só foram encontrados efeitos de moderação entre o abuso físico e o risco comportamental, atuando como moderadora da relação a resiliência Individual; e entre o risco comportamental e agressores de bullying, atuando a resiliência (subescala Comunidade) como moderadora. No gráfico da Figura 2 podemos observar de forma muito clara o efeito de moderação da resiliência. Quando o risco é baixo, a resiliência quase não afeta o resultado, neste caso os comportamentos de cyberbullying, uma vez que o declive da reta é muito reduzido. Contudo, quanto maior o risco, mais evidente e significativo é o efeito moderador da resiliência, como podemos observar pelo declive das retas.

Ainda assim, com as análises efetuadas verificamos que, de forma geral, a resiliência não parece atuar como moderadora. Neste sentido, McClelland e Judd (1993) referem que os efeitos de moderação são notoriamente difíceis de detetar em estudos sociais e não experimentais.

Em seguida, elaborámos alguns testes de mediação. Testamos se a resiliência é mediadora da relação entre experiências adversas na infância, risco comportamental e agressão por bullying e entre experiências adversas na infância, risco comportamental e vitimação por bullying.

No modelo elaborado pelo AMOS são retiradas as ligações que não são estatisticamente significativas (de acordo com o output fornecido pelo AMOS que pode ser ligeiramente diferente dos resultados do SPSS),

motivo pelo qual, por exemplo, no caso da vitimação por bullying não testamos o efeito de mediação da resiliência na relação entre abuso sexual e vitimação.

Os resultados revelam então que a resiliência atua como mediadora na relação entre risco comportamental e agressores de bullying (18%), entre abuso físico e agressores de bullying (20%) e entre risco comportamental e vitimação por bullying (31%), portanto todas as interações que testámos. Os resultados parecem ainda indicar que a resiliência tem um impacto maior enquanto mediadora nas vítimas do que nos agressores.

Moderação, mediação, moderação-mediação e efeitos indiretos produzem resultados diferentes e não devem ser tratados como sinónimos. A nossa análise dá-nos uma visão inicial sobre o comportamento da resiliência enquanto mediadora e moderadora das interações entre fatores de risco e resultados, contudo mais investigação é necessária.

Conclusões e Recomendações

Os resultados obtidos no presente estudo reforçam a ideia de que a intervenção e a investigação não se devem focar exclusivamente na redução dos fatores de risco quando o objetivo é alcançar melhores níveis de bem-estar (Munford, Thimasarn-Anwar e Liebenberg, 2017). É essencial considerar a influência de fatores e recursos de proteção disponíveis na ecologia dos jovens. Para uma avaliação estruturada dos recursos, é essencial a existência de um instrumento validado e avaliado positivamente.

O presente estudo aguarda pela publicação do estudo de validação da Escala de Avaliação da Resiliência para Crianças e Jovens (CYRM-28), em que a autora desta tese colabora, e no âmbito do qual se faz a apresentação detalhada das propriedades psicométricas desta medida de avaliação da resiliência em populações juvenis. Antecipa-se uma análise positiva da Escala de Avaliação da Resiliência para Crianças e Jovens (CYRM-28) e espera-se que os resultados da presente tese venham a beneficiar desse trabalho de validação.

A aplicação da escala permite avaliar cabalmente os recursos dos jovens em situação de risco, proporcionando assim o desenho de intervenções mais completas e direcionadas para lacunas específicas e, por outro lado, valorizando e potenciando os recursos já presentes.

O estudo trouxe-nos dados muito relevantes em termos práticos, particularmente para a prevenção de comportamentos de bullying e cyberbullying.

As diferenças de género foram evidentes pelo que fará sentido pensar a intervenção tendo em consideração as diferenças existentes entre rapazes e raparigas. Uma possibilidade será procurar colmatar as diferenças que se verificam, desde logo ao nível da agressividade, mais demonstrada pelos rapazes, e que poderá influenciar os resultados mais negativos ao nível do risco comportamental, dos comportamentos de bullying e cyberbullying. Por outro lado, perceber como podemos levar os rapazes a tomarem algumas das medidas já adotadas pelas raparigas, nomeadamente serem mais propensos a partilhar as situações que os colocam em maior vulnerabilidade e pedir ajuda a pares ou adultos (sejam eles pais, professores ou algum membro de confiança na comunidade). Neste sentido, um estudo com jovens portugueses e espanhóis indica que para prevenir comportamentos de bullying, é necessário desenhar programas que promovam valores tradicionalmente associados à feminilidade, designadamente valores relacionados com a empatia e a preocupação pelos outros, tanto para rapazes como para raparigas, bem como promover atitudes igualitárias, contrárias ao sexismo (Carrera-Fernández, Cid-Fernández, Almeida, González-Fernández e Lameiras-Fernández, 2019) A escolas devem implementar políticas educacionais inclusivas que promovam a aceitação, o bem-estar escolar, a expressividade, atitudes igualitárias, bem como diversidade cultural (Carrera-Fernández, Cid-Fernández, Almeida, González-Fernández e Rodriguez-Castro, 2019).

Não podemos esquecer que o ambiente escolar é um poderoso agente de socialização de crianças e jovens, onde se desenvolvem relações com pares e adultos. A escola é um local de promoção e desenvolvimento de inúmeras competências pessoais e académicas, fulcrais para a adaptação presente e futura do adolescente. É, portanto, essencial sensibilizar a comunidade escolar para as necessidades desenvolvimentais dos jovens e para as dinâmicas que os possam colocar em risco, bem como reforçar os recursos que potenciam o seu sucesso e resiliência.

Referências Bibliográficas

- Almeida, A. (1999). Portugal. In P. Smith, Y., Morita, J. Junger-Tas, D. Olweus, R. Catalano, e P. Slee, (Eds.), *The Nature of School Bullying: A cross-national perspective* (174-186). London: Routledge.
- Almeida, A. Correia, I., Marinho, S., Garcia, D. (2012). Virtual but not less real: a study of cyber bullying and its relations to moral disengagement and empathy. In Q. Li, D. Cross e P. K. Smith (Eds.), *Cyberbullying in the global playground: Research from international perspectives* (223 - 244). London: Blackwell Publishing.
- Archer, J. (2004). Sex differences in aggression in real-world settings: A meta-analytic review. *Review of general Psychology*, 8(4), 291-322.
- Aspy, C. B., Vesely, S. K., Oman, R. F., Rodine, S., Marshall, L., & McLeroy, K. (2007). Parental communication and youth sexual behaviour. *Journal of adolescence*, 30(3), 449-466.
- Barlett, C., & Coyne, S. M. (2014). A meta-analysis of sex differences in cyber-bullying behavior: The moderating role of age. *Aggressive behavior*, 40(5), 474-488.
- Baron, R. M., & Kenny, D. A. (1986). The moderator–mediator variable distinction in social psychological research: Conceptual, strategic, and statistical considerations. *Journal of personality and social psychology*, 51(6), 1173.
- Belsky, J., & Pluess, M. (2016). Differential susceptibility to environmental influences. *Developmental psychopathology*, 1-48.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development*. Harvard university press.
- Bronfenbrenner, U. (1986). Ecology of the family as a context for human development. *Developmental Psychology*, 22 (6), 723-742.
- Buboltz Jr, W. C., Brown, F., & Soper, B. (2001). Sleep habits and patterns of college students: a preliminary study. *Journal of American college health*, 50(3), 131-135.
- Bullock, J. (2002). Bullying among children. *Childhood Education*, 78(3), 130-133.
- Carrera-Fernández, M. V., Cid-Fernández, X. M., Almeida, A., González-Fernández, A., & Lameiras-Fernández, M. (2018). Attitudes Toward Cultural Diversity in Spanish and Portuguese Adolescents of Secondary Education: The Influence of Heteronormativity and Moral Disengagement in School Bullying. *Revista de Psicodidáctica* (English ed.), 23(1), 17-25.
- Carrera-Fernández, M. V., Cid-Fernández, X. M., Almeida, A., González-Fernández, A., & Lameiras-Fernández, M. (2019). Me and Us Versus the Others: Troubling the Bullying Phenomenon. *Youth e Society*, 0044118X19857868.
- Carrera-Fernández, M. V., Cid-Fernández, X. M., Almeida, A., González-Fernández, A., & Rodriguez-Castro, Y. (2019). Gender-Bashing in Adolescents: Structural Relations with Heterosexual Matrix, Racism/Xenophobia and Attitudes Toward Bullying. *Journal of school health*, 89(7), 536-548.

- Caughy, M. O. B., Franzini, L., Windle, M., Dittus, P., Cuccaro, P., Elliott, M. N., & Schuster, M. A. (2012). Social competence in late elementary school: Relationships to parenting and neighborhood context. *Journal of youth and adolescence, 41*(12), 1613-1627.
- Carvalhosa, S. F. D., Lima, L. e Matos, M. G. D. (2001). Bullying: a provocação/vitimação entre pares no contexto escolar português. *Análise Psicológica, 19*(4), 523-537.
- Choo, H., Gentile, D., Sim, T., Li, D. D., Khoo, A., & Liau, A. (2010). Pathological video-gaming among Singaporean youth.
- CNPDPJCJ (2018). Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2018. Maio de 2019, Lisboa. ISSN: 2184-559X.
- Cohen, J., & Cohen, P. (1983). *Applied multiple regression/correlation analysis for the behavioral sciences* (2nd ed.). Hillsdale, NJ: Erlbaum
- Cook, C. R., Williams, K. R., Guerra, N. G., Kim, T. E., & Sadek, S. (2010). Predictors of bullying and victimization in childhood and adolescence: A meta-analytic investigation. *School psychology quarterly, 25*(2), 65.
- Coleman, J. C. (2011). *The Nature of Adolescence*. Retrieved from <https://doi.org/10.4324/9780203805633>.
- Cooley-Quille, M., Boyd, R. C., Frantz, E., & Walsh, J. (2001). Emotional and behavioral impact of exposure to community violence in inner-city adolescents. *Journal of clinical child psychology, 30*(2), 199-206.
- Criss, M. M., Pettit, G. S., Bates, J. E., Dodge, K. A., & Lapp, A. L. (2002). Family adversity, positive peer relationships, and children's externalizing behavior: A longitudinal perspective on risk and resilience. *Child development, 73*(4), 1220-1237.
- Culp, R. E., Watkins, R. V., Lawrence, H., Letts, D., Kelly, D. J., & Rice, M. L. (1991). Maltreated children's language and speech development: Abused, neglected, and abused and neglected. *First Language, 11*(33), 377-389.
- Daigneault, I., Dion, J., Hébert, M., McDuff, P., & Collin-Vézina, D. (2013). Psychometric properties of the Child and Youth Resilience Measure (CYRM-28) among samples of French Canadian youth. *Child abuse e neglect, 37*(2-3), 160-171.
- Dias, P. C., & Cadime, I. (2017). Protective factors and resilience in adolescents: The mediating role of self-regulation. *Psicologia Educativa, 23*(1), 37-43.
- DiClemente, R. J., Hansen, W. B., & Ponton, L. E. (1996). Adolescents at risk. In *Handbook of adolescent health risk behavior* (pp. 1-4). Springer, Boston, MA.
- Dishion, T. J., & Patterson, G. R. (2016). The development and ecology of antisocial behavior: linking etiology, prevention, and treatment. *Developmental psychopathology*.
- Ehrlich, K. B., Miller, G. E., & Chen, E. (2016). Childhood adversity and adult physical health. *Developmental psychopathology, 1-42*.

- Erickson, M. F., Sroufe, L. A., & Egeland, B. (1985). The relationship between quality of attachment and behavior problems in preschool in a high-risk sample. *Monographs of the society for research in child development*, 50(1-2), 147-166.
- Farber, E. A., & Egeland, B. (1987). Invulnerability among abused and neglected children. The invulnerable child, 253, 288.
- Felitti, V. J., Anda, R. F., Nordenberg, D., Williamson, D. F., Spitz, A. M., Edwards, V., Marks, J. S. (1998). Relationship of childhood abuse and household dysfunction to many of the leading causes of death in adults. *American Journal of Preventive Medicine*, 14, 245-258.
- Fergus, S., & Zimmerman, M. A. (2005). Adolescent resilience: A framework for understanding healthy development in the face of risk. *Annu. Rev. Public Health*, 26, 399-419.
- Garnezy, N. (1974). The study of competence in children at risk for severe psychopathology. In E. J. Anthony e C. Koupernik (Eds.), *The child in his family: Children at psychiatric risk* (Vol. 3, pp. 77–97). New York, NY: Wiley.
- Garnezy, N. (1993). Children in poverty: Resilience despite risk. *Psychiatry*, 56(1), 127-136.
- Gentile, D. (2009). Pathological video-game use among youth ages 8 to 18: A national study. *Psychological science*, 20(5), 594-602.
- Gentile, D. A., Lynch, P. J., Linder, J. R., & Walsh, D. A. (2004). The effects of violent video game habits on adolescent hostility, aggressive behaviors, and school performance. *Journal of adolescence*, 27(1), 5-22.
- Hayton, J. C., Allen, D. G., & Scarpello, V. (2004). Factor retention decisions in exploratory factor analysis: A tutorial on parallel analysis. *Organizational research methods*, 7(2), 191-205.
- Hildyard, K. L., & Wolfe, D. A. (2002). Child neglect: developmental issues and outcomes☆. *Child abuse e neglect*, 26(6-7), 679-695.
- Hinduja, S., & Patchin, J. W. (2017). Cultivating youth resilience to prevent bullying and cyberbullying victimization. *Child abuse e neglect*, 73, 51-62.
- Hunt, J. M. (1979). Psychological development: Early experience. *Annual review of psychology*, 30(1), 103-144.
- Hunt, T. K., Slack, K. S., & Berger, L. M. (2017). Adverse childhood experiences and behavioral problems in middle childhood. *Child abuse e neglect*, 67, 391-402.
- Infante, F. (2005). A resiliência como processo: uma revisão da literatura recente. *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas*, 23-38.
- Jacobs, J., & Wolin, S. (1991). Resilient children growing up in alcoholic families. In *National Consensus Symposium on Children of Alcoholics and Co-Dependence*.

- Jenkins, J. (2008). Psychosocial adversity and resilience. *Rutter's child and adolescent psychiatry*, 5, 377-391.
- Jessor, R. (1991). Risk behavior in adolescence: a psychosocial framework for understanding and action. *Journal of adolescent Health*.
- Jessor, R., Van Den Bos, J., Vanderryn, J., Costa, F. M., & Turbin, M. S. (1995). Protective factors in adolescent problem behavior: Moderator effects and developmental change. *Developmental psychology*, 31(6), 923.
- Judd, C. M., & Kenny, D. A. (1981). Process analysis: Estimating mediation in evaluation research. *Evaluation Research*, 5, 602-619.
- Juvonen, J., & Gross, E. F. (2008). Extending the school grounds?—Bullying experiences in cyberspace. *Journal of School health*, 78(9), 496-505.
- Kandel, D. B. (1980). Drug and drinking behavior among youth. *Annual review of sociology*, 6(1), 235-285.
- Kandel, E., Mednick, S. A., Kirkegaard-Sorensen, L., Hutchings, B., Knop, J., Rosenberg, R., & Schulsinger, F. (1988). IQ as a protective factor for subjects at high risk for antisocial behavior. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 56(2), 224-226.
- Kim, J., & Cicchetti, D. (2010). Longitudinal pathways linking child maltreatment, emotion regulation, peer relations, and psychopathology. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 51(6), 706-716.
- Li, Q. (2006). Cyberbullying in schools: A research of gender differences. *School psychology international*, 27(2), 157-170.
- Liang, H., Flisher, A. J., & Lombard, C. J. (2007). Bullying, violence, and risk behavior in South African school students. *Child abuse e neglect*, 31(2), 161-171.
- Liebenberg, L., Sylliboy, A., Davis-Ward, D., & Vincent, A. (2017). Meaningful engagement of Indigenous youth in PAR: The role of community partnerships. *International Journal of Qualitative Methods*, 16, 1-16.
- Liebenberg, L., Ungar, M., & Vijver, F. V. D. (2012). Validation of the child and youth resilience measure-28 (CYRM-28) among Canadian youth. *Research on social work practice*, 22(2), 219-226.
- Luster, T., & Small, S. A. (1994). Factors associated with sexual risk-taking behaviors among adolescents. *Journal of Marriage and the Family*, 622-632.
- Luthar, S. S. (2015). Resilience in development: A synthesis of research across five decades. *Developmental Psychopathology: Volume Three: Risk, Disorder, and Adaptation*, 739-795.
- Luthar, S. S., Cicchetti, D., & Becker, B. (2000). The construct of resilience: A critical evaluation and guidelines for future work. *Child development*, 71(3), 543-562.
- Luthar, S. S., Lyman, E. L., & Crossman, E. J. (2014). Resilience and positive psychology. In *Handbook of developmental psychopathology* (pp. 125-140). Springer, Boston, MA.

- Luthar, S. S., & Zelazo, L. B. (2003). An Integrative Review. *Month*, 510-550.
- Main, M., & George, C. (1985). Responses of abused and disadvantaged toddlers to distress in agemates: A study in the day care setting. *Developmental psychology*, 21(3), 407.
- Manly, J. T., Cicchetti, D., & Barnett, D. (1994). The impact of subtype, frequency, chronicity, and severity of child maltreatment on social competence and behavior problems. *Development and psychopathology*, 6(1), 121-143.
- Marcia, J. E. (1980). Identity in adolescence. *Handbook of adolescent psychology*, 9(11), 159-187.
- Marôco, J. (2014). Análise de equações estruturais: Fundamentos teóricos, software e aplicações. (2ªEd.). Pêro Pinheiro: ReportNumber
- Masten, A. S. (2014). Global perspectives on resilience in children and youth. *Child development*, 85(1), 6-20.
- Masten, A. S. (2015). *Ordinary magic: Resilience in development*. Guilford Publications.
- Masten, A. S., & Cicchetti, D. (2016). Resilience in development: Progress and transformation. *Developmental psychopathology*, 4, 271-333.
- Masten, A. S., & Wright, M. O. D. (1998). Cumulative risk and protection models of child maltreatment. *Journal of Aggression, Maltreatment e Trauma*, 2(1), 7-30.
- Masten, A. S., Powell, J. L., & Luthar, S. S. (2003). A resilience framework for research, policy, and practice. Resilience and vulnerability: Adaptation in the context of childhood adversities, 1(25), 153.
- Matos, M. G. D., & Gonçalves, S. M. P. (2009). Bullying nas escolas: comportamentos e percepções. *Psicologia, saúde e doenças*, 10(1), 3-15.
- Matos, M.G. & Equipa Aventura Social (2018). *A saúde dos adolescentes portugueses após a recessão. Relatório Do estudo Health Behaviour In School Aged Children (HBSC) Em 2018* (ebook). Disponível em www.aventurasocial.com
- Maughan, A., & Cicchetti, D. (2002). Impact of child maltreatment and interadult violence on children's emotion regulation abilities and socioemotional adjustment. *Child development*, 73(5), 1525-1542.
- McClelland, G. H., & Judd, C. M. (1993). Statistical difficulties of detecting interactions and moderator effects. *Psychological Bulletin* 114, 376-390.
- Mertens, D. M. (2003). Mixed methods and the politics of human research: The transformative emancipatory perspective. In A Tashakkori e C. Teddlie (Eds.), *Handbook of mixed methods in social and behavioral research* (pp. 135-164). Thousand Oaks, CA: SAGE.
- Moffitt, T. E., & Caspi, A. (2001). Childhood predictors differentiate life-course persistent and adolescence-limited antisocial pathways among males and females. *Development and psychopathology*, 13(2), 355-375.

- Mullen, P. E., Martin, J. L., Anderson, J. C., Romans, S. E., & Herbison, G. P. (1996). The long-term impact of the physical, emotional, and sexual abuse of children: A community study. *Child abuse e neglect*, 20(1), 7-21.
- Noland, H., Price, J. H., Dake, J., & Telljohann, S. K. (2009). Adolescents' sleep behaviors and perceptions of sleep. *Journal of school health*, 79(5), 224-230.
- Norman, R. E., Byambaa, M., De, R., Butchart, A., Scott, J., & Vos, T. (2012). The long-term health consequences of child physical abuse, emotional abuse, and neglect: a systematic review and meta-analysis. *PLoS medicine*, 9(11), e1001349.
- Olsson, C. A., Bond, L., Burns, J. M., Vella-Brodick, D. A., & Sawyer, S. M. (2003). Adolescent resilience: A concept analysis. *Journal of adolescence*, 26(1), 1-11.
- Olweus, D. (1993). *Bullying at school*. Oxford e Cambridge: Blackwell.
- O'Moore, M., Cross, D., Valimaki, M., Almeida, A., Berne, S., Deboutte, G., . & Fulop, M. (2013). *Guidelines to Prevent Cyberbullying*. Psychology Press Taylor and Francis Group: London, England.
- Parkes, A., Henderson, M., Wight, D., & Nixon, C. (2011). Is parenting associated with teenagers' early sexual risk-taking, autonomy and relationship with sexual partners?. *Perspectives on sexual and reproductive health*, 43(1), 30-40.
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2003). *Análise de dados para ciências sociais: A complementariedade do SPSS* (3rd ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Piko, B. (2001). Gender differences and similarities in adolescents' ways of coping. *The Psychological Record*, 51(2), 223-235.
- Pilcher, J. J., & Walters, A. S. (1997). How sleep deprivation affects psychological variables related to college students' cognitive performance. *Journal of American College Health*, 46(3), 121-126.
- Poletto, M., & Koller, S. H. (2008). Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estudos de psicologia*, 25(3), 405-416.
- Roland, E. (2002). Aggression, depression, and bullying others. *Aggressive Behavior: Official Journal of the International Society for Research on Aggression*, 28(3), 198-206.
- Rutter, M. (1985). Resilience in the face of adversity: Protective factors and resistance to psychiatric disorder. *The British Journal of Psychiatry*, 147(6), 598-611.
- Rutter, M. (1987). Psychosocial resilience and protective mechanisms. *American journal of orthopsychiatry*, 57(3), 316-331.
- Rutter, M. (2006). Implications of resilience concepts for scientific understanding. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 1094(1), 1-12.
- Rutter, M. (2012). Resilience as a dynamic concept. *Development and psychopathology*, 24(2), 335-344.

- Sanders, J., Munford, R., & Liebenberg, L. (2016). The role of teachers in building resilience of at risk youth. *International Journal of Educational Research, 80*, 111-123.
- Sanders, J., Munford, R., Thimasarn-Anwar, T., & Liebenberg, L. (2017). Validation of the Child and Youth Resilience Measure (CYRM-28) on a sample of at-risk New Zealand youth. *Research on Social Work Practice, 27*(7), 827-840.
- Schwartz, D., & Gorman, A. H. (2003). Community violence exposure and children's academic functioning. *Journal of Educational Psychology, 95*(1), 163.
- Shonkoff, J. P., & Meisels, S. J. (Eds.). (2000). *Handbook of early childhood intervention*. Cambridge University Press.
- Slonje, R., & Smith, P. K. (2008). Cyberbullying: Another main type of bullying?. *Scandinavian journal of psychology, 49*(2), 147-154.
- Smith, C. A. (1997). Factors associated with early sexual activity among urban adolescents. *Social work, 42*(4), 334-346.
- Smith, C., & Lapp, L. (1991). Increases in number of REMS and REM density in humans following an intensive learning period. *Sleep, 14*(4), 325-330.
- Steinberg, L. (2005). Cognitive and affective development in adolescence. *Trends in cognitive sciences, 9*(2), 69-74.
- Stevens, J. (1996). *Applied multivariate statistics for the social sciences*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Streiner, D. L., Norman, G. R., & Cairney, J. (2015). *Health measurement scales: a practical guide to their development and use*. Oxford University Press, USA.
- Ttofi, M. M., Farrington, D. P., Piquero, A. R., Lösel, F., DeLisi, M., & Murray, J. (2016). Intelligence as a protective factor against offending: A meta-analytic review of prospective longitudinal studies. *Journal of Criminal Justice, 45*, 4-18.
- Ungar, M. (2006). Nurturing hidden resilience in at-risk youth in different cultures. *Journal of the Canadian Academy of Child and Adolescent Psychiatry, 15*(2), 53.
- Ungar, M. (2008). Resilience across cultures. *The British Journal of Social Work, 38*(2), 218-235.
- Ungar, M. (2013). Resilience, trauma, context, and culture. *Trauma, violence, e abuse, 14*(3), 255-266.
- Ungar, M. (2015). Practitioner review: diagnosing childhood resilience—a systemic approach to the diagnosis of adaptation in adverse social and physical ecologies. *Journal of child psychology and psychiatry, 56*(1), 4-17.
- Ungar, M. (2016). Which counts more: Differential impact of the environment or differential susceptibility of the individual?. *British Journal of Social Work, 47*(5), 1279-1289.

- Ungar, M., Brown, M., Liebenberg, L., Othman, R., Kwong, W. M., & Armstrong, M. e Gilgun, J. (2007). Unique pathways to resilience across cultures. *Adolescence*, 42, 287-310.
- Ungar, M., Ghazinour, M., & Richter, J. (2013). Annual research review: What is resilience within the social ecology of human development?. *Journal of child psychology and psychiatry*, 54(4), 348-366.
- Ungar, M., & Liebenberg, L. (2011). Assessing resilience across cultures using mixed methods: Construction of the child and youth resilience measure. *Journal of Mixed Methods Research*, 5(2), 126-149.
- Wang, J., Iannotti, R. J., & Nansel, T. R. (2009). School bullying among adolescents in the United States: Physical, verbal, relational, and cyber. *Journal of Adolescent Health*, 45(4), 368-375.
- Werner, E. E., & Smith, R. S. (1992). *Overcoming the odds: High risk children from birth to adulthood*. Cornell University Press.
- Windle, G., Bennett, K. M., & Noyes, J. (2011). A methodological review of resilience measurement scales. *Health and quality of life outcomes*, 9(1), 8.
- WHO, (2011). *The second decade: improving adolescent health and development*. Geneva: World Health Organization, 2001. Acedido em <https://www.who.int/hiv/pub/guidelines/arv2013/intro/keyterms/en/>.
- WHO (2018). *Adolescents: health risks and solutions*. Acedido em <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/adolescents-health-risks-and-solutions>.
- Ybarra, M. L., Espelage, D. L., Valido, A., Hong, J. S., & Prescott, T. L. (2018). Perceptions of middle school youth about school bullying. *Journal of adolescence*.
- Yunes, M. A. M. (2003). *Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família*.

Anexos

Anexo 1 - Child and Youth Resilience Measure—CYRM-28

To what extent...

1. Do you have people you look up to?
2. Do you cooperate with people around you?
3. Is getting an education important to you?
4. Do you know how to behave in different social situations?
5. Do you feel that your parent(s) watch you closely?
6. Do you feel that your parent(s) know a lot about you?
7. Do you eat enough most days?
8. Do you strive to finish what you start?
9. Are spiritual beliefs a source of strength for you?
10. Are you proud of your ethnic background?
11. Do people think you are fun to be with?
12. Do you talk to your family about how you feel?
13. Are you able to solve problems without using illegal drugs and/or alcohol?
14. Do you feel supported by your friends?
15. Do you know where to go in your community to get help?
16. Do you feel you belong at your school?
17. Do you think your family will always stand by you during difficult times?
18. Do you think your friends will always stand by you during difficult times?
19. Are you treated fairly in your community?
20. Do you have opportunities to show others that you are becoming an adult?
21. Are you aware of your own strengths?
22. Do you participate in organized religious activities?
23. Do you think it is important to serve your community?
24. Do you feel safe when you are with your family?
25. Do you have opportunities to develop job skills that will be useful later in life?
26. Do you enjoy your family's traditions?
27. Do you enjoy your community's traditions?
28. Are you proud to be (Nationality: _____)?

Anexo 2 – Questionário de Caracterização Sociodemográfica

Caro/a participante:

O presente estudo destina-se a um levantamento de comportamentos, estilos, relacionamentos e contextos de vida que podem ajudar a compreender as necessidades dos jovens da tua idade. A informação dada por ti e outros jovens é da maior importância para conhecer a realidade juvenil.

Os questionários que irás responder são **anónimos e confidenciais**. Pedimos-te que respondas com a máxima **sinceridade**, pois só assim as tuas respostas contribuirão para este estudo. **Não há respostas certas ou erradas**, o importante é que respondas de acordo com tua maneira de pensar e sentir acerca de cada questão. Deves sentir-te à vontade. A tua participação é voluntária e podes desistir a qualquer momento.

Este estudo inclui 5 questionários a aplicar numa sessão de aproximadamente 50 minutos. Começamos por te pedir que respondas a um pequeno número de perguntas sobre ti e a tua família.

1. Tenho _____ anos	9. O nível de estudos do/a (ou responsável)	Pai	Mãe
2. Estou no <input type="checkbox"/> 7º ano <input type="checkbox"/> 8º ano <input type="checkbox"/> 9º ano	Sem estudos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Sou <input type="checkbox"/> Rapariga <input type="checkbox"/> Rapaz	1º ciclo do Ensino Básico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Nasci em _____.	2º ciclo do Ensino Básico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O meu pai nasceu em _____.	3º ciclo de Ensino Básico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A minha mãe nasceu em _____.	3º ciclo de Ensino Básico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Identifico-me como:	Ensino Secundário ou equivalente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Angolano/a	Licenciatura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Brasileiro/a	Mestrado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Cabo-verdiano	Doutoramento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Cigano/a	10. A situação de trabalho do/a (ou responsável)	Pai	Mãe
<input type="checkbox"/> Espanhol	No desemprego	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Guineense	No desemprego, mas com trabalho ocasional (biscates)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Português/a	Trabalha por conta própria	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Moçambicano	Trabalhador por conta de outrem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Timorense	Reformado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Outros (a)	Trabalha por conta própria	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> (a) _____			

6. Vivo com pai mãe
 avô/avó
 outros familiares
 lar de acolhimento

7. Os meus pais estão separados/divorciados

- Sim Não

Se respondeste sim, que idade tinhas na altura?

___ anos

8. Tenho ___ irmãos
 Não tenho irmãos

11. A profissão dos meus pais é:

Pai: _____

Mãe: _____

12. Como aluno tenho:

- notas muito boas notas boas
 notas médias notas más

13. Nunca reprovei

Já reprovei ___ anos

14. Costumo faltar às aulas

- muitas vezes algumas vezes
 poucas vezes nunca, só quando estou

doente

15. Já tive problemas graves na escola

- já fui expulso já estive suspenso
 já tive faltas disciplinares

Anexo 3 – Escala de Avaliação da Resiliência em Crianças e Adolescentes

Por favor, lê com atenção a seguinte indicação:

Abaixo encontra várias afirmações sobre ti, a tua família, a tua comunidade e as tuas relações com outras pessoas. Estas afirmações podem ajudar-nos a compreender melhor como respondes às situações no dia-a-dia e ao papel que têm as pessoas à tua volta na forma como geres os desafios diários. Recordamos-te que **não há respostas certas ou erradas.**

De que forma é que as seguintes afirmações te descrevem?

Coloca um círculo numa resposta para cada afirmação.

	Discordo totalmente	Discordo	Mais ou menos	Concordo	Concordo totalmente
1. Tenho pessoas na minha vida que são modelos para mim, que eu admiro.	1	2	3	4	5
2. Eu colaboro com as pessoas à minha volta.	1	2	3	4	5
3. O estudo é importante para mim.	1	2	3	4	5
4. Sei comportar-me em diferentes situações sociais (na escola, em festas, atividades em que participo, quando vou a lojas com alguém, etc.).	1	2	3	4	5
5. Sinto que os meus pais estão ao meu lado.	1	2	3	4	5
6. Sinto que os meus pais sabem bastantes coisas sobre mim.	1	2	3	4	5
7. Eu como o suficiente a maioria dos dias.	1	2	3	4	5
8. Eu esforço-me por terminar aquilo que começo.	1	2	3	4	5
9. As minhas crenças espirituais são uma fonte de energia.	1	2	3	4	5
10. Eu tenho orgulho na minha raça/etnia.	1	2	3	4	5
11. Sou uma pessoa com quem os outros gostam de conviver e acham divertido.	1	2	3	4	5
12. Eu converso com a minha família sobre os meus sentimentos.	1	2	3	4	5
13. Eu sou capaz de resolver os meus problemas sem usar álcool ou drogas.	1	2	3	4	5
14. Eu sinto que os meus amigos me apoiam.	1	2	3	4	5
15. Na minha comunidade, sei onde tenho de ir se precisar de ajuda.	1	2	3	4	5
16. Eu sinto que faço parte da minha escola.	1	2	3	4	5
17. Eu acho que a minha família estará sempre ao meu lado nos momentos difíceis da vida.	1	2	3	4	5
18. Eu acho que os meus amigos estarão sempre ao meu lado nos momentos difíceis da vida.	1	2	3	4	5
19. Na minha comunidade, sinto que sou tratado de forma justa.	1	2	3	4	5

20. Tenho oportunidade de mostrar aos outros que estou a crescer e posso agir de forma responsável.	1	2	3	4	5
21. Eu tenho consciência da minha força pessoal.	1	2	3	4	5
22. Eu participo em atividades religiosas organizadas (missas, festas religiosas).	1	2	3	4	5
23. Eu acho importante fazer coisas úteis para a minha comunidade.	1	2	3	4	5
24. Eu sinto-me seguro quando estou com a minha família.	1	2	3	4	5
25. Tenho oportunidade de desenvolver competências que serão úteis para o meu futuro.	1	2	3	4	5
26. Eu gosto das tradições da minha família (costumes, festas, comemorações, etc).	1	2	3	4	5
27. Eu gosto das tradições da minha comunidade (costumes, festas, comemorações, etc).	1	2	3	4	5
28. Eu tenho orgulho em ser _____ (nacionalidade).	1	2	3	4	5

Anexo 4– Questionário de Saúde e Risco

CONSUMOS

1. Costumas fumar?

- a. Nunca
- b. Menos de 1 cigarro por semana
- c. Entre 1 e 6 cigarros por semana
- d. Fumo 1 a 10 cigarros por dia
- e. Fumo 10 a 20 cigarros por dia

2. Se não fumas, já tiveste o hábito de fumar no passado?

- Não Sim

3. Costumas beber bebidas alcoólicas?

- a. Nunca
- b. Algumas vezes durante o ano
- c. Algumas vezes por mês
- d. Algumas vezes por semana
- e. Todos os dias

4. Se bebes bebidas alcoólicas, que tipo de bebidas costumavas consumir?

- a. Vinho
- b. Cerveja
- c. Whisky ou Licores
- d. Champanhe
- e. Outras _____

5. Bebes café?

- Não Sim . Se sim, quantos por dia? ____

6. Bebes Ice tea, Coca-Cola, Pepsi ou equivalente?

- Não Sim Se sim, quantos copos por dia? ____

7. Consomes haxixe?

- Não Sim

Se sim, com que frequência?

- a. Ocasionalmente
- b. Várias vezes por mês
- c. Várias vezes por semana

8. Consomes outras drogas?

- Não Sim Se sim, quais? _____
- a. Ocasionalmente
 - b. Várias vezes por mês

c. Várias vezes por semana

9. Tens algum amigo (dentro ou fora da escola) que consome haxixe ou outras drogas?

Não Sim

RELAÇÕES SEXUAIS

10. Já alguma vez tiveste relações sexuais?

Não Sim

Se não, avança para o tópico para HÁBITOS DE JOGO (QUESTÃO 14).

11. Que idade tinhas quando tiveste relações sexuais pela primeira vez?

- a. 11 anos ou menos
- b. 12 anos
- c. 13 anos
- d. 14 anos
- e. 15 anos
- f. 16 anos
- g. 17 anos ou mais

12. Durante a tua vida, com quantas pessoas tiveste relações sexuais?

- a. 1 pessoa
- b. 2 pessoas
- c. 3 pessoas
- d. 4 pessoas ou mais

13. Da última vez que tiveste relações sexuais, antes bebeste álcool ou utilizaste drogas?

Não Sim

14. Da última vez que tiveste relações sexuais, que método utilizaste (ou o teu parceiro) para prevenir uma gravidez?

- a. Nenhum
- b. Pílula
- c. Preservativo
- d. Outro Qual? _____

HÁBITOS DE JOGO

15. Quanto tempo em média ocupas em jogos eletrónicos (LoL;)?

- a. Diariamente
- b. 2 a 3 vezes por semana

- c. 1 vez por semana
- d. 1 a 2 vezes por mês
- e. Nunca ou raramente

16. Sentes que tens uma dependência de jogos eletrónicos (LoL; , etc.)

Não Sim

17. Costumas jogar ou fazer apostas a dinheiro?

Não Sim

18. Com que frequência jogas?

- a. Diariamente
- b. 2 a 3 vezes por semana
- c. 1 vez por semana
- d. 1 a 2 vezes por mês
- e. Nunca ou raramente

19. Sentes que tens uma dependência de jogos que envolvem dinheiro (apostas online, raspadinhas, placard, etc.)

Não Sim

HÁBITOS DE SONO

20. Durante a semana quantas horas costumas dormir em média por noite? _____ horas

CONTEXTO FAMILIAR

21. Algum dos teus pais, ou outro adulto que viva em tua casa, costuma insultar-te, humilhar-te ou fazer-te sentir mal?

Não Sim

22. Costumas ter medo que algum dos teus pais, ou outro adulto que viva em tua casa, te magoe fisicamente?

Não Sim

23. Algum dos teus pais, ou outro adulto que viva em tua casa, alguma vez te bateu com força deixando marcas no teu corpo?

Não Sim

24. Algum adulto ou outra pessoa (pelo menos cinco anos mais velha do que tu) alguma vez te tocou ou te obrigou a tocar no corpo dela de forma sexualizada?

Não Sim

25. Algum adulto ou outra pessoa (pelo menos cinco anos mais velha do que tu) alguma vez tentou ter contigo uma relação sexual?

Não Sim

26. Costumas pensar que em tua casa não há ninguém que te proteja ou se preocupe ou que cuide de ti?

Não Sim

27. Costumas pensar que os teus pais (ou adultos que deviam cuidar de ti) estavam demasiado bêbados, drogados ou alterados para poderem cuidar de ti?

Não Sim

28. Os teus pais separaram-se ou divorciaram-se durante a tua infância?

Não Sim

29. Algum dos teus pais foi agarrado, abanado com força ou empurrado?

Não Sim

Se sim, quem: Pai Mãe Madrasta Padrasto Por Quem? _____

30. Algum dos teus pais foi pontapeado ou agredido com algum objecto?

Não Sim

Se sim, quem: Pai Mãe Madrasta Padrasto Por Quem? _____

31. Algum dos teus pais foi ameaçado com uma faca ou uma arma?

Não Sim

Se sim, quem: Pai Mãe Madrasta Padrasto Por Quem? _____

32. Alguma das pessoas que vive contigo tem problemas com álcool ou drogas?

Não Sim

Se sim, quem: Pai Mãe Madrasta Padrasto Outro Quem? _____

33. Alguma das pessoas que vive contigo tem problemas psiquiátricos, depressão ou já tentou suicidar-se?

Não Sim

Se sim, quem: Pai Mãe Madrasta Padrasto Outro Quem? _____

34. Alguma das pessoas que vive contigo já esteve presa?

Não Sim

Se sim, quem: Pai Mãe Madrasta Padrasto Outro Quem? _____

Anexo 5 – Questionário de Bullying, Vitimação, Cyberbullying e Cybervitimação

As perguntas abaixo referem-se a agressões intencionais que podem ocorrer cara a cara mas também na internet, usando meios tecnológicos (telemóveis, computadores ou *tablets*). Estas agressões podem acontecer de forma direta e indireta; podem repetir-se poucas ou muitas vezes e manterem-se durante muito tempo. Além disso, incluem **formas** muito diversas, físicas, verbais, psicológicas ou relacionais. Humilhar, perseguir, intimidar, troçar publicamente ou envergonhar, dizer mal, insultar, bater, esmurrar, gozar, espalhar histórias falsas são abusos de poder. Nestas relações de poder, é difícil às vítimas defenderem-se ou evitarem as agressões. O uso das tecnologias propaga estas situações através dos meios digitais e pode também prolongar online o que tem origem cara a cara.

Lê atentamente as perguntas. Por favor, responde de forma verdadeira. **Não existem respostas certas ou erradas e as tuas respostas a este questionário são absolutamente confidenciais.**

Avalia cada afirmação, colocando um (X) na opção que traduz o que acontece contigo. Assegura-te de que respondeste a todas as questões, devendo optar apenas por uma delas. Responde de acordo com as seguintes opções:

	Quase todos os dias	Uma vez por semana	Dois ou três vezes por mês	Uma ou duas vezes	Nunca
1. Quantas vezes insultaste ou ofendeste outros colegas nos últimos dois meses?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Quantas vezes insultaste ou ofendeste verbalmente outros colegas nos últimos dois meses?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Quantas vezes insultaste ou ofendeste outros colegas ao excluí-los socialmente nos últimos dois meses?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Quantas vezes insultaste ou ofendeste outros colegas com agressões físicas nos últimos dois meses?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Quase todos os dias	Uma vez por semana	Dois ou três vezes por mês	Uma ou duas vezes	Nunca
5. Quantas vezes é que outros colegas te insultaram ou ofenderam nos últimos dois meses?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Quantas vezes é que outros colegas te insultaram ou ofenderam verbalmente nos últimos dois meses?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

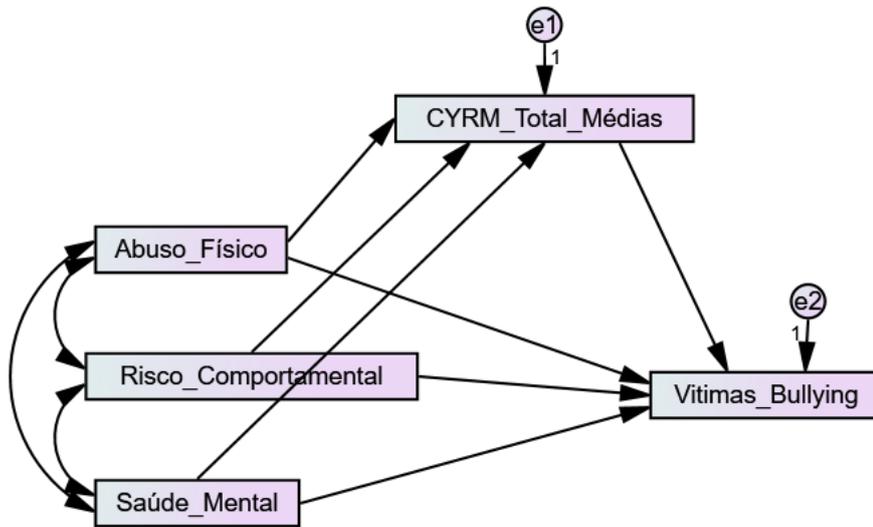
7. Quantas vezes é que outros colegas te insultaram ou ofenderam por te terem excluído socialmente nos últimos dois meses?	<input type="checkbox"/>				
8. Quantas vezes é que outros colegas te insultaram ou ofenderam com agressões físicas nos últimos dois meses?	<input type="checkbox"/>				

	Quase todos os dias	Uma vez por semana	Duas ou três vezes por mês	Uma ou duas vezes	Nunca
9. Quantas vezes insultaste ou ofendeste alguém com mensagens agressivas em frases, emails, vídeos ou fotos nos últimos dois meses?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Quantas vezes insultaste ou ofendeste outros colegas em chamadas telefónicas agressivas em ligações online, nos últimos dois meses?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Quantas vezes insultaste ou ofendeste outros colegas com mensagens escritas agressivas nos últimos dois meses?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Quantas vezes insultaste ou ofendeste outros colegas com emails agressivos nos últimos dois meses?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. Quantas vezes insultaste ou ofendeste outros colegas com conversas agressivas em chats nos últimos dois meses?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. Quantas vezes insultaste ou ofendeste outros colegas com comentários públicos agressivos nos últimos dois meses?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. Quantas vezes insultaste ou ofendeste outros colegas em mensagens instantâneas agressivas nos últimos dois meses?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16. Quantas vezes insultaste ou ofendeste outros colegas com vídeos ou fotos agressivas nos últimos dois meses?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Quase todos os dias	Uma vez por semana	Duas ou três vezes por mês	Uma ou duas vezes	Nunca
17. Quantas vezes alguém te insultou ou ofendeu com mensagens agressivas em frases, emails, vídeos ou fotos nos últimos dois meses?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18. Quantas vezes te sentiste insultado ou ofendido por receberes chamadas telefónicas agressivas em ligações online, nos últimos dois meses?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19. Quantas vezes te sentiste insultado ou ofendido por receberes mensagens agressivas escritas nos últimos dois meses?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20. Quantas vezes te sentiste insultado ou ofendido por receberes emails agressivos nos últimos dois meses?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21. Quantas vezes te sentiste insultado ou ofendido ao participares em chats em que tiveram contigo conversas agressivas, nos últimos dois meses?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22. Quantas vezes te sentiste insultado ou ofendido com comentários públicos agressivos, nos últimos dois meses?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

23. Quantas vezes te sentiste insultado ou ofendido por receberes mensagens instantâneas agressivas nos últimos dois meses?	<input type="checkbox"/>				
24. Quantas vezes te sentiste insultado ou ofendido por receberes vídeos ou fotos agressivas nos últimos dois meses?	<input type="checkbox"/>				

Anexo 6 – Modelo elaborado no AMOS com base nos preditores da vitimação por bullying



Anexo 7 – Modelo elaborado no AMOS com base nos preditores de agressores bullying

